

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

O RIBEIRINHO: ONTEM E HOJE NA DEFESA DO
PEIXE NO AMAZONAS

Henriqueta Barbosa Spínola

São Paulo
1997

Sp47r

31629/BC



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**O RIBEIRINHO: ONTEM E HOJE NA DEFESA DO
PEIXE NO AMAZONAS**

Dissertação de Mestrado apresentada à
comissão julgadora do Departamento de
Ciências Sociais aplicadas à Educação da
Faculdade de Educação.

Orientador: Prof. Dr. Salvador A. M.
Sandoval

São Paulo
1997

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Sp47r Spinola, Henriqueta Barbosa.
O ribeirinho : ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas /
Henriqueta Barbosa Spinola. -- Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador: Salvador A. M. Sandoval.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Meio ambiente. 2. Pesca - Amazônia - Condições sociais.
3. Comunidades eclesiais de base. 4. Movimentos sociais.
I. Sandoval, Salvador Antonio Meireles. II. Universidade Estadual
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

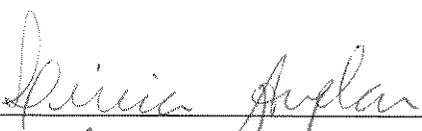
Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação de Mestrado defendida por
HENRIQUETA BARBOSA SPÍNOLA e
aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 28/02/97

Assinatura: Luís Avelar

COMISSÃO JULGADORA:

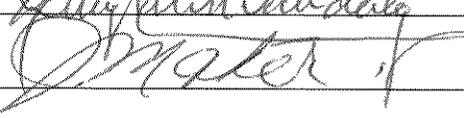
Profª. Dra. Lúcia Mercês de Avelar



Prof. Dr. Luiz Eduardo Waldemarin Wanderley



Prof. Dr. James Patrick Maher



EPIGRAFE

Eu estava fazendo uma visita pastoral em Itapiranga, na comunidade de Cucuiari. Levei comigo a portaria 466 da SUDEPE, pois sabia que a comunidade enfrentava problemas com os pescadores de Manaus.

Quando cheguei, depois da oração lá no barraco, o coordenador da comunidade disse que os homens foram falar com um barco peixeiro, que pescava no paran. Era tempo de seca, a água estava muito baixa e os pescadores do barco arrastaram suas canoas até lá pescando de rede, prejudicando a comunidade. Os pescadores apontaram para os comunitários um revólver e dizendo que era para eles não voltarem mais l. O chefe afirmou que tinha todos os documentos e pagava a Colônia de Pescadores. Aí os homens desistiram. Isso foi três dias antes de minha chegada.

Uma senhora, Dona Gertrudes, na reunião, pediu a palavra e começou assim, olhando para os homens:

- "Vocês homens, vocês desistiram da luta, por medo, por causa de uma arma. Nós temos três armas. A primeira arma  essa, a portaria da SUDEPE que o bispo trouxe hoje. A lei dos homens está do nosso lado".

Pegou a Bíblia.

- A segunda arma que nós temos é a Bíblia. A Palavra de Deus que Ele deu para todos os seus filhos e filhas. O peixe  também nosso e não só de um grupo de pescadores, que estão tirando ele de nós. Deus está conosco".

Ela colocou a Bíblia na mesa, olhou para todo mundo e disse:

- "E a terceira arma é a nossa comunidade, todos nós juntos. Vamos lá já jovens, mulheres, crianças, homens. Todos vamos lá".

E foram, e eu também, só que dona Gertrudes parou-me na porta do barraco dizendo que não era para eu ir, porque se eu fosse os pescadores iriam dizer que eu estava instigando o povo. Então ela disse para eu ficar rezando com os velhos. Foram e eu fiquei rezando.

Depois de um certo tempo voltaram. As crianças pulando, achando graça, sorridentes. Achei que tinha dado certo, porque quando criança é feliz é que tudo vai bem. E, de fato, eles voltaram dizendo que foram l, conversaram com os pescadores e o barco saiu.

Achei interessante essa mulher dizendo sobre as três armas: a lei dos homens, está do lado deles, uma vez que conhecem essa lei; a lei de Deus, que está com seus filhos e a terceira é a comunidade unida".

(Relato de D.Jorge, bispo de Itacoatiara, em maio de 1996, contando uma visita feita na comunidade em 1984)

AGRADECIMENTOS

A todo aqueles que lutam POR UM MUNDO SEM FOME, UM MUNDO DE JUSTIÇA E DE PAZ e em especial:

- a minha irmã gêmea ALICE de quem gosto muito e sem a qual seria impossível fazer o curso de Mestrado;
- a meus pais: Olavo e Henriqueta, meus irmãos: Antonio, Olavo, Francisco, Marcos, Manoel, Lúcia e Odaléia, que sempre me cercaram, de muito carinho e animação; e toda a minha família;
- às Irmãs da Congregação de Nossa Senhora pelo apoio dado;
- ao povo ribeirinho das Comunidades Eclesiais de Base, que me ajudou a crescer e a ver a realidade nortista, ribeirinha;
- aos agentes pastorais da PRELAZIA DE ITACOATIARA, companheiros na caminhada e ao bispo D.Jorge Marskell, que com muita fé e coragem anima o povo a lutar pela justiça e por um mundo melhor;
- aos colegas e professores do curso de Mestrado em Ciências Sociais aplicadas à Educação dos anos de 1994, 1995 e 1996, e aos funcionários da Faculdade de Educação a todos pela compreensão, apoio e amizade recebida;
- ao professor Salvador A.M.Sandoval, meu orientador, às professoras Lúcia Avelar, M. Elisabeth Pompeu e ainda à professora Amélia Pasqual Marques, amiga e guia nas horas de aperreio;
- ao C.N.P.Q. pelo financiamento de dois anos de meu trabalho sob a forma de bolsa de estudo;
- a Leda, Alzira, Anne, D.Jorge, Sylvia, Dionísio, Albano, Marília, Omar e pessoal de Itapiranga, Raimundo do Rosário e Alaíde, Teodoro e pessoal da Terra Nova, Bento, Hilmir, Luís Magno, Wagner, Wilson, Creuza, Tonho, Elielson e pessoal da comunidade de São Pedro, Annelore, Sônia, Lúcia Bernadete, Inês, Terezinha, Edirce, Sandra, Hiroshi, Daniel, Antonio Neri, Vandick, Raimundo Pescador, Antonio, Francisco, José Oscar, Nina e Sueli, Renée, Silvana e Ronald, Maria Helena, Marly, Olavo e Vitor pelas entrevistas, ajuda e sugestões apresentadas;
- a todos os membros da Comissão Pastoral da Terra AM/RR que, com esforço, fé e esperança acreditaram nessa luta;

A TODOS UM MUITO OBRIGADA.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo contar a trajetória dos ribeirinhos das Comunidades Eclesiais de Base, na defesa do peixe no Amazonas e em especial nas cidades de Itapiranga e Silves no período de 1981 a julho de 1996.

Moram às margens (ribeira) dos rios, igarapés, lagos, vivem do trabalho da roça e pescam para sobreviver. O peixe é sua “comida”, seu alimento básico.

Porém a partir de 1967 com a instalação da Zona Franca de Manaus, aumentou a população e com isto a procura pelo peixe. Os barcos pesqueiros cada vez em maior número, além de pescar estragavam esse produto, provocando a falta para os ribeirinhos.

A partir desse fato os comunitários se propuseram a defender o peixe, para que não faltasse em suas mesas e na de todos os que moram no Amazonas.

A trajetória dos ribeirinhos contada ao longo de 12 encontros mostra que foi necessária a união e conscientização de que o peixe estava diminuindo, e portanto era preciso defendê-lo e preservá-lo para não faltar. A preservação de lagos de manutenção e procriação, a nova lei da pesca, as Leis Municipais são algumas das conquistas dos ribeirinhos.

O papel da Comissão Pastoral da Terra do Amazonas e Roraima (CPT AM/RR), das Prelazias e Dioceses foi decisivo neste movimento e suas conquistas.

Com este trabalho pode-se concluir que a falta de peixe não se deve apenas ao estrago feito pelos barcos pesqueiros, mas também pela degradação ambiental, a pesca seletiva e à falta de apoio governamental ao setor pesqueiro.

Palavras chaves: **RIBEIRINHO, MEIO AMBIENTE, PESCA, COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE**

ABSTRACT

This work reports the way the people of the Comunidades de Base, the “ribeirinhos” who live along the rivers and lakes of the Amazon, specially in the towns of Itapiranga and Silves, tried to protect their fish from 1981 to July 1996.

These people live along the rivers, igarapés and lakes. They grow plantations of subsistence and fish is their most important food, the basis of their nourishment.

In 1967 was created the “zona Franca de Manaus” and this brought a growth of the population and a demand for more fish.

The fishing boats, their number growing bigger and bigger, would come to fish. Their way of doing this caused a great waste of fish and the “ribeirinhos” weren’t able to catch all the fish they needed.

Seeing this the people that belonged to the Comunidades de Base determined to fight for their fish and that of all the people who live in the Amazon.

As we can see, during the twelve meetings they had, they discovered the importance of getting together and of being aware that fish was beginning to decrease and that it was important to protect and preserve it. Otherwise they would run short of it. Some of the conquests of the “ribeirinhos” were the preservation of the lakes for maintenance and procreation of fish, the new law about fishing and some laws made by the districts.

The role the “Comissão Pastoral da Terra” from the Amazon and Roraima (CPT AM/RR), the “Prelazias” and the Dioceses played was determinant for their conquests.

With the present research we can see that the shortage of fish isn’t due only to the damage done by the fishing boats but also by the environment degradation, the selective fishing and the fact that the government doesn’t support the fishing activity as it should.

Key words: RIBEIRINHO, ENVIRONMENT, FISHERY, COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	6
Meio ambiente - O ribeirão	7
Movimentos Sociais	17
Pesca, pescador e peixes	28
Comunidades Eclesiais de Base	46
METODOLOGIA	54
MOVIMENTO DO PEIXE NO AMAZONAS	56
MOVIMENTO DO PEIXE EM ITAPIRANGA	95
MOVIMENTO DO PEIXE EM SILVES	101
ANÁLISE DO MOVIMENTO	110
CONCLUSÃO	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXOS	

APRESENTAÇÃO

O Estado do Amazonas, com suas florestas imensas, é cortado por enormes rios: o próprio Amazonas, formado pelos Rios Negro e Solimões - o Javari, o Juruá, o Madeira ...o Uatumã, além de grande número de lagos e igarapés.

Com a pesca predatória, iniciada já no final da década de 60, começaram a diminuir os peixes. Ninguém percebia esse fato, porque eram poucos os barcos pesqueiros e o pescado foi diminuindo lentamente.

A Zona Franca, implantada em Manaus em 1967, trouxe uma maior oportunidade de empregos e, por isso, houve um grande êxodo rural para lá. A capital manauara cresceu muito, exigindo uma grande quantidade de alimentos para o seu abastecimento, sendo o peixe o mais importante e procurado.

A frota pesqueira passava de mais de mil unidades no final da década de 80. Os barcos, procurando abastecer o mercado, com o maior lucro possível, pescavam cardumes inteiros, e escolhiam comercialmente os melhores, jogando fora o restante, no que contribuiu para a escassez desse produto.

O peixe começou a faltar entre os ribeirinhos, ocasionando a fome principalmente no interior do Estado.

Os agricultores do interior - os **RIBEIRINHOS** - são lavradores que trabalham em pequenas roças e pescam para sua sobrevivência. Sua alimentação básica é o PEIXE COM FARINHA. Peixe frito, assado, cozido, no almoço e no jantar, todos os dias.

Enquanto houve fartura não se preocupavam com a **comida** como eles chamam, porque havia muito peixe, até que esse alimento começou a faltar.

Os ribeirinhos do Amazonas, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica, apoiados por suas Dioceses/e ou Prelazias, com o acompanhamento e assessoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT) regional do Amazonas e Roraima.....(AM/RR) passaram então, a lutar por sua comida através do Movimento de Defesa do Peixe.

No início, houve denúncias esporádicas das comunidades à Delegacia de Polícia ou a Superintendência do Desenvolvimento de Pesca (SUDEPE). Depois o problema foi aglutinando várias comunidades de um Município, na busca de solução.

Na Prelazia de Itacoatiara, foi só a partir da primeira Assembléia do Povo de Deus, realizada em Silves, em janeiro de 1981 que houve uma defesa mais organizada e coletiva da preservação do peixe.

Em outros lugares do Amazonas, só se conhece a organização do povo pelas informações do Painho (boletim informativo da CPT-AM/RR), ou do CIPÓ (órgão informativo da Prelazia de Itacoatiara) ou alguns relatos orais. Foi com os ENCONTROS DOS RIBEIRINHOS promovido pela C.P.T., a partir de 1983, que houve uma defesa coletiva e as lutas das várias regiões se tornaram mais conhecidas.

Nas áreas do Amazonas, após alguns anos de luta, em que houve reações, empates, resistência dos comunitários ribeirinhos contra as invasões e depredações, poucas providências foram tomadas por parte dos órgãos e autoridades responsáveis.

Em 1986, a Prelazia de Tefé, nos Encontros da C.P.T, apresenta a proposta de selecionar lagos de procriação e lagos de manutenção e, assumir dessa forma organizada, o trabalho de fiscalização para impedir as invasões por parte dos barcos pesqueiros e dos próprios comunitários nessas áreas reservadas.

A proposta conseguiu apoio entre as populações rurais e também junto às Câmaras Municipais e Prefeituras, surgindo algumas Leis Orgânicas de Preservação, não só do peixe, mas de todo o meio ambiente onde vivem.

Essas experiências vem sendo seguidas hoje por comunidades das Prelazias do Alto Solimões, Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé, no Amazonas. Dos 62 municípios amazonenses 10 estão fora por fazerem parte de outro regional da CPT. AM/RR. Dos 52 restantes, 26 (50%) participaram pelo menos uma vez dos encontros promovidos pela CPT.

Os municípios amazonenses são: Alvarães, Amaturá, Anamá, Anori, Apuí, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Canutama, Carauari, Careiro, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Guajara, Humaitá, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Itamarati, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutai, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Maraã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Pauini, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antonio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatumã, Silves, Tabatinga, Tapauá, Tefé, Tonantins, Uarini, Urucará, Urucurituba. (Censo Demográfico - 1991 - IBGE, pág.42)

Esse movimento popular, com leis municipais, marca a presença dos ribeirinhos no campo político, lutando por seus direitos, numa nova forma de organização popular e participação política. Os ribeirinhos, desta forma, vão construindo sua cidadania, em uma sociedade que pretende ser democrática.

Em setembro de 1981, morando em Itapiranga, Município do interior do Estado do Amazonas, numa casa perto do Paraná de Itapiranga, (o Paraná é um braço do rio principal que se desvia, mas depois se liga novamente ao rio principal) vi, por quase meia hora, passarem peixes mortos, boiando nas

águas que “branquejavam de peixes”. Era um cardume de pacu, jogado no Paraná, por um barco pesqueiro, dois quilômetros Paraná acima. A carga fora lançada às águas para desocupar as geleiras (caixas frigoríficas dos barcos) e colocar nelas um outro cardume de peixe, comercialmente mais rentável, provavelmente tambaqui, pescado ali perto.

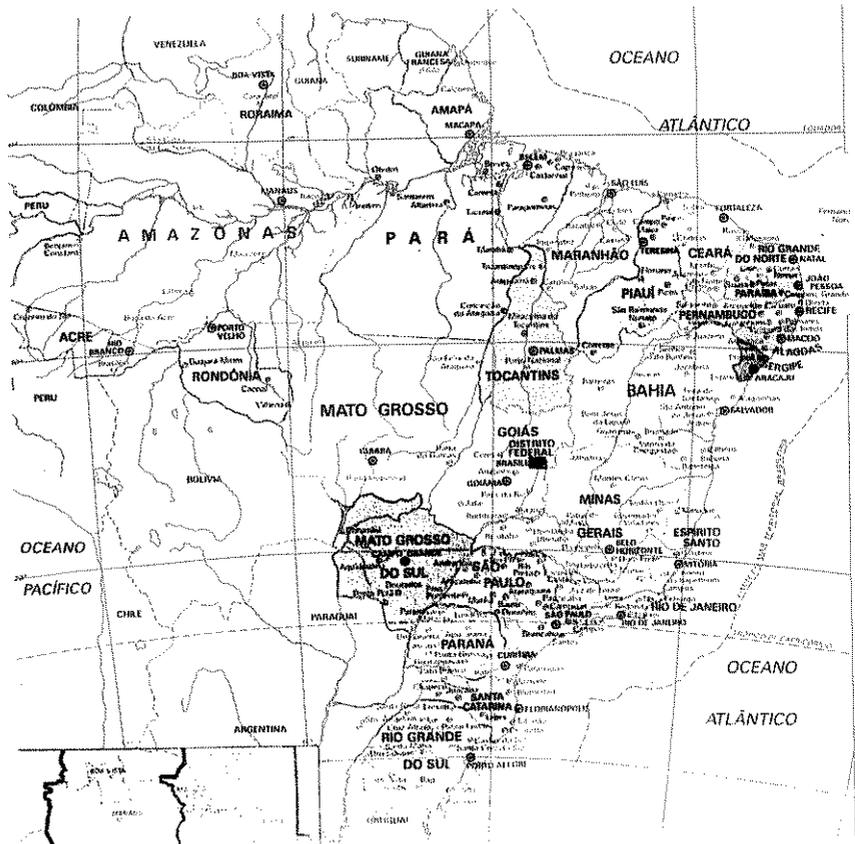
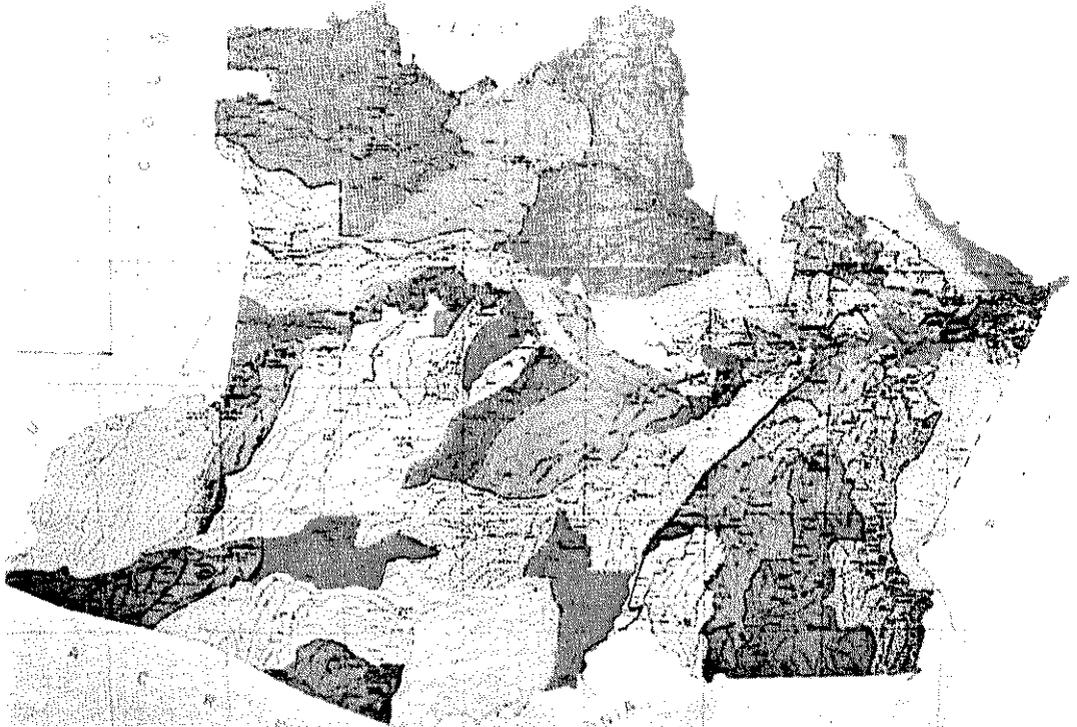
Isso me chocou profundamente jogar comida fora, alimento tão importante para as comunidades, para todos! Decidi também entrar na luta contra a depredação do peixe.

Morando doze anos no Amazonas, participei diretamente do Movimento de Defesa do Peixe. De 1981 a 1985 em Itapiranga, depois até 1993 em Itacoatiara (cidade às margens do Rio Amazonas) onde acompanhei também, a luta dos ribeirinhos.

Parto do pressuposto de que o PEIXE - alimento básico para a alimentação dos ribeirinhos está desaparecendo. Para preservar a própria sobrevivência, o RIBEIRINHO procura defendê-lo. Novos atores, novos caminhos, novas estratégias aparecem possibilitando a defesa de todo o MEIO AMBIENTE, a luta por seus direitos com LEIS municipais, por uma SOCIEDADE MAIS JUSTA E RESPONSÁVEL.

Foi esse novo movimento popular, surgido no Amazonas, que escolhi como tema da dissertação de mestrado. Este trabalho procura caracterizar o Movimento de Defesa do Peixe através do histórico e da trajetória dos ribeirinhos, nas Comunidades Eclesiais de Base, nas Prelazias e Dioceses do Amazonas, enfocando de um modo especial a Prelazia de Itacoatiara, nos Municípios de Itapiranga e Silves.

ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DA EDUCACAO E CULTURA



INTRODUÇÃO

A região Amazônica é uma floresta tropical cortada por inúmeros rios, lagos, paranás. Ela tem duas temporadas: - a enchente: corresponde ao “inverno” estação das chuvas (janeiro a junho); “o rio sobe”, o nível das águas aumenta e alaga a várzea e a floresta; - a vazante: é o “verão” ou período de estiagem (de julho a dezembro); o “rio baixa”. É quando os rios secam e a várzea e a floresta ficam sem água.

Visto do alto, de avião, o que impressiona, no Amazonas, é o verde imenso que cobre tudo. É a floresta amazônica. Bem do alto, parecem filetes ou riscos maiores de água, como o Rio Amazonas, que corta as matas. É floresta e água. É deslumbrante. O clima de toda a Amazônia, é quente e úmido, quente por ser localizado na zona equatorial e úmido porque possui imensa área de floresta onde há muitos rios, que, em conjunto com a mata, ajudam a formação das chuvas.

De agosto até outubro, o Rio Amazonas está com suas águas baixas e não é possível a entrada de barcos em todos os lugares. Aparecem as praias, as terras. Com as águas em seu nível mais baixo, há uma grande dificuldade para se chegar a algumas comunidades do interior. Chega-se lá somente de canoa a remo e, às vezes, é necessário andar por terra a pé longos trechos.

A vida e a economia do Estado do Amazonas são caracterizadas pela enchente-vazante que determina dois eco-sistemas principais: a várzea: área de terra, à beira dos rios, totalmente, ou em parte alagada de janeiro a junho; - a terra firme - terra não atingida pela alagação dos rios.

A agricultura e a pesca são determinadas pela enchente e vazante. Na agricultura os produtos de ciclo curto são plantados na várzea, na época da

vazante e colhidos quando as águas começam a subir. Os de ciclo longo são feitos em terra firme. A pesca é mais fácil na época da vazante, é mais difícil na época da enchente, quando as águas sobem e os peixes se espalham.

As águas, além de fornecer peixe e dar melhores condições de vida, também servem de estradas naturais. Por isso, a maioria dos interioranos, principalmente os ribeirinhos, fazem as suas casas perto da margem.

O MEIO AMBIENTE - O RIBEIRINHO ¹

Todo povo tem uma concepção de natureza, uma relação com o meio ambiente, surgindo daí os diferentes modos de habitação, trabalho, cultura.²

Uma questão importante, que aparece nos estudos sobre o meio ambiente, é o seu relacionamento com o ser humano. Haverá uma relação do indivíduo com a mata, as águas amiga ou agressiva? possessiva ou de troca?

¹ Ribeirinho é o que mora no interior da Amazônia, à margem de rios, lagos, igarapés, com particularidades geográficas próprias, num habitat com muita água e floresta, é originário de misturas raciais: português, índio, nordestino, com modo de vida característico, com expressões culturais próprias que assimilou do índio e do branco: uso de redes para dormir, casa de palha, se alimenta de peixe com farinha, tem superstições, tabus e valores próprios, vive numa cultura de sobrevivência, é solitário, contemplativo e de muito amor e respeito pela natureza. Calcula-se em 600.000 o número de ribeirinhos no Amazonas (população rural do censo de 1991 - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico -IBGE, Região Nordeste, 1991).

² “ É extremamente difícil uma organização societária não produzir uma idéia de natureza, pois uma das necessidades básicas de todas elas é de se relacionar com os elementos do meio em busca de abrigo ou alimentos, para elaborar utensílios e instrumentos, etc. A idéia de natureza decorre das práticas, das relações dos homens entre si e com o meio circundante. Nestes termos, a sociedade moderna ou capitalista produziu uma visão pragmática e instrumental da natureza - como aquilo que não tem alma, que é essencialmente um recurso que pode ser usado à vontade, porque é infinita - e essa visão foi básica para a lógica dessa sociedade, que é voltada para a expansão contínua (o progresso), para a incessante produção de obras materiais que constroem o meio”. (Vesentini, 1992:95).

Nesse trabalho usarei o conceito novo de geografia. A geografia tradicional considerava o homem de um lado e a natureza de outro. A geografia crítica, moderna, considera o homem como parte integrante da natureza. “... geografia que concebe o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais”. (Vesentini, 1992:22)

O problema é como ele - este elemento da natureza - se comporta destruindo ou construindo seu meio, seu espaço social.

Com o tempo, o homem, a comunidade, vai conhecendo e construindo seu espaço, que é o seu ponto de referência, estabelecendo seus códigos de localização, fixando pertença ao grupo, determinando suas características e definindo regras sociais. Tudo isso é carregado de conhecimento e significados que os moradores possuem.³

O ribeirinho tem uma concepção de natureza parecida com a do índio.⁴

Ele se identifica com ela, respeita, ama a natureza, não quer dobrá-la ao seu domínio, não agride e nem desperdiça as riquezas da mata ou das águas. Caça e pesca o suficiente para si e sua família comer. Ao cortar uma árvore, catar folhas de palmeiras para fazer sua casa, colher frutos e raízes, só pega o necessário para sobreviver. Não mata ou colhe além do que precisa evitando o desperdício ou acabar com a espécie. Não se estraga nada do que é tirado da natureza. É a lei ensinada logo cedo às crianças e que orienta o comportamento do ribeirinho durante toda a sua vida: pescar, caçar, colher apenas o suficiente para aquele dia. Numa região equatorial, de calor muito forte, sem refrigeração para conservar os alimentos essa lei consuetudinária foi estabelecida há muito

³ “... o tempo de vivência desses moradores com o meio ambiental vai transformar o espaço, incorporando as suas experiências, os experimentos, suas emoções ficam gravadas na terra, nas árvores, nas águas...”(Silva,1994:89)

⁴ “Para nós, índios, árvore é quase outra pessoa. A natureza, animais, mata é vida. Assim nos ensinaram nossos antepassados ... “(declaração do índio tukano Manoel Moura, em 1981, em Manaus, no final do 6o. Encontro dos Ribeirinhos)

tempo e respeitada até hoje. Não existe geladeira nas casas espalhadas nos “beiradões” dos rios, só nos lugares onde tem energia elétrica.

Acostumado desde pequenino à água e à mata, encontra-se seguro quando está brincando, nadando, pescando numa canoa, nos rios ou andando pela floresta. Expressa sua liberdade nos gestos calmos e harmônicos como se o encontro homem-natureza fosse conhecedor um do outro, amigos de muito tempo. As famílias respeitam e defendem o meio ambiente. Descendente de nordestino e de índio, o caboclo ribeirinho resgata a cultura indígena, nesse aspecto ajudando a firmar o conceito de preservação do meio ambiente, da natureza.

A comunidade, plantada num espaço geográfico-social, renova e reinterpreta seus valores simbólicos, acumulados historicamente.⁵ Ela transmite-os às novas gerações, que irão fazer os mesmos processos de reinterpretação e de preservação da natureza. Isso é importante para a compreensão do homem ribeirinho.

“O espaço vai sendo construído e transforma-se em algo que oferece aconchego, a segurança, a fartura, a bondade. É o lar, é o seu lugar. Repleto de significado quando dizem: “aqui é o meu lugar”, falam com a intensidade que inclui todos esses fatores. Com isso, transforma a natureza, humanizando-a”. (Silva, 1994:89)

É por isso que o ribeirinho, respeitando a natureza, o seu lar, procura, por meios simples, sem afetar o meio ambiente, preservá-la. Assim, na defesa do peixe, ele recorre aos lagos de procriação e lagos de manutenção e, depois ele resguarda, com muito carinho e cuidado todo o ambiente: floresta, água, peixe, bicho, aves ...

⁵ “... porque a realidade social e ambiental no sentido de natureza reelaborada pela atividade humana - deve ser vista como condição e resultado da práxis coletiva, como construção do espaço pela sociedade num movimento histórico no qual eles próprios ... podem e devem se colocar como agentes ativos ...”(Vesentini,1992:55).

A vida do caboclo da Amazônia é dura, quase tudo é longe, difícil, mas ele consegue se arrumar, superar as dificuldades e parece bem com esse modo de vida. O mais importante é que o ribeirinho não passa fome: o rio, a mata, a terra lhe dão o que comer. Peixe que lhe fornece as proteínas necessárias, terra para plantar a sua roça, frutas, raízes e folhas tiradas da floresta. A comida é pouco variada: peixe com farinha de mandioca - amarela, grossa, caroçuda, refeição aumentada com mais o que tiver conseguido.

A mata além dos produtos comestíveis lhe fornece remédios caseiros para as doenças mais comuns do dia a dia. O caboclo aprendeu muito com o índio a usar o potencial medicinal da floresta.⁶ Em geral, as mães de família, ou alguém que conhece melhor as plantas medicinais, sabe utilizar: hortelã, melhoral, elixir paregórico, quebra-pedra, capim santo para a cura de males mais comuns. Se recorre ainda à “benzedeira” (principalmente para as crianças), à “curiosa”(parteira), ao “pegador”(para luxações e deslocamentos), ao “raizeiro”, ao “curandeiro” e o pajé que sempre sabem receitar chás, unguentos, garrafadas e outras coisas para curar as doenças.

Nos casos mais sérios, partos complicados, acidentes na mata, picadas de cobra e outros, as pessoas vão para o hospital, na cidade. A viagem pode durar duas, quatro, seis, dez horas de barco. Ela fica internada lá, longe do seu mundo, sem visitas de parentes e amigos, num lugar de sofrimento. Todos

⁶ O caboclo aprendeu muito com o índio a usar o potencial medicinal da floresta. “Quando se discute a propriedade intelectual, os gringos reclamam dos laboratórios brasileiros que copiam suas fórmulas, mas fazem o mesmo com os índios e caboclos” diz o farmacologista e bioquímico Frederico Arruda, pesquisador do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade do Amazonas. (Terra-AMAZÔNIA, nov.1996:50).

Laboratórios estrangeiros colhem produtos da floresta amazônica e com as informações dos índios e caboclos fabricam e patenteiam seus produtos. A senadora Marina Silva, do PT do Acre apresentou um projeto de lei limitando o acesso aos recursos biogenéticos do país a pesquisadores estrangeiros e fiscalização dos brasileiros. “O projeto tem sua importância e só iniciativas como esta contribuirão para estancar a sangria de que a Amazônia continua sendo vítima”.(Terra-AMAZÔNIA, nov.1996:51).

esses fatores lhe causam muito medo e grande resistência de ir para o hospital “porque é lá que a gente vai para morrer”.

Muitos ribeirinhos, principalmente jovens vão para a cidade em busca de emprego, educação - isso, e mais a televisão - levam a uma certa desconfiança dos seus métodos tradicionais medicinais e estão mudando o comportamento desses migrantes, passando de um jeito caboclo de tratamento de saúde, para um modo mais urbano com o uso de hospitais, médicos e de remédios comprado em drogarias.

O modo caboclo de levar a vida, normalmente é encarado por pessoas de outros lugares como preguiça. Há dois fatores que podem levar a pensar desse modo: um é o calor muito forte na região que impede qualquer um de fazer certas atividades durante algumas horas do dia. O outro é que o ribeirinho faz roça, planta, caça, pesca apenas para a subsistência da família, mesmo quando cultivam juta e outras culturas é pouca coisa. Esse é o jeito característico da cultura indígena. Ele não procura ter muito para vender e ganhar dinheiro, ficar rico. O caboclo não se enquadra no capitalismo, não procura o acúmulo e o lucro próprio desse sistema.

Mas esse estilo de vida, em contato com a sociedade capitalista de mercado pode diminuir, mudar ou desaparecer.⁷

O modo de vida, o respeito e o amor à floresta, aproveitando o que ela oferece é herança indígena. Resultado de miscigenação, o caboclo amazônico

⁷ “Quando a frente de expansão pecuária ou demanda por algum produto de valorização financeira rápida - como a borracha, castanha, ou ouro - os pequenos empresários das cidadezinhas conseguem integrar os caboclos no processo econômico”... “As comunidades do Rio Jaú viveram uma fase alucinante no auge do ciclo da borracha, com todo mundo trabalhando feito doido. O ritmo de vida só voltou ao normal depois que o preço da borracha despencou no mercado internacional, em 1914”, diz o historiador Victor Leonardi, de 54 anos, professor na Universidade de Brasília e especialista em História da Amazônia”(Terra-AMAZÔNIA, nov.1996:44).

tem três fases de misturas raciais. A primeira iniciou-se com a colonização, na região, nos séculos 16 e 17. Os portugueses chegavam sem mulheres e “iam se arrumando com as índias”. Apareceu uma geração cabocla que se multiplicou.

Com o ciclo da borracha iniciou-se a segunda fase, nos séculos 19 e 20, quando levas de nordestinos, principalmente cearenses, chegaram aos seringais. Novamente vieram sem família, já com sangue negro ou estrangeiro (francês, holandês) misturado, eles se juntavam com caboclas e índias. Essa segunda fase produziu uma nova geração cabocla, basicamente até hoje predominante na Amazônia. É difícil encontrar um caboclo que não seja descendente de nordestino.

Com a Transamazônica e, mais tarde com outros projetos de colonização, inicia-se a terceira fase com a penetração de imigrantes vindos do sul, sudeste, centro-oeste. Apesar de preferirem estar juntos com os seus, já começa haver mistura entre os colonos dessas regiões e caboclos amazonenses.

O fato de estar horas e horas na canoa, em silêncio pescando ou viajando; na floresta o verde, os rios, paisagens sempre igual, com poucas variações, fazem do ribeirinho um contemplativo.

Quanto ao comportamento o caboclo poucas vezes é agressivo. Em geral o ribeirinho é muito cortês, recebe bem o viajante e lhe dá o melhor que pode: comida, acomodação, cordialidade. Logo atam sua rede ao lado das outras e nunca lhe falta comida: peixe pescado no dia, farinha e mais o que puder conseguir. O café é sempre acompanhado de uma prosa interessante, comprida, sem pressa, como tudo o que fazem...

Moradia

Tapiris são as casas típicas da região amazônica. Distantes umas das outras, em aglomerados ou vilas, as moradias dos ribeirinhos, no interior e mesmo na periferia das cidades, são cobertas e forradas com palma (folha de

palmeira) e construídas sobre estacas, por causa das enchentes. O assoalho é móvel e vai sendo erguido à medida em que as águas sobem. Esse assoalho é chamado de maromba. Por serem de palha estas casas são mais frescas do que as casas de terra firme e da cidade.

As casas de madeira, construídas na periferia da cidade, são as mais comuns na região de terra firme, a madeira era muito abundante, apesar de estar cada vez mais difícil e mais cara adquiri-la. As moradias quase sempre são cobertas de zinco, alumínio ou de amianto (brasilite), completamente inadequado para a região. Esses tipos de telhas, principalmente nas horas de maior calor, torna insuportável a permanência dentro da casa, mas elas são usadas porque são mais baratas do que a telha de barro.

À beira do rio Amazonas as moradias são melhores, usa-se mais madeira, cobertura de alumínio e são até pintadas e com fruteiras na beira da casa. Na várzea não há árvores frutíferas, por exemplo, goiabeiras, abacateiros, laranjeiras e a não ser quando a casa fica em uma região bem mais alta, pois a água, na cheia de vários meses, mata as plantações.

Quando se fala no Amazonas, canoa, o motor onde o ribeirinho, sua família e os passageiros nas viagens, vivem horas e horas às vezes até dias também podem servir de moradia.

Meios de transporte

Os barcos são o meio de transporte mais usado nas viagens para o interior. De 62 municípios do Amazonas, apenas 10 são alcançados por estradas de rodagem. Isto acontece devido ao clima quente e úmido e às chuvas abundantes. O mato cresce rapidamente, muito espesso, invadindo estradas ou surgem buracos enormes, impedindo a passagem de carros. Há

ainda o pó no verão e barro no inverno. Tudo isso além do pouco tráfego para cidades mais distantes dificulta a conservação das rodovias.

As embarcações são sempre poucas e muitas vezes não tem segurança por causa do excesso de passageiros e bagagens.

Nos barcos menores viajam junto pessoas, animais, produtos alimentícios. Nos maiores, motores de linha, há um compartimento para cargas (porão), mas as bagagens dos passageiros vão perto de suas redes.

Nas cidades do interior há telefone, correio, televisão, mas à medida em que se avança para o interior, a comunicação torna-se mais difícil e é feita de diversas maneiras: notícias, recados transmitidos através das rádios das cidades (Manaus-Rádio Rio Mar, Rádio Parintins, Rádio de Itacoatiara...) etc...

Outro modo de comunicação é através dos barcos quando estes passam e param nas margens para as pessoas subirem e descerem. Os passageiros dão as notícias, os recados, os pilotos entregam as compras feitas na cidade a pedido dos moradores dos beiradões.

Além desses existem os rojões ou foguetes, que são avisos das chegadas do padre para a visita, missa ou festa; do time de futebol visitante, para os jogos; do médico, dentista, para o atendimento de saúde; a vacinação; do político para a visita a seus eleitores.

Também esta forma de comunicação - os foguetes, foram usados pelos ribeirinhos para avisar os moradores da comunidade que os barcos pesqueiros estavam chegando.

Alimentação

As terras podem ser de várzea ou terra firme. As terras firmes, mais altas, são formadas por morros e pequenas planícies. As terras de várzea, junto às margens dos rios, são alagadas no tempo das cheias. Quando as águas baixam, essas terras enriquecidas com detritos de plantas, humus, ficam muito férteis e produzem em seis meses o que em terra firme leva um ano.

Os ribeirinhos plantam na várzea feijão de praia, arroz, melancia, maxixe, macaxeira, milho, juta e outras culturas temporárias que, quando as águas começam a subir, já são colhidas.

Com o desmatamento, na beira dos rios e igarapés para plantio da juta e da malva e para exploração da madeira, houve um desaçoramento (areia), o que facilitou a erosão e provocou a migração dos peixes, que se alimentavam de frutos caídos das árvores e se escondiam na vegetação rasteira das margens.

As enchentes destruíram a maioria das árvores das principais ilhas dos lagos, pois as plantas ficavam uma parte ou até metade do tronco dentro da água durante três meses ou mais e não resistiam. Ficaram apenas as embaúbas e uma ou outra de diferentes espécies.

A várzea também é utilizada como campo de engorda, retiro de criação bovina nos meses de agosto a fevereiro. Quando as chuvas aumentam, o gado é levado para a terra firme.

No tempo da cheia o peixe se espalha e é difícil pescá-lo. A população mais pobre, que não pode comprar carne de gado, recorre a sardinhas ou carnes enlatadas que, produzidas no Sul-Sudeste, são vendidas por um preço muito alto nas cidades, ou compradas pelos ribeirinhos do interior. “Uma lata de sardinha misturada com muita farinha (de mandioca) é o alimento de uma família inteira”, diz um ribeirinho.

Os ribeirinhos trabalham na terra, são agricultores. Cultivam pequenas

roças e moram às margens dos rios, lagos e igarapés. No período da seca cultivam e trabalham na várzea e em terra firme. Pescam para a subsistência e trabalham na terra procurando tirar dela o necessário para a sua sobrevivência. A terra é lugar de moradia, de onde tiram o alimento do qual vivem. Não se preocupam se tem ou não o documento de posse.⁸

As frutas típicas (tucumã, pupunha, bacaba, cupuaçu, biribá, açaí, ingá), embora abundantes na mata, nem sempre são encontradas para comprar.

O povo amazonense não tem o costume de comer verduras e hortaliças. A produção de alimentos, no Amazonas é difícil, e importa-se quase tudo. Em Manaus, 90% dos produtos hortigranjeiros e frutas, vêm de outros estados: São Paulo, Santa Catarina, Paraná e outros.⁹ No interior do Estado também há muita falta de frutas, verduras e hortaliças.

A cebola, a batatinha, a beterraba e a cenoura quase não existem, ou são inexpressivas, como o tomate (5% do consumo) ou de baixa qualidade como no caso do pimentão, alface, repolho e couve, pepino, maxixe.

A banana seguida da laranja, é a fruta mais consumida pela população e ambas tem pouca produção, e 90% delas são importadas (Machado, 1993).

⁸ A mentalidade de grande parte do povo do interior, em relação à terra ainda se assemelha à do indígena e se opõe visceralmente à visão capitalista. Enquanto a sociedade capitalista procura o lucro, baseado na exploração da natureza e o homem, e valoriza a poupança, o amazonense trabalha para a sobrevivência. Vê a terra como fonte de alimento e lugar de moradia, não se preocupando com a titulação desta; dá valor à partilha dos bens e ao uso social da terra "(Ribeiro, 1991:52)

⁹ "em entrevista com fiscal da Secretaria de Abastecimento da Prefeitura da Capital, soube-se que 90% dos produtos hortigranjeiros são importados de outros Estados, sobretudo São Paulo (pimentão, repolho, alface, ovos, laranja, batata); de Santarém, no Pará (farinha, tomate, laranja, goma); de Santa Catarina e Paraná (frango de corte) e do Nordeste e Sudeste (arroz e feijão). A produção do Estado é irrisória, desenvolvida sobretudo pela colônia japonesa (situada à margem da estrada Manaus-Itacoatiara AM-010, ou outras populações situadas em Cachoeira Grande, Carreiro, Autazes (frutas e legumes); Coari (banana); Iranduba, Carreiro da Várzea e Castanho (jerimum, maxixe, quiabo, macaxeira, coentro, cebolinha, batata doce, feijão verde e couve) em pequena escala. As frutas importadas do Sul entram pelo CEASA; verduras e frutas da região chegam pela Escadaria dos Remédios (5%) e Feira da Panair (95% da produção do Estado) (Lara, 1993).

Os grãos arroz, milho, feijão deveriam ser plantados nas várzeas, pois a fertilidade natural reduziria o custo da produção. A mandioca deveria ser plantada em terra firme, pois teria maior garantia de colheita (Machado,1993)

Além disso, quando as águas sobem e as várzeas estão alagadas, não é feito o cultivo das hortaliças nas várzeas e isto associado ao calor, à umidade existente, aos solos com pouca fertilidade, às pragas e doenças, dificultam o cultivo das hortaliças, fazendo o seu preço subir muito.

No interior, o problema se coloca de forma diferente. Existem muitos produtos também importados e falta muita verdura e frutas nas feiras e mercados, mas estão à venda alguns produtos ribeirinhos.

É por esse motivo e também pelo grande número de rios, lagos e igarapés que o peixe é tão importante na alimentação amazonense, sobretudo na do ribeirinho.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Para um melhor conhecimento sobre os Movimentos Sociais dividi o estudo em: fundamentação teórica, histórico e definições.

1. Correntes teóricas

É importante conhecer alguns paradigmas e correntes teóricas correspondentes.(Gohn,1986)

1.1. Paradigma histórico-estrutural

No estudo dos Movimentos Sociais o mais importante são os aspectos estruturais mais amplos onde eles se desenvolvem.

É usado o estudo de Marx sobre o capitalismo cujas contradições dão origem aos Movimentos Sociais.

A base principal da análise econômica é a teoria marxista do valor; são aplicados também os estudos de Gramsci para a análise política e os de Poulantzas para a análise do papel do Estado.

Estudiosos que analisam os Movimentos Sociais de acordo com este paradigma;

a) M. Castells, Jordi, Borja e outros que afirmam que os Movimentos Sociais são fundamentais para a democratização do Estado; valorizam as práticas e estruturas sociais;

b) Jean Lojkin, M.Lung e outros consideram que as lutas de classe não se limitam apenas à produção, mas a todo processo político derivado delas dentro dos aparelhos estatais.

c) E. Hobsbawn, E. P. Thompson, G.Rudé e outros estudam os trabalhadores; suas experiências e mentalidades coletivas, preocupam-se com a noção de sujeito em formação e como eles constroem a história e aí se aproximam dos marxistas no estudo histórico da classe operária. Também usam Weber nos estudos sobre cultura..

1.2. Paradigma culturalista

Esse paradigma se fundamenta na teoria da ação social de Max Weber com algumas contribuições de Marx. Para seus seguidores é mais importante a distribuição de mercadorias do que a produção delas, pois nessa teoria sobre os Movimentos Sociais, o aspecto fundamental é a noção de justiça social e a

compreensão dos direitos sociais. Os indivíduos determinando o rumo dos acontecimentos realizam as mudanças sociais que aparecem a partir das ações coletivas dos indivíduos. São dessa corrente:

a) Alain Touraine com sua teoria da Ação Social e Alberto Melucci.

Touraine considera o capitalismo selvagem e autoritário. Para ele, os Movimentos Sociais, organizações com práticas democráticas, querem formar uma nova sociedade política mais igualitária, gerando mudanças no sistema de governo. Não estão interessados num novo modo de produção nem na conquista do poder, por isso não são contra o Estado.

b) Claus Offe, Adam Przeworski, Alexandre Pizzorno são os principais autores da corrente que acentua o processo de institucionalização. Para o marxismo, analisando a ação das classes, o econômico é que domina tudo, mas eles não explicam as ações ocorridas no campo da cultura e da política e nem as novas ações individuais .

1.3. O Paradigma neo-idealista; a defesa da autonomia

No Brasil, na década de 80, vários estudiosos europeus principalmente Michel Foucault, G. Deleuze e Félix Guattari influenciaram os Movimentos Sociais no Brasil. Eles estudaram os movimentos de grupos minoritários: mulheres, negros, homossexuais e os movimentos ecológicos. Para eles os movimentos sociais pertencem à sociedade civil, buscando autonomia, liberdade e independência de ação. O espontaneísmo dos indivíduos gera práticas novas. Os grupos unidos pela solidariedade e reconhecimento mútuos

elaboram uma identidade coletiva e manifestam sua resistência nos conflitos sempre valorizados.

1.4. Paradigma neopositivista

Os indivíduos manifestam por um comportamento coletivo seu desejo de maior participação política. Os Movimentos Sociais aparecem quando as ações são reprimidas ou frustradas em épocas de inquietação social. A sociedade deve sempre ser controlada por isso os Movimentos Sociais são vistos como perturbadores da ordem e do status quo. A mudança social acontece quando os oprimidos pela sociedade ou grupo se unem em torno de um objetivo comum contrapõem-se à sociedade e criam novas instituições.

Esse paradigma foi desenvolvido pela escola americana nos últimos anos.

2. Histórico

MOVIMENTOS SOCIAIS são grupos organizados, reunidos em torno de um mesmo objetivo, querendo mudar a situação em que vivem, com ações transformadoras. Podem ser dependentes do governo, partido político, igreja, sindicato ou serem autônomos sem se subordinarem a qualquer grupo.

Muitos movimentos populares se transformaram em Movimentos Sociais.

Desde o Império, surgiram no Brasil, contestações populares que alguns estudiosos consideram como Movimentos Sociais: Quilombos, Canudos...

A partir de 1950, apareceram muitos Movimentos Sociais rurais ou urbanos, lutando por bens: saúde, educação, moradia, terra. Eram movimentos reivindicativos isolados entre si, sem expressão pessoal ou grupal, sem autonomia, pois tinham orientação externa e eram tutelados pelo governo. Esses Movimentos Sociais tradicionais tinham como forma de atuação: o clientelismo, o assistencialismo e o autoritarismo. (Gohn, 1986:12)

Depois de 1964, os movimentos começam a ser apoiados pelos partidos políticos de oposição e liberais e lutavam contra a ditadura militar. Nessa época, houve um “marco de separação” entre os Movimentos Sociais antigos ou tradicionais e os novos e o aparecimento de novas formas tradicionais de agir, mais variada, numa “nova cultura política”. (Sherer-Warren, 1987).

Algumas organizações continuavam suas formas tradicionais de agir, mas outras como as Comunidades Eclesiais de Base, o novo sindicalismo rural e urbano, o movimento feminista, o movimento ecológico e outros, tiveram novas formas de atuação com novas práticas sociais, nova forma de organização da comunidade. (Gohn, 1986). Eles perderam a confiança nas

organizações políticas tradicionais, contestaram o Estado enfrentando o poder central, multiplicaram seus grupos locais, e se ligaram a outros movimentos.

Na década de 80, com a campanha das “Diretas já”(1985), Constituinte Federal(1988), eleições para presidente da república(1989), a sociedade civil, antes impedida de se expressar pela ditadura, entra na política. Grupos populares, com seus representantes querem participar na sociedade e no controle das atividades públicas.

Até o início de 80, quem sustentava os Movimentos era a sociedade civil, agora é a sociedade política quem vai apoiá-los . A passagem da sociedade civil para a política aconteceu por vários motivos ascensão do Partido dos Trabalhadores(PT) ao poder pela escolha de vereadores e prefeitos eleitos, participante dos movimentos sociais passam a exercer cargos políticos: secretários municipais e estaduais e outros; os movimentos receberam verbas públicas para suas atividades:ex: a ida dos sem-terra à Brasília na época da prefeita Erundina. Também nessa época houve a crise interna da Igreja Católica pela divergência entre a ala progressista ligada à Teologia da Libertação e a conservadora. As Comunidades Eclesiais de Base, vindas da primeira ala, passam a ser mais religiosas e menos politizantes.

A partir de 1986, o Estado muda sua política social .Deixa de ser inimigo e opositor, e procura negociar, se aliar com os movimentos organizados. Os órgãos públicos, antes” assistencialistas, clientelistas, opositores ou repressores passam a ser parceiros com a comunidade”(Gohn,1986:12). Naquela época, os movimentos de um modo geral, passaram a estruturar-se em grandes blocos. O movimento sindical cria a CONCLAT, depois a CUT, a CGT e a USI. O movimento popular cria a CONAM, a ANAMPOS

Na década de 90, Gohn(1995) redefine o ‘novo’ dos Novos Movimentos Sociais em duas direções: nas questões éticas e cívicas e nos de revalorização da vida humana ex: Ação da Cidadania contra a miséria e a fome,do Betinho; Movimento de meninos e meninas de rua; Movimento dos Aposentados

Os movimentos antigos se empenhavam na conquista de direitos sociais tradicionais necessários à sobrevivência do ser humano:comida, casa, direito à vida. A característica dos Novos Movimentos Sociais é que além dos direitos anteriores o “novo” era a procura pelos direitos sociais modernos:a igualdade, a liberdade nas relações de raças, gênero, sexo.

A ex-senadora e professora de ética da Universidade Federal do Rio de Janeiro Victória Campos vê uma terceira geração de direitos universais(depois dos direitos civis e humanos) surgidos em torno da mídia. São direitos que os indivíduos têm de acesso a uma informação correta e completa, a que se juntam os direitos ameaçados pelo surgimento incontrolável das novas tecnologias.

Para a década de 90, os meios de comunicação de massa, as novas tecnologias influenciando nas formas de organização da sociedade civil se refletem nos Novos Movimentos Sociais. Há diversidade de valores, mas aparecem também problemas comuns e as redes de movimentos que os unem.

3. Definições

Existem diferentes interpretações para Movimentos Sociais.

Melucci(1989:54)diz:”os Movimentos Sociais são difíceis de definir conceitualmente e há várias abordagens que são difíceis de comparar’.

Para Touraine (1989) os Movimentos Sociais , numa sociedade, são disputa de interesses na luta de atores sociais para usar e controlar na sociedade, os principais recursos econômicos, éticos, do conhecimento ou pela direção do desenvolvimento em seu processo histórico. Portanto para ele, um Movimento Social apresenta três elementos:os atores sociais, seu adversário e um campo de disputa de interesses, o conflito na ação histórica.

Scherer-Warren afirma que os Movimentos Sociais são grupos organizados, com objetivos comuns em ações transformadoras.”Defino Movimentos Sociais como uma ação grupal para transformação(a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos(o projeto) sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns(a ideologia) e sob uma organização ductiva mais ou menos definida(a organização e sua direção)”.Scherer-Warren,1986:37).

Karner(1986) considera os Movimentos Sociais como processos coletivos de comunicação, realizados por indivíduos em protesto contra as situações sociais existentes.

Movimento Social refere-se a ação dos homens na história e são uma das formas possíveis de mudança e transformação social. O ponto de partida dos Movimentos Sociais é que as pessoas não aceitam mais a situação em que vivem e querem mudá-la. O indivíduo ou grupo reconhece sua opressão. Quer transformar o cotidiano, questiona a alienação, o autoritarismo.

Marx quando menciona a propriedade privada como fonte de alienação, diz que a alienação aparece não só no econômico, mas em toda a relação social que ‘manipula, altera, confunde, mistifica o significado do homem e das coisas”. É quando o homem se torna coisa-objeto- e as coisas:máquinas, instituições e organizações se tornam sujeitos ou fins em si mesmas.

‘Estar alienado significa a perda de controle pelo homem sobre o produto de sua atividade física e mental, perda de possibilidade de livre escolha de um trabalho criativo; redução de todas as ricas formas vitais a mera satisfação da necessidade artificial da posse de objetos; alienação dos outros homens e, em consequência, relação de exploração, inveja, e ódio em lugar de confiança e solidariedade mútua...’ (Marx in Karner, 1986:23).

Mas a mudança só se faz num processo de reflexão e ação com os que vivem a mesma realidade. O grupo se reúne, procura se organizar, agir, pois o indivíduo isolado ou grupo fraco não alcançará seus objetivos. Quando há ação a reflexão se faz na caminhada e a capacidade crítica das pessoas avança e podem ser conscientizadas. Para isso elas precisam ter conhecimento de como funciona a sociedade, as estruturas de poder e não como essa sociedade é vista aparentemente e aí elas se desalienam. Portanto haverá análise crítica, conhecimento de como funciona a sociedade e ação concreta..

Para haver um Movimento Social consideramos o seguinte: um grupo tem uma realidade comum. Uma ou mais pessoas explicita a ele uma carência ou demanda que o grupo já sente e que vai favorecê-lo. Quando a idéia dessa carência ou demanda é aceita pelo grupo ela torna-se o fundamento para a mudança, inicia-se a ação. O que motiva ou fundamenta a ação é um pensar por meio de um conjunto de idéias e um fazer por um conjunto de procedimentos: é a práxis do Movimento Social.

Durham(1990) considera que a transformação de carências comuns pela mobilização popular pode ter uma forma própria que são os Movimentos Sociais. A transformação de necessidades em direitos coincide com a construção coletiva de uma nova cidadania.

Para Scherer-Warren(1993) os Movimentos Sociais transformando carências em reivindicações de direitos, fazem uma crítica ao autoritarismo da cultura política tradicional procurando estabelecer novas formas de organização e luta. Eles surgem numa sociedade industrializada, complexa, onde internacionalizam-se os modos de produção, os modelos culturais, desenvolvem-se a comunicação de massa, desterritorializam-se os Movimentos Sociais sem caráter local e específico.(Scherer-Warren,1993).

Para Castells(1973) só ter carências não é suficiente para haver um Movimento. São as ações concretas, coletiva dos homens, que unem as carências se manifestam em demandas e se transformam em reivindicações. O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de um Movimento Social. É a força moral.

Numa mesma realidade e com o interesse comum que une o grupo, o objetivo, passa para ação, vai formando a identidade do grupo. É o coletivo social, componente de um Movimento Social.(Giddens,1993).

As lutas sociais- idéia transformada em ação pelo grupo- é o processo dos homens na história. Um ator participante de um Movimento Social pode

pertencer a uma classe social, mas nem sempre o Movimento Social onde ele atua apresenta conflitos de classe. As questões ecológicas, dos negros, dos homossexuais, das mulheres são conflitos entre atores e não conflitos de classe. Na defesa de interesses diferentes entre os grupos surgem as áreas de conflito.

Para Scherer-Warren(1993:36) a identidade dos NMS cresceu a partir de dois fatores:1. o estrutural:reconhecimento do povo das condições materiais do capitalismo e suas formas de opressão e 2. cultural: que é a 'internacionalização' de uma cultura crítica que vem penetrando os movimentos populares (insatisfação quanto às formas de opressão e autoritarismo tanto do capitalismo quanto das tentativas para sua superação-o socialismo real'.

Evers(1984) destaca o caráter 'novo'dos Movimentos Sociais. Afirmam que eles são novos em relação à política tradicional, buscam identidade autônoma e recusam todas as formas de tutela. Para o autor, o elemento 'novo'consiste na criação de pequenos espaços de prática social onde o poder não é fundamental. É a 'face oculta'dos Novos Movimentos Sociais.

Segundo Viola(1987), o mais importante dos Novos Movimentos Sociais é que eles desafiam a cultura política tradicional representativa, contribui para sua deslegitimação, apesar de não terem impacto direto na transformação dos regimes políticos, acentuam a participação da comunidade e a realidade local, mas não definem a idéia de democracia participativa que querem e o modelo de sociedade que pretendem construir e os meios para alcançá-la. Por isso para os Movimentos não há possibilidade que se tornem massivos como os antigos. Sua importância não está no caráter quantitativo, mas na capacidade de mudar a cultura. Entretanto as Comunidades Eclesiais de Base brasileiras com dois milhões de participantes, do ponto de vista quantitativo, tornaram-se significativas. O autor se indaga sobre a possibilidade de uma minoria transformar a sociedade e afirma que os movimentos que querem ser democráticos podem coexistir com mecanismos autoritários de dominação. Esses movimentos são identificados como novos muito mais pela forma de atuação do que por sua capacidade de transformação.

Os Novos Movimentos Sociais têm uma nova forma de atuar politicamente, são autônomos em relação às elites, partidos políticos, sem se ligar ao Estado ou podem até serem apolíticos.

Alguns autores destacam valores fundamentais dos NMS:forte ênfase nas práticas democráticas e participativas(Viola,1987), a formação de uma nova cultura política(Scherer-Warren,1986). Nova mentalidade, nova identidade, novas organizações de práxis social. Eles são importantes por trazerem à cena, novos atores que possuem elementos constitutivos para a formação da consciência dos direitos do cidadão, para a inserção e a ampliação do conceito de cidadania.(Sader,1988). Os Novos Movimentos Sociais consideram que as novas formas de participação popular revelam a

incapacidade dos sistemas de representações políticas em atender à diversidade de interesses criados e se caracterizam pela espontaneidade e o senso de justiça que garantem sua autonomia com relação às elites, partidos políticos e qualquer instituição que atue como centro organizador criando um novo sujeito social e histórico, que embora coletivo é descentralizado, isto é, não portador de universalidade ou de nacionalidades.(Sader,1988; Scherer-Warren,1987).

Os Novos Movimentos Sociais têm a utopia de não querer transferir para o futuro, o sonho de uma sociedade livre e humana, mas realizá-la já, agora, no concreto do cotidiano. (Karner,1986). Antes os líderes populistas faziam os grupos acreditarem que o sofrimento, a renúncia, a submissão faziam parte do cotidiano'alienação cotidiana consciente'e eram necessárias, no presente para, no futuro ter uma sociedade melhor. Mas os Novos Movimentos Sociais já querem essa sociedade melhor, esse futuro, agora!

Os Novos Movimentos Sociais desenvolveram uma cultura política contrária a representação, pois para eles o representante está acima, domina o grupo. É preciso construir formas autênticas de participação popular, novas sociabilidades baseadas na solidariedade, um espaço público que ultrapasse o sistema de representação.(Machado,1989,Sader, 1988).Os líderes devem criar uma ponte entre o Movimento Social e a base. Outra característica é que eles tentam acabar com as lideranças autoritárias, valorizando as relações de igualdade social,procuram desenvolver a liderança dos animadores e superar a liderança dos dirigentes. Por sua vez o animador estimulará a ação dos participantes. Nas propostas democráticas a participação aparece como o único meio de manifestação de afirmação dos desejos coletivos daqueles que sofrem os resultados das decisões governamentais . Mesmo nos países democráticos incapazes de manter a ligação entre a administração da coisa pública e a sociedade cada vez mais pluralista a participação é identificada como reguladora do sistema.(Cardoso,1983).

É o próprio Movimento quem traça seu caminho procurando respeitar e valorizar todos os seus membros: o dirigente procura controlar e orientar a mobilização popular para os objetivos, assim como os assessores .

Também os NMS mudaram as relações sociais, a espontaneidade e a justiça são as novas formas de participação popular. Elas são mais humanas, mais afetivas, mais comunitárias, com novas formas de participação direta das bases, na reflexão, decisão e execução das ações, numa relação horizontal, igualitária e não hierarquizante. Nos Movimentos tradicionais as relações procuravam objetivos materiais, instrumentais orientadas para o Estado, em estruturas organizativas e decisões vertical e hierarquizadas.

Como em todo grupo há tensão entre as regras estabelecidas pelo movimento e alguns participantes. Esse conflito está presente em todo movimento social inovador.

Os Movimentos Sociais por diferentes modos de relacionamento, lutam contra a despersonalização crescente. São importantes porque mesmo

em situações difíceis, podem contribuir para mudar valores na sociedade.(Karner,1987).

Falaremos, agora, de redes de movimentos.

Os meios de comunicação e informação mesmo trazendo dominação cultural, econômica, social, podem ser espaços onde há contestação e difusão de propostas alternativas, de novos fatores de transformação. Grupos pequenos, diversos, em lugares diferentes, mas com o mesmo interesse podem se articular através de redes de movimentos.(2)

Scherer-Warren identifica três categorias de agentes políticos que procuram articular as organizações populares: as nascidas do movimento sindical, como a Central Única dos Trabalhadores(CUT); de partido político como o Partido dos Trabalhadores(PT) e as organizações não governamentais(ONGs). Ela admite que há possibilidade de novas articulações entre a sociedade civil e o Estado através de redes de movimentos sociais em processo de formação.

Nos anos 50, 60 e 70, segundo a autora, houve as macro análises, nos anos 80 as micro transformações, para a década de 90 a tendência é articular as macro análises do social com as micro transformações, isto é, o desenvolvimento de inter conexões do sentido entre o local, comunitário e o global, transnacional. (Scherer-Warren, 1993).

(2) As redes de Movimentos têm como características 'busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais,transnacionalidade, pluralismo organizacional e ideológico e atuação nos campos cultural e político'(Scherer-Warren, 1993:119).

'... As grandes organizações que acumulam poder concentrado já podem ser substituídas por unidades menores, mais ágeis, dotadas de maior capacidade de iniciativa, articuladas em redes. Surgem por toda parte 'networks', "réseaux" de empresas e de movimentos sociais É o tecido social que se regenera e se dinamiza através de novos canais'(Souza,1993:8)

Essas redes de movimentos facilitam a ação dos grupos, dinamizam e fortalecem os movimentos na defesa de seus interesses.ex:CEBs, ANAMPOS(Associação Nacional de Movimentos Populares).

4. Movimento ecológico

Max Weber afirmava que a modernidade priorizou dois espaços: o mercado e o Estado, isto é, as dimensões econômica e política havendo conflito entre elas.... A crise da modernidade mostrou novas áreas tão determinantes quanto as anteriores onde também há disputa de interesses.(Souza, 1993). O conflito das relações de produção se deslocou para outros espaços o cultural e o social.A diferença entre os novos e os tradicionais movimentos é que os novos se manifestam em novas formas de contradições e situações que vão além dos antagonismos das relações de produção. O movimento ecológico critica o modo de produção capitalista, a industrialização e urbanização deshumanas. Apresenta soluções baseadas em modos não predatórios de produção e um tipo diferente de relacionamento entre as pessoas. Ele é valorizado por sua importância cultural, aparecem novos atores políticos, envolvidos na transformação de valores e comportamentos da sociedade atual.

Seus traços característicos são:

1) quebra de valores antigos surgindo outros com questões novas, desejando uma mudança social e um cultura política diferente, já exposto nas páginas anteriores.

2) pluralista- Pertencem a um mesmo movimento ecológico indivíduos de idade, sexo, raça, nação, classe sociais diferentes. O que todos desejam- a identidade de objetivos- é a preservação da natureza e de melhor qualidade de vida no planeta Terra.

3)territorialidade - Suas divisas não são determinadas por limites políticos ou sócio-econômicos. Aliás o movimento ecológico ultrapassa cidades, estados, países sem se deter em qualquer tipo de fronteiras. Ele atua em sistemas.

4) interrelacionamento. Fatores como as organizações econômicas internacionais, as comunicações mundiais, a globalização permitem ao movimento ecológico caracterizar-se por interrelacionameto em suas práticas políticas, articulando o local e o global por meio de redes de movimentos.

Para Viola (1995), o início do ecologismo no mundo foi na década de 70 quando o crescimento econômico ocasionou problemas globais. Também para ele o que determinou esse período foi a crise do marxismo onde a teoria do valor do trabalho supunha que os recursos da natureza eram infinitos e um objeto passivo e sem valor . O autor destaca três

períodos na história do Movimento Ecológico brasileiro:

1) ambientalismo - 1974-1982.

Iniciou em 1974, quando foi fundada no Rio Grande do Sul a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Surgiram denúncias de degradação ambiental e as comunidades alternativas rurais, ambas apolíticas. As associações ecológicas não associavam os desequilíbrios ambientais às formas de organização do poder e da propriedade. As comunidades alternativas queriam preservar o ambiente natural sem uma transformação global da sociedade formando, na sociedade capitalista, um grupo a parte.

Começou a crescer a prática ecológica quando a sociedade por causa desses movimentos percebeu a importância da preservação ambiental.

2) ecologismo de transição - 1982-1985.

Os membros das associações ecológicas e das comunidade rurais alternativas, antes apolíticos, passam a participar na política apoiando candidatos do movimento ecológico. As entidades cresceram nos estados do Sul-Sudeste, houve penetração em setores de classe média, iniciaram-se os diálogos com movimentos operários e estudantes universitários. Influenciaram os movimentos dos sem-terra e os movimentos contra as grandes barragens. Para Viola, o mais importante desse período foi que o movimento ecológico passou de denúncias a ação, na luta com estratégias próprias.

3) ecopolítico - 1985 ...

Os ecologistas fundam o Partido Verde com a participação ativa de deputados e senadores firmando suas propostas ecopolíticas.

O Movimento Ecológico tem representações bem diversificadas. De acordo com as concepções de meio ambiente surgem diversas manifestações políticas.

Atualmente, segundo Viola, há três posições na política ambientalista:

1. estatista

o Estado deve promover o “novo desenvolvimento social e ambientalista”. É a posição da maioria dos cientistas;

2. comunitário

a comunidade, através dos Movimentos Sociais e das organizações não governamentais (ONGs), deve promover um novo sistema de valores fundados na solidariedade. É a posição da maioria dos ambientalistas;

3 de mercado

é o que deve promover o desenvolvimento sustentável através de taxas/tarifas de poluição e “depilação de recursos “ e permissão de poluição comercializáveis. É a posição predominante dos empresários.

O Movimento Ecológico brasileiro a partir de 1990 tem como questão fundamental a proposta do ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável principalmente por causa das disputas político-ideológicas internacionais. Duas questões inter relacionadas são importantes para o desenvolvimento ambientalista no Terceiro Mundo: a justiça social e o desenvolvimento econômico. Como conseguir um desenvolvimento sem destruir a natureza? Como alcançar um crescimento econômico com melhor qualidade de vida para todos?

Percebe-se que o movimento ambientalista brasileiro está mudando. No início ele queria preservar, da interferência humana, em áreas protegidas(reservas), as espécies e os ecossistemas nativos. Recentemente sua atuação passou a abranger também os aspectos sociais e políticos desse procedimento. As ações sociais e de desenvolvimento comunitário são priorizadas por um número cada vez maior de associações.

Como o Estado não dá conta da preservação e há maior conscientização da sociedade civil em relação ao meio ambiente surge uma nova tendência a parceria com o setor privado para a conservação dos recursos naturais.

Para terminar compreendemos que a discussão ambiental não é apenas preservação ecológica, mas um dilema da sociedade ocidental de consumo- a capitalista- que tem no lucro a qualquer preço uma de suas características. Nova reflexão está sendo feita com valores diferentes onde o econômico não é o mais importante. O conflito entre a sociedade e a natureza deve diminuir e desaparecer, pois o objetivo é estabelecer relações de harmonia entre a sociedade humana e a natureza com uma melhor qualidade de vida para homens animais e a natureza. E com isso todos terão melhor qualidade de vida.

Pesca: aspectos gerais

O homem é um animal predador. Ele preda para se alimentar, por exemplo, comendo peixe. Mas essa atividade não precisa ter estrago.

A pesca é praticada por boa parte da população do Amazonas. Ela é realizada pelos ribeirinhos que pescam para sua subsistência, por pescadores

profissionais ou artesanais, que tem nela a sua fonte de renda, além dos que pescam por lazer.

Apesar da pesca ser muito forte no Estado, pela quantidade de rios, lagos, igarapés e floresta, o Amazonas não tem uma política oficial pesqueira. A pesca e as matas são segmentos poderosos na geração de empregos. O setor pesqueiro utiliza, nos dias de hoje, cerca de 80.000 pessoas e, indiretamente quatro vezes mais.

A floresta, com a exportação de madeira, extração de plantas medicinais e outras gera 120 mil empregos, que ocupam mais pessoas do que o Distrito Industrial de Manaus, que hoje deve ter por volta de 60.000 funcionários.¹⁰

O conjunto da pesca apresenta um quadro desorganizado em relação à infra estrutura de desembarque, tecnologia de pescado, congelamento e comercialização. Nesse universo existem graves conflitos sócio-econômicos entre os diferentes atores sociais: ribeirinhos, pescadores profissionais, intermediários, despachantes, armadores, prefeitos e entidades governamentais e não governamentais.

Em Manaus, a inexistência de estrutura básica: um terminal pesqueiro onde possa ser comercializado o pescado e um frigorífico que permita armazenar o peixe para a formação de um estoque regulador, aliados à falta de uma política pública adequada, leva a um estrago diário de toneladas e toneladas do produto pescado.

Com o conhecimento tecnológico que se tem hoje sobre o peixe este poderia ser transformado em fishburger, linguiça, farinha, conserva e semi-conserva, pasta, ensilado, óleo, peixe hidrolisado, gelatina, etc. Estas técnicas podem ser utilizadas por micro empresas, sendo necessário, portanto, uma

¹⁰ A Zona Franca de Manaus, onde se situa o Distrito Industrial, à custa de incentivos fiscais tem hoje 322 indústrias, que empregam 63 mil pessoas e faturaram em 1995, 11,5 bilhões de dólares (Revista Terra, nov. 96:50).

política governamental que incentive a implantação de projetos dessa natureza nessas indústrias (Brasil, 1993).

É difícil quantificar o estrago de peixe no interior do Estado pelos pescadores profissionais, pois nem os armadores, nem os pescadores dos barcos pesqueiros, vão dizer que jogaram peixe fora. Além deles perderem dinheiro e tempo, o agravante é que a população deixa de comer, o que se estragou.

Há controvérsias em relação à perda de peixe em Manaus “estima-se em cerca de 30% do produto total, o que representa em alguns anos valores acima de 10.000 toneladas” (Brasil, 1993:44).

Já os técnicos do IBAMA calculam 30%, o que corresponde a 60.000 quilos de peixe apanhados no interior e desperdiçados na época da safra, por causa do preço baixo (Tabela 1).

Tabela 1 - Movimento de peixe em Manaus. Fonte: Colônia de Pescadores de Manaus. IBAMA- 1991.

População da cidade	1.100.000 habitantes
Demanda diária de peixe (consumo)	150 toneladas -150.000 kg
Oferta diária de peixe (pescado)	300 toneladas - 300.000 kg
Capacidade diária de armazenamento	90 toneladas - 90.000 kg
Estrago diário de peixe (época da safra)	60 toneladas - 60.000 kg

O estrago do peixe não é a única forma de desperdício. A pesca predatória também acarreta consequências desastrosas. O Quadro 1 mostra alguns tipos de pesca predatória no Amazonas.

Há uma diversidade de instrumentos e locais diferentes para a pesca do peixe. Os índios usam arco e flecha, lança, linha de mão, espinhel, tarrafa, armadilha, pequenas redes de fibras naturais, represamento e tapagem; os caboclos amazonenses aperfeiçoaram alguns instrumentos dos indígenas e criaram outros; os imigrantes, a partir dos anos 70, por causa da pesca comercial, introduziram a malhadeira e outros tipos de redes feitas de fio de nylon, barco a motor, fábrica de gelo, frigorífico. Recentemente também o espinhel foi adaptado para a pesca de grandes bagres e o uso de explosivos. Os utensílios mais tradicionais afetam menos os estoques, as redes são mais predatórias. Nos conflitos com ribeirinhos são as grandes redes (arrastão) que provocam desavenças.

Pesca de arrasto	É praticada com redes compridas de centenas de metros, pesca até o fundo, arrastando tudo o que encontra. Rede de arrastão ou arrastadeira. A malha é pequena ou grande.
Pesca de malhadeira	Tipo de rede com malha grande. Utiliza-se como barreira. Atinge o peixe grande (tambaqui). Espanta o peixe que nunca mais volta ao mesmo lugar.
Pesca de batção	Usam-se paus para espantar o peixe e obrigá-lo a cair na malhadeira colocada por perto. Pratica-se nos lagos.
Pesca de timbó	Cipó que colocado na água, solta uma substância capaz de embebedar o peixe, que vai para cima da água, pronto para ser capturado.
Pesca de bombas	Praticada jogando dinamite na água. Tipo de pesca totalmente destrutiva.
Pesca de puçá	Utensílio em forma de tarrafa, engatado no lado do barco. Arrasta bichos de casco.
Pesca soca soca	Atuada na época da seca, revirando os barrancos e as praias com paus, para tirar do esconderijo os bichos de casco e capturá-los

Quadro 1 - Alguns tipos de pesca predatória (Fonte: CPT: Os ribeirinhos: 10).

Nos últimos anos com a introdução do fio de nylon, barco a motor, fábricas de gelo e frigoríficos acentuou-se a sobrepesca de algumas espécies. Vários fatores contribuíram: urbanização, crescimento populacional, abertura de estradas facilitando o transporte, o comércio regional e o de exportação. Diminuiu a quantidade de cardumes, o peso do peixe, as espécies de escama mais apreciadas pela população amazônica e também os grandes bagres exportados para outros mercados.

A coleta de dados sobre a pesca teve início com a SUDEPE e o INPA, porém com a desestruturação da primeira e a dispersão da equipe de pesquisadores da segunda, no final da década de 70, é difícil agora conseguir dados estatísticos referente à pesca.¹¹

A frota pesqueira é formada por barcos médios de 15 a 30 toneladas, sendo que a capacidade dos barcos varia de cinco a sessenta toneladas.

Tabela 2 - Frota pesqueira em Manaus. Fonte: Colônia de pescadores. IBAMA,1991.

Embarcações de 5 a 14 toneladas	120 unidades
Embarcações de 15 a 30 toneladas	1000 unidades
Embarcações de 30 a 60 toneladas	80 unidades
Total de Embarcações	1200 unidades

¹¹ “Não existe atualmente qualquer serviço oficial de controle estatístico dos fatores de produção ligado à atividade pesqueira. Os últimos dados confiáveis referem-se a 1988, quando foi extinta a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, que, apesar de manter um serviço passível de críticas, servia como balizamento para análises referentes ao setor. A partir dessa data, o Instituto Brasileiro de Assistência ao meio Ambiente - IBAMA, que passou a ser o órgão responsável pela pesca, não deu continuidade aos programas que vinham sendo desenvolvidos pela SUDEPE. Da mesma forma, as prefeituras municipais e o governo do Estado do Amazonas, têm sido omissos no gerenciamento da atividade pesqueira nos aspectos que lhe dizem respeito” (Brasil, 1991:41).

Segundo declarações recentes de um engenheiro do IBAMA, existem registradas 980 unidades mas calcula-se que, no Estado existam mais de 2.000 barcos de pesca.

Em relação ao número de barcos 85% dos armadores (donos de barcos) possuem apenas um barco e 15% dois ou mais (Tabela 3).

Tabela 3- Armadores de Manaus - Fonte: Colônia de Pescadores Ibama (1991)

Proprietário de um barco	1020
Proprietário de dois ou mais barcos	180
Número total de armadores	1200

Os **armadores**, donos de barcos armando seu barco para a pesca precisam comprar rancho (comida) gelo, combustível, etc não costumam pedir empréstimos aos bancos. Quem financia as despesas é o despachante. O barco sai de Manaus ou outra cidade e, na volta, o armador conforme compromisso vai entregar a produção ao despachante. O peixe em Manaus tem melhor preço.

O **despachante** é a pessoa que banca o armador de pesca, financia a pescaria. Quando recebe a produção do armador, ele, como intermediário

passa a produção pelo preço que lhe convém para as feiras e mercados, que, por sua vez revendem aos consumidores por um preço mais alto.

A cadeia de pesca desde o peixe pescado até o consumidor é a seguinte: armador → despachante → feiras e mercados → consumidor. Por exemplo: o armador vende a R\$2,00 o cento de jaraqui para o despachante, que, por sua vez vende ao feirante por R\$5,00, que o revende ao consumidor por R\$7,00.

Pesca: Classificação

Podemos classificar a pesca no Amazonas em:

- a) Pesca de sobrevivência - realizada pelo ribeirinho para o seu consumo e de sua família;
- b) Pesca comercial - a finalidade é o comércio, a venda do produto pescado.
- c) É a praticada em rios e lagos. Ela é feita por:
 - 1) ribeirinhos de certas das comunidades - para aumentar a renda familiar, pescam e vendem a produção para os barcos pesqueiros;
 - 2) pescadores artesanais, semi profissionalizados ou pequenos pescadores - usam canoas, ou pequenos barcos motorizados. Moram na periferia das cidades;
 - 3) piabeiros - pescadores artesanais especializados em peixes ornamentais para empresas de exportação;
 - 4) pescadores de hidroelétricas como nos reservatórios, no lago da Hidroelétrica da Balbina, no Rio Uatumã, Município de Presidente Figueiredo, onde atualmente se pesca tucunaré.

5) pescadores profissionais - trabalham nos barcos pesqueiros em pescarias de 10, 20, 30 e até 40 dias nos rios. Quando voltam, ficam alguns dias com a família e retornam à pescaria.

Pescadores

Não se sabe ao certo o número de pessoas ligadas à pesca. A Tabela 4 mostra dados aproximados.

Tabela 4 - Número de pessoas ligadas à pesca Fonte: Colônia de Pescadores de Manaus -IBAMA - 1991

Pescadores profissionais cadastrados pelo IBAMA	9.700
Pescadores profissionais (estimativa)	20.000
Pessoal diretamente empregado no setor pesqueiro	50.000
Pessoal indiretamente empregado no setor pesqueiro	300.000

Os pescadores podem ser classificados em três grupos: a) Ribeirinhos - pescam em suas comunidades e revendem para pequenos pescadores; b) Pescadores artesanais; c) Pescadores profissionais.

Os pequenos pescadores ou **pescadores artesanais** ou semi-profissionalizados do interior usam, em geral canoas e pescam para abastecer as cidades e vendem nos mercados, nas feiras, nas margens do rio. Eles em geral não realizam a pesca predatória, não estragam o peixe porque a população da própria cidade controla a sua pesca, a quantidade e a qualidade do produto.

Após a pescaria a canoa chega ao mercado, ou porto, onde os compradores já esperam na beira a chegada da embarcação, compram, pagam e levam para casa seu peixe fresquinho, às vezes ainda vivo, pulando.

Os peixes são de tamanho e espécies variadas. Os maiores são vendidos por quilo e os menores por cambadas.¹² Antes de vender os peixes, os pescadores artesanais pegam, para o sustento de suas famílias, o que querem que não é descontado. Vendem o restante e o dinheiro é dividido igualmente entre os da mesma canoa.

Eles passam o dia todo pescando e vendendo. É o próprio pequeno pescador que vende o seu peixe para os marreteiros, aos donos das bancas de venda, ou para outros fregueses. Pescam jaraqui, matrinchã, curimatá, pacu e outros peixes, varia de acordo com a piracema, chuva, vento e outros fatores.

Quando o barco é motorizado e maior, os pescadores se reúnem em puxirum (mutirão) com o encarregado e vão pescar. Na volta, depois de vendido o produto e descontadas as despesas, o dinheiro é repartido da seguinte forma: 25% para o proprietário da rede, 25% para o proprietário do barco, 50% em partes iguais para os outros pescadores.

Tem também os ribeirinhos que pescam em suas comunidades .

Nem os ribeirinhos, nem os pequenos pescadores têm carteira assinada, nem desfrutam dos direitos trabalhistas: férias, aposentadoria, 13o., aposentadoria, atendimento médico, pois dependem diretamente da produção.

Em Barcelos, primeira capital do Estado do Amazonas, uma das atividades econômicas principais é a exportação de peixes ornamentais. Lá, no Rio Negro, os **piabeiros** são pescadores artesanais especializados em peixes ornamentais. Esse tipo de pesca também é realizada no Rio Solimões e Rio Tapajós. Em agosto de 1990, foi fundada no Amazonas, a Associação de

¹² Cambada: conjunto de peixes amarrados pelas guelras com cipó pesando em média 2 quilos.

Pescadores Profissionais de Peixes Ornamentais com 40 dos 320 piabeiros da região de Barcelos.

“Eles atuam sobretudo na pesca e constituem um contingente de ribeirinhos da região, sazonalmente ocupados na pesca, e semi-profissionalizados”(Leonel Jr. 1994:40)

O IBAMA proibiu a pesca de algumas espécies de peixes ornamentais além da arraia e do aruanã, por serem comestíveis.

O disco (peixe redondo) vendido por unidade, é o mais caro e o mais raro; vários peixes são vendidos por cento ou milheiro como o cardinal. Vendem ainda - o borboleta, lápis, pistograma, xadrez, tricaciado, marginado. O cardinal é o mais pescado na região de Manaus (81,6%), o rodostomus 5,6%, o corydoras 4,2%, o disco 0,7% e 7,9% para os outros, em 1980 (Junk, 1984:471)

Segundo Berta Ribeiro, cresce, anualmente, a exportação de peixes ornamentais para a Europa e Estados Unidos, mas o problema crucial é o transporte, onde morrem quase todos.¹³

Segundo Junk, a exportação artesanal de peixes ornamentais, no Brasil, é particularmente amazônica: 76% vem de Manaus; 18,1% de Belém e 2,3% do Rio de Janeiro e o resto de outros lugares.

São exportados peixes ornamentais para 25 países, dos quais 50% deste total vão para os estados Unidos, depois Alemanha e Holanda, entre outros.

c) **O pescador profissional** dos grandes barcos pesca bem em toda época, pois tem os petrechos necessários para qualquer estação. Na época da safra, na

¹³ “Entretanto, a captura, transporte e estocagem sacrifica uma proporção alarmante - cerca de 80% - entre o coletor e o comprador. O desmatamento, a poluição e a mudança de regime hidrológico também afetam drasticamente inúmeras espécies ameaçadas de extinção” (Ribeiro, 1990:41).

vazante, o peixe fica mais fácil de pegar do que na enchente, quando as águas sobem e ele se espalha.

Esses pescadores trabalham por produção, isto é, de acordo com a pescaria feita. Não existe trabalho assalariado. Eles são parceiros que dão parte de sua produção ao proprietário (dos meios de produção) como pagamento pela utilização dos aparelhos (canoa, rede, etc.) na pescaria.

O proprietário do barco, tendo apurado o dinheiro da venda do produto pescado desconta as despesas: combustível, comida, gelo, conserto do barco e, depois reparte o ganho - 50% para o dono e 50% para os pescadores, de acordo com a função que realizam: motorista, gelador, largador de rede, cozinheiro, moço de convés, cambiteiro.

Às vezes, quando a pesca não é boa, o valor que os pescadores recebem equivale a um salário mínimo, o que facilita induzir o pescador à pesca predatória.

Certos pescadores profissionais estão preocupados com a diminuição do tamanho e da frequência dos cardumes de determinadas espécies, como o tambaqui, no Amazonas e o mapará, no Pará.

Realizou-se o 1o. Encontro de Pescadores artesanais, no Pará em 26 e 27 de janeiro de 1989, cujo lema foi “peixe tem muito, cuidando tem sempre”.

Os pescadores paraenses reivindicaram, nesse Encontro, a proibição, a nível estadual de empresas industriais pesqueiras de atuarem no interior: a criação de uma Secretaria de Pesca para elaborar leis adequadas, inclusive sobre piracema, fiscalizar a pesca predatória apreendendo os petrechos predatórios (Leonel Jr. 1994). Mas no Amazonas não se tem notícia disso.

Peixes: aspectos gerais

A Bacia Amazônica é a maior e a mais complexa do mundo”. Calcula-se em 2.500 espécies de peixe o que representa 75% dos peixes de água doce do Brasil e 30% da ictiofauna mundial (Cohen, 1970, Geisler et al 1975).

Apesar da grande diversidade e quantidade de peixes, o alto custo da pesca comercial e a preferência dos consumidores por alguns tipos de peixes faz com que poucas espécies sejam escolhidas, levando a “sobrepesca seletiva”, 80% da pesca em Manaus concentra-se em cinco espécies: tambaqui, jaraqui, curimatá, matrinchã e a piramutaba, sazonalmente, embora sejam 33 espécies aceitas pelos consumidores, como a sardinha e a branquinha em alguns meses do ano (Bittencourt, 1990).

Segundo um piscicultor o tambaqui, há dez anos atrás representava 30,4% do total desembarcado em Manaus. Hoje representa 10,15%, pois o jaraqui já ocupou o lugar dele. De acordo com dados da SUDEPE, de 1979 a 1988 muito pescado foi desembarcado em Manaus - 90,33% representado por 18 espécies, sendo que destas o jaraqui, tambaqui, curimatá e pacu representaram 62,24% (Pereira Filho et al, 1991).

A pesca, no Amazonas, vive uma situação contraditória, de um lado a sobrepesca de algumas espécies, de outro o sub aproveitamento de todas as outras espécies desvalorizadas pelo consumidor regional, ou pela exportação, além da ineficiência, ou quase ausência da administração governamental.

Os técnicos do IBAMA calculam em 60 toneladas de peixes desperdiçados na época da safra (Quadro 1), devido à limitada capacidade de estocagem, do excesso da oferta na época da safra.¹⁴

A produção do peixe é variável e sofre forte influência do nível das águas dos rios. A safra, na época da “seca” e a “entre safra” durante a cheia tem variações de produto. Na época baixa (seca) os peixes estão nos rios principais e lagos de várzea, ficam confinados e é mais fácil apanhá-los. Na cheia, as águas sobem e os peixes se espalham muito, ficando muito mais difícil capturá-los. O preço do produto depende também dessa variação: na seca ele se torna mais barato, e conseqüentemente se estragam mais peixes.

O consumo de peixes no Amazonas pode ser considerado alto (Quadro2).

Além disso existem preconceitos contra algumas espécies.

A população, tanto a da capital quanto a do interior, não tem o hábito de comer peixe liso, peixe de couro.¹⁵

¹⁴ ... A sobrepesca ameaçada, mas há varias atividades econômicas combinadas, e em expansão, que podem, a curto e a longo prazo, comprometer um recurso que parecia, até recentemente, inesgotável, caso suas conseqüências ambientais não venham a ser monitoradas por adequado gerenciamento, cuja base é a formulação, com apoio das ciências sociais, de uma base consensual entre os diferentes atores e grupos de interesses em direção ao desenvolvimento sustentável”(Leonel Jr, 1994:24).

¹⁵ “Existem alguns tabus reguladores do consumo, de herança indígena e cristã...” não se come boto; as mulheres durante a gravidez e logo após o parto só comem certas espécies de peixes; também alguns bagres são considerados causadores de lepra. O consumidor regional despreza os grandes bagres, por considerá-los “remosos”, pois eles agravam inflamações, provocam abortos, incham hemorróidas, descolorem a pele e agravam um grande número de outras doenças (Leonel, 1994:94).

Local	Consumo anual per capita média nacional	Quantidade
Brasil	Consumo nacional	5,86 Kgs/ano= 16 grs/dia
Amazônia	consumo regional	20 kgs/ano = 55 grs/dia
	consumo da população pobre regional	62 kgs/ano = 172 grs/dia
	consumo ribeirinho regional	72 kgs/ano = 200 grs/dia
	consumo interior regional	34 kgs/ano = 91 grs/dia
	consumo urbano regional	19 kgs/ano = 52 grs/dia
	Manaus 1970/1985	consumo da população da cidade - per capita
consumo da classe baixa - per capita		64kgs/ano = 173 grs/dia
consumo da classe média - per capita		46 kgs/ano = 167 grs/dia
consumo da classe alta - per capita		41 kgs/ano = 117 grs/dia
Itacoatiara	consumo médio da população rural - per capita	70 kgs/ano = 194 grs/dia

Quadro 2 - Consumo de Peixes: Fonte Petrere, 1990

Os piscívoros (que comem outros peixes) constituem a quase totalidade dos grandes bagres no Alto Madeira e no Alto Amazonas, mas apenas 4% em Manaus e 12% em Itacoatiara são exportados para o sul do Brasil e outros países, sobretudo a piraíba, dourado, surubim (Bayley e Petrere, 1989).

No Alto Solimões há grande exportação de peixe liso do Amazonas para a Colômbia. No final de maio de 1996, 50 compradores da cidade de Leticia (Colômbia) pagavam lá, em média U\$2,70 (dois dólares e setenta cents) o quilo de peixe, enquanto em Manaus pagava-se R\$0,60 (sessenta centavos). Os colombianos ficam com toda a produção de Tefé e outros municípios. Um dos compradores afirmou que adquire de 10 a 12 toneladas por mês, o que dá

de 500 a 600 toneladas de peixe levadas para a Colômbia. O “peixe colombiano” é exportado para os Estados Unidos e Europa.

Com a exportação sem o controle técnico e a reposição natural, o ribeirinho começa a se alimentar de peixe liso”.

“Desta maneira “sobrar” para os ribeirinhos, detentores da força do trabalho e conhecimento tecnológico da pesca, além da baixa remuneração, o ambiente pesqueiro degradado e quiçá sem possibilidades de recuperação. Ficar” ainda sem opção deste recurso alimentar, pois, dada a dificuldade de captura dos peixes mais consumidos tradicionalmente, as famílias ribeirinhas tem incluído os peixes lisos em sua dieta”(Brasil, 1993:48).

Outro aspecto a ser levado em conta é que o consumidor prefere peixe fresco, pescado diariamente, do que o peixe congelado. Então a indústria pesqueira não consegue competir em Manaus. Tem que buscar mercado fora, onde os consumidores não tem esse hábito, ou não podem comer peixe fresco.

Aos poucos, com a introdução da carne de frango vinda do sul e da carne bovina, o peixe deixa de ser o alimento fundamental nos centros urbanos nortistas. O preço do frango é baixo aumentando assim seu consumo. Às vezes o preço do peixe é igual ou superior ao das outras duas carnes, o que é um contra-senso, pois o peixe é pescado (extrativismo) enquanto como os outros dois tipos de animais são criados.

Além disso o peixe não tem gordura e nem absorveu hormônio como frangos e bois. A carne do pescado é toda consumida e nada é rejeitado, como costuma acontecer com o frango e a carne bovina.

O peixe é mais abundante e deveria ser mais barato do que a carne bovina. Entretanto o governo gastou mais dinheiro no setor de gado do que na pesca. Um exemplo disso é o abatedouro de carnes FRIGOMASA, que

recebeu grandes verbas do governo estadual, enquanto o terminal pesqueiro que emprega muito mais pessoas, e com um volume de comércio maior, não é considerado prioritário, pois até hoje não foi construído.

Há uma grande variedade de alimentos e hábitos alimentares entre os peixes: comem plânctons (importantes para os tambaquis e sardinhas, quando pequeninos); bichinhos (formiga, gafanhoto), frutos e sementes que caem das árvores, além de pólen, bactérias, fungos das folhas, etc.; outros são carnívoros, como a grande maioria dos bagres, que esperam os peixes menores na boca dos afluentes; e outros comem detritos.

Tudo isto faz com que o desmatamento das margens de rios, lagos e igarapés reflita diretamente sobre a ictiofauna.

Peixes: espécies em extinção

Algumas espécies de peixes já foram muito atingidas como o tambaqui e o pirarucu. Em 1978 o tambaqui vendido no mercado de Manaus pesava em média 8,4 quilos e, em 1989 não passava de 6 quilos. Apesar da diminuição do peso ele continua sendo o peixe mais importante desembarcado em Manaus. (Bayley e Petrere, 1989). O tambaqui jovem, o “ruelo”, com peso abaixo do permitido, apesar de proibido é muito vendido no mercado em Manaus.

O tempo para o peixe atingir o tamanho para o consumo é o seguinte: tambaqui - três ou quatro anos, pirarucu - cinco a seis anos, curimatã, matrinchã - com 15 meses. O pirarucu com dez, dezoito meses pesa de dez a doze quilos.

Os piscicultores dizem que o amazonense só aceita o tambaqui quando ele ultrapassa cinco quilos, mas para o criador, o peso ideal é de dois quilos, pois já tem qualidades e sabor e é mais econômico, pois ao invés de esperar

três, quatro anos, com apenas um ano e meio o peixe já está pronto para ser consumido.

Com a sobrepesca ultrapassou-se os limites permitidos, pois o estoque capturado já desequilibrou a fauna. O tambaqui deve ter três ou quatro anos para chegar a primeira desova. O pirarucu é um peixe de reprodução longa, pois para atingir tal fase leva de cinco a seis anos. Se capturados antes de maduros não existirão mais matrizes, podendo chegar à extinção dessas espécies. Há uma tendência dos peixes de maior porte serem substituídos pelos de menor porte. Os de processo de reprodução mais longos estão sendo substituídos por aqueles de reprodução mais curta: jaraqui (anual), curimatã e outros.

O peixe boi, mamífero aquático, não pode ser pescado no Amazonas porque ele quase desapareceu. O INPA tem um trabalho com o peixe boi desde pequeno até adulto; O IBAMA trabalha com o jaraqui, matrinchã.

Piscicultura é a criação de peixe em cativeiro, associada à criação de outros animais: porco, pato, frango (cujos resíduos são aproveitados para a alimentação do peixe). Estes também se alimentam de ração alternativa: milho, soja, mandioca, arroz, farinha de peixe, pupunha e plantas silvestres: jauari, araçá de anta, goiaba araçá, araticum.

A criação de peixes começou no Amazonas a partir de 1978. Porém esse sistema é muito caro. O forte dela é o manejo alimentar, comprar ração em outros estados (São Paulo, Goiás, Paraná), encarece muito. A ração balanceada é muito cara - \$0,90 (noventa centavos de real) pois vem do Sul do país. A ração alternativa produzida em Itacoatiara custa \$0,22 (vinte e dois centavos de real) o quilo.

O Estado do Amazonas com o seu imenso potencial hídrico possui poucas piscigranjas. Falta incentivo, assistência técnica e crédito do governo, em relação a essa atividade.

Os peixes que se alimentam de resíduos de animais como ração alternativa, ficam muito gordos e apresentam um sabor que é rejeitado pelos consumidores. O ideal, segundo os criadores é usar ração até que o peixe atinja a fase juvenil e daí para frente usar a ração alternativa.

No Amazonas um pecuarista para produzir 150 quilos de carne (um boi) gasta três anos, enquanto que, numa mesma área hídrica, no mesmo tempo, um piscicultor retira 10.000 quilos de tambaquis. Adotando o sistema de manejo pode-se até triplicar a produção, como fazem no Japão, Estados Unidos e Israel.

No Amazonas, a população prefere o pirarucu e tambaqui, seguido do tucunaré e pescada, e, por último, o jaraquí e pacu, que são chamados peixes de terceira linha.

A criação de pirarucu é uma atividade nova na região. O problema é o peixe forrageiro, pois o pirarucu se alimenta de outros peixes.

A piscicultura pode ser unida ao turismo como por exemplo a Fazenda Punã Pesque e Leve, (Estrada Manaus-Itacoatiara) onde a pessoa pesca o peixe que irá comer. Além disso lá servem também o café regional com: café, banana, pupunha e outras comidas regionais.

A fazenda Punã, desde 1992, faz criação de peixes e quelônios com autorização do IBAMA. Os quelônios desta fazenda são mais de 15.000 e chegam a pesar quatro quilos e meio.

“Se alguém pensa em comer tartaruga de 30, 40 quilos vai ter que esperar muito. A produção atual para o consumo é em torno de dois, três quilos. O importante é que ele está comendo uma carne saborosa e muito rica em proteínas” (proprietário da fazenda).

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs)

Devido ao papel decisivo que as CEBs desempenharam na luta dos ribeirinhos, achou-se por bem descrever em linhas gerais as suas propostas.

As CEBs são grupos da Igreja Católica, de 10, 20, 30 pessoas, que se agrupam para celebrar sua fé. Em geral, aos domingos, as famílias se reúnem na Igreja, Centro Comunitário, ou em uma casa de família onde lêem a Bíblia e fazem reflexões sobre a realidade religiosa e social.

São grupos muito flexíveis quanto ao número, ao local, a assiduidade, às reuniões, aos assuntos. As atividades são decididas pelos próprios comunitários.

O Concílio Vaticano II (1964), ao falar da Igreja como “povo de Deus” referia-se à participação ativa dos leigos nos grupos comunitários.

Os bispos reunidos em Medellín (Colômbia), em 1968, denunciaram a injustiça social como causadora da fome, miséria, opressão, ignorância, mas insistiam na “conversão” concretizada na luta contra as “estruturas iníquas”. A salvação não é individual, mas comunitária, nas comunidades que se reúnem pelo Evangelho e pela celebração da Eucaristia.

O Documento de Medellín afirmou serem “as CEBs uma das inovações mais promissoras da Igreja”.

A pedagogia nelas usada é a da participação e da igualdade. Os valores importantes nas CEBs são:

- a grande participação de seus membros nas decisões internas, buscando mais o consenso, ao invés de votação com maioria absoluta;
- a fraternidade, a solidariedade, a cooperação, ao invés da competição, o novo jeito de se organizar, com a participação das bases fortalecida pela democracia interna, tornando possível a igualdade;
- a ligação fé, vida que se revela nas ações cotidianas na comunidade;
- a fala espontânea de cada um, em lugar de discursos prontos.

As CEBs contribuíram para que as massas populares ficassem fortalecidas e foram ponto de partida para formar as associações de moradores, o novo sindicalismo (nascido em 1970, em São Paulo) e partidos políticos.

“Na década de 80, quando ocorreu em Silves, a 1a. Assembleia do Povo, foram discutidos, entre os membros da Assembleia, os problemas que afligiam a vida da comunidade cristã, e, um dos principais problemas colocados, naquele momento, foi exatamente, a escassez do peixe causada pelo estrago, pela depredação que era feita por barcos pesqueiros em nossos lagos e rios. E a fome vinha começando a se agravar’ (depoimento de um líder comunitário).

Mais recentemente muitos líderes de Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Meninos de Rua, dos Direitos Humanos e outros saíram das CEBs.

Também o Movimento de Defesa do Peixe surgiu das Comunidades Eclesiais de Base, em Prelazias e Dioceses do Amazonas.¹⁶

A ideologia da Teologia da Libertação, base das comunidades, ligava fé e vida, dando grande ênfase à justiça social e uma maior participação dos leigos na Igreja, na missão de cada um.

“Para mim foi bom ter entrado na luta do peixe. A gente viveu um pouco o que Jesus viveu. Cada um de nós é responsável pela missão. Se cada um colaborasse teria justiça”. (depoimento de um jovem comunitário)

¹⁶ **DIOCESE** - É uma Igreja com todas as condições religiosas e administrativas (Código de Direito Canônico, Cânone 369, pg. 175). **PRELAZIA** - É a organização de uma Igreja, num determinado território, mas que ainda não tem todos os elementos para constituir uma Diocese: estrutura administrativa e clero permanente (Código de Direito Canônico, cânone 370, pág. 175, Ed.Loyola, São Paulo, 1983). **PROVÍNCIA ECLESIAÍSTICA** é constituída pela reunião de dioceses vizinhas, presidida pelo Metropolitano ou Arcebispo. Ex.Província de Manaus - Arcebispo de Manaus. Ele não pode intervir diretamente nessas dioceses (Código de Direito Canônico, Edições Loyola, S.Paulo, 1983,p.202,*430; p.435,* 204).

O Brasil foi dividido eclesial-administrativamente pela Conferência dos Bispos do Brasil em várias regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Leste e Sul.

O NORTE I compreende os Estados de : Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima divididos em Prelazias e Dioceses. A Arquidiocese de Manaus abrangia uma região muito grande inclusive a de Itacoatiara.

Em 1960, por falta de condições, o bispo daquela cidade solicitou aos padres canadenses da Sociedade Missionária de Scarboro (SFM), que evangelizassem aquela região.

Em 1962, foi entregue, oficialmente, à Sociedade e, um ano depois foi criada a PRELAZIA DE ITACOATIARA ¹⁷ abrangendo os Municípios de: Itacoatiara, Itapiranga, Silves, Urucará, Uricurituba, Rio Preto a Eva, São Sebastião e Itapé-Açu, os três últimos extintos em 1965.

O Amazonas, com sua vasta extensão, é escassamente povoado. As cidades são poucas e distantes, exceto ao redor da capital. O estado possui apenas 62 municípios.

No interior as casas, “espalhadas pelos beiradões” ficam distantes umas das outras e, de remo pode-se levar 10, 20, 30 minutos no percurso, trajeto, caminho entre uma casa e outra.

Antigamente o povo reunia-se nas cidades uma vez por ano, para a festa do padroeiro, quando se faziam os batismos, casamentos ...

Com a criação da nova Prelazia de Itacoatiara, o povo, animado por seus pastores, começou a se reunir em alguns lugares mais centrais, algumas comunidades para rezar, ler a Bíblia, refletir sobre ela e sua vida.

¹⁷ A PRELAZIA DE ITACOATIARA - foi criada a 13/07/1963, pelo Papa Paulo VI, desmembrada da Arquidiocese de Manaus. Foi confiada, pela Santa Sé aos cuidados da Sociedade de Scarboro para as Missões Estrangeiras. O 1o. bispo foi D.Francisco Paulo Mc Hugh,SFM - e o atual, desde 1978 é D.Jorge Edward Marskell.

O Plano de Emergência do Brasil (1962) valorizava muito as comunidades naturais os cultos celebrados pelo próprio povo, onde não havia padre. Também o Concílio Vaticano II valorizou a participação dos leigos.

As CEBs continuaram aumentando. Era um movimento social, popular, da caráter religioso.¹⁸

As Conferências de Medellín e Puebla (1968 e 1979) valorizaram as comunidades “um novo jeito de ser Igreja”.

Na Prelazia de Itacoatiara, o padre, mais tarde os próprios comunitários, escolhiam as pessoas que faziam os cursos no Centro de Treinamento (CENTREPI). Lá eram ministrados todos os “treinamentos” para: catequista, ministro de culto, ministro de batismo...), encontros de Bíblia, saúde, da juventude, de mulheres e outros... As pessoas eram exercitadas para melhor desempenharem sua missão.

Em 1974, foi solicitada à Arquidiocese de São Paulo, a colaboração de missionários paulistas para ajudar na formação de agentes locais D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de S.Paulo, manteve, por 10 anos, o Projeto Igrejas Irmãs: Itacoatiara e São Paulo, que terminou em 1984.

As comunidades foram se espalhando, agrupando mais gente, aumentando sua conscientização, suas reivindicações, crescendo sua força religiosa, política e social.

¹⁸ As CEBs no Brasil se constituem num grande movimento social, de caráter popular, presente em todo o país, cuja matriz organizadora: se funda num horizonte religioso (Mourão, N.M.L. 1988:30).

Alguns prefeitos passaram a reivindicar seus “direitos” sobre as comunidades criando até Estatuto para controlá-las.¹⁹

Várias atividades propostas pela Prelazia uniram as comunidades: os cursos e encontros no CENTREPI, as Assembléias do Povo, o material impresso como as cartilhas: de saúde, de jovens, das Assembléias ... as festas dos padroeiros.

Na Assembléia do Povo, o povo das CEBs através de seus representantes, se reúne a cada dois anos e, atualmente a cada três, na sede de um dos Municípios da Prelazia, com o bispo, os agentes pastorais, para “rezar, celebrar, conviver, conhecer os problemas que afligem o povo e buscar soluções” (CIPÓ, maio/95).

É na Assembléia do Povo que são decididos os rumos pastorais da Prelazia, para os anos seguintes.

A 1a. Assembléia do Povo foi realizada em Silves, a cidade de mais antiga da Prelazia, de 15-18/01/1981. Havia, na época, 144 comunidades e foram 248 representantes. O objetivo era: ver a realidade, reforçar a união e,

¹⁹ “O presidente da comunidade passou a ter “carteirinha” e foi convidado a ser praticamente um preposto da prefeitura junto ao povo das comunidades. É a política da cooptação de lideranças, meio utilizado frequentemente para dismantlar as organizações populares. Em alguns lugares, o prefeito chegou a construir capelas, no afã de atrair o apoio do povo. A interferência político-partidária dos que detêm o poder atrapalha muito o andamento da comunidade. Até ameaças de se retirar a escola da comunidade foram feitas caso não fossem eleitas pessoas de determinado partido” (Ribeiro, S.O., 1991, 119 e 120).

ciente das responsabilidades, decidir o rumo a seguir. O tema foi: “Comunidades que caminham”.

Dessa Assembléia resultou o Documento de Silves que, pela primeira vez, fala sobre a invasão de lagos e defesa do peixe.

Em Itacoatiara, de 15-17/07/1983, realizou-se a 2a. Assembléia do Povo, preparada através de uma cartilha, discutida nas comunidades. Teve como assuntos: terra, peixe, saúde e educação popular. Participaram 235 pessoas, algumas viajaram mais de 20 horas de motor, como os representantes do Paraná do Comprido, Município de Urucurituba.

Em Urucurituba, de 5-9/06/1985, realizou-se a 3a. Assembléia do Povo, como tema: “Povo de Deus lutando pela vida”, discutindo: união e organização das comunidades, terra e saúde. Participaram 289 pessoas.

Em Urucará, de 2-5/07/1987, realizou-se 4a. Assembléia do Povo, cujo tema foi: “Unidos e organizados venceremos”. Também foi feita a revisão das três Assembléias anteriores. Participaram 158 pessoas.

Em Itapiranga, de 3-7/07/1989, realizou-se a 5a. Assembléia.

Em São Sebastião do Uatumã, de 4-7/07/1992, realizou-se a 6a. assembléia. Nessas duas últimas o peixe não foi tratado especificadamente.

Em Silves, de 7 a 11 de julho de 1995, realizou-se a 7a. Assembléia, cujo tema foi: “Missão e cidadania”. Participaram 162 pessoas. O tema da preservação do peixe voltou novamente a ser discutido. Há conflito entre os próprios comunitários, pois alguns queriam preservar e outros, por causa da situação de pobreza em que vivem, pescar para comer e vender.

Tabela 5 - Dados da Prelazia de Itacoatiara (elaborada pela autora)

Município	área	população	distância da sede	comunidades
Itacoatiara	7.095	41.788	-----	140
Itapiranga	4.240	5.600	6/hs de barco	10
Presidente Figueiredo	30.000	12.000	376 Km/estrada	13
S.Sebastião do Uatumã	11.000	6.500	9/hs de barco	13
Silves	3.929	6.500	8/hs de barco	21
Urucará	21.000	9.000	10/hs de barco	30
Urucurituba	3.417	17.299	3/hs de barco	41
TOTAL				268

Itapiranga, quando iniciou o Movimento de Defesa do Peixe, em 1981 tinha oito comunidades e agora tem dez, que são: Itapiranga-cidade : Nossa Senhora de Nazaré e do Sagrado Coração de Jesus; -Cucuiari - Nossa Senhora do Monte Serrat; Ilha Grande - Nossa Senhora de Fátima; Madrubá - Nossa Senhora do Rosário e Santa Maria; Enseada - São José; Terra Nova - Santo Antônio e duas comunidades na Estrada da Várzea (Manaus-Itapiranga). A comunidade do Aricuru - São Jorge desapareceu porque as pessoas se mudaram para a cidade.

As comunidades se situam às margens: no Paraná de Itapiranga, Paraná de Silves, Rio Amazonas, Lago do Madrubá e nas Estrada da Várzea (Manaus-Itapiranga-São Sebastião).

Silves tinha 12 comunidades quando iniciou o movimento e agora tem 21: Jacu - São Tomé; Itapani - São Sebastião; Rebução: Santa Luzia e Santa Maria; Paranazinho - Divino Espírito Santo; Taperebatuba - São Lázaro; Igarapé-açu - São José; Eva; Baixa Funda; Paraná do Pai Tomás - Divino Espírito Santo; Poção - São Sebastião; Pampolha; Seringa; Anebá: Cristo Rei, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Graças; Passarinho; São João; e três na cidade: Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Monte Serrat (Bairro de Macajatuba) e São Francisco (bairro do Panorama).

Essas comunidades se situam às margens do Rio Amazonas, Rio Anebá, Rio Itapani, Lago Canaçari além de paranás e igarapés.

Concluindo podemos dizer que as Comunidades Eclesiais de Base são grupos de famílias que moram perto, se reúnem para ler a Bíblia, fazer reflexões sobre a realidade religiosa e social. A ligação fé-vida se concretiza na luta contra as “injustiças iníquas”. A fé, muito importante para essas pessoas é que impulsiona sua participação na defesa do peixe.

A Igreja progressista, com a Teologia da Libertação, incentivou os leigos a participarem ativamente na vida da sociedade, no dia a dia onde vivem, de maneira mais consciente.

Foram as CEBs que favoreceram a criação de grupos, lideranças comunitárias, e entre eles os ENCONTROS DOS RIBEIRINHOS, promovidos pela CPT.

É neste contexto que passaremos a descrever o que foi o movimento de defesa do peixe no Amazonas.

METODOLOGIA

A elaboração do trabalho obedeceu a alguns procedimentos. A coleta de dados foi feita em três etapas: a) junho e julho de 1995 durante 35 dias nos municípios de Manaus, Itacoatiara, Itapiranga e Silves; b) outubro de 1995 durante 10 dias em Manaus; c) maio e junho de 1996, durante 20 dias em Manaus, Itacoatiara, Itapiranga e Silves.

Os dados também foram obtidos em diferentes locais de duas formas distintas:

a) **Pesquisa bibliográfica** realizada em diversas bibliotecas (UNICAMP, USP, PUC-SP, Universidade Federal do Amazonas e em diversos jornais: *PANEIRO* (Boletim da Comissão Pastoral da Terra AM/RR)- (1983-1996), *CIPÓ* (Boletim Informativo da Prelazia de Itacoatiara (1981-1986), *A CRÍTICA* (jornal diário de Manaus; Atas de Reuniões das CEBs; Relatórios do Encontros dos Ribeirinhos da C.P.T.; documentos da Delegacia de Polícia e Cartório Civil de Itapiranga.

b) **Entrevistas:** Para as entrevistas foi utilizado um gravador e fitas cassete e foram entrevistadas 34 pessoas nas cidades de Manaus, Itacoatiara, Itapiranga e Silves, tendo os mesmos diferentes atividades: ribeirinhos e líderes de Movimento de Defesa do Peixe; pescadores profissionais, professores universitários, engenheiros de pesca, engenheira agrônoma, técnico da EMATER, funcionário da Capitania dos Portos, agentes pastorais, bispo de Itacoatiara, membros da C.P.T.

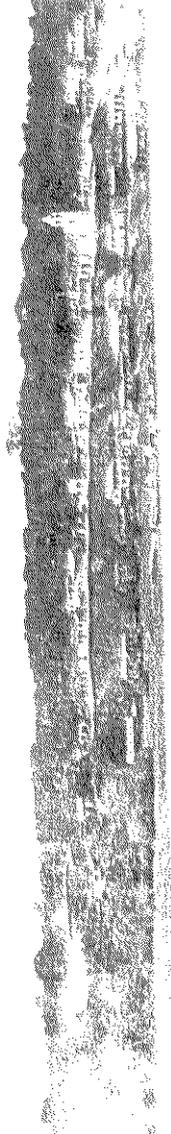
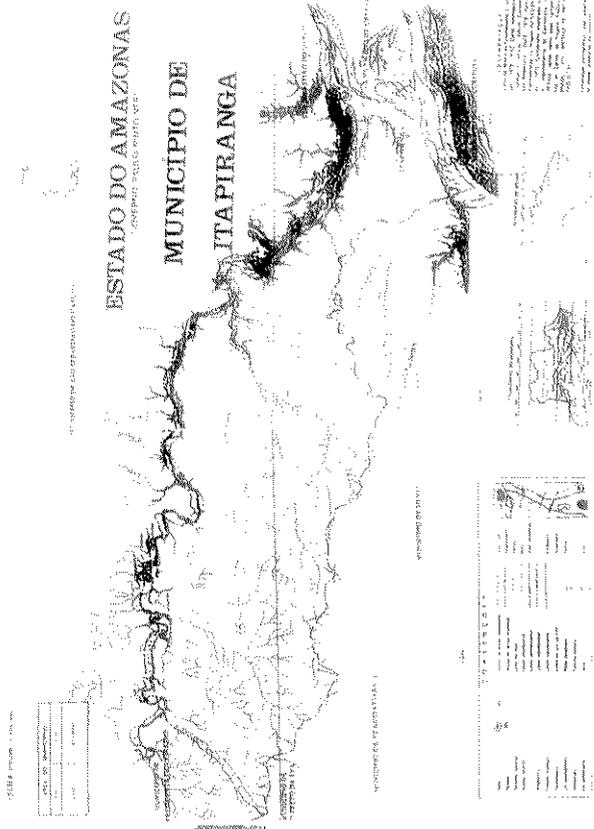
Nas entrevistas inicialmente identificavam-se as pessoas com o nome, idade, profissão e nível de escolaridade e em seguida eram feitas as seguintes perguntas:

- 1 - O que você pensa sobre o peixe no Amazonas? Comente.
- 2 - Existem problemas por causa dele?
- 3 - Que soluções você aconselharia para a situação do peixe?
- 4 - Quer fazer mais algum outro comentário?

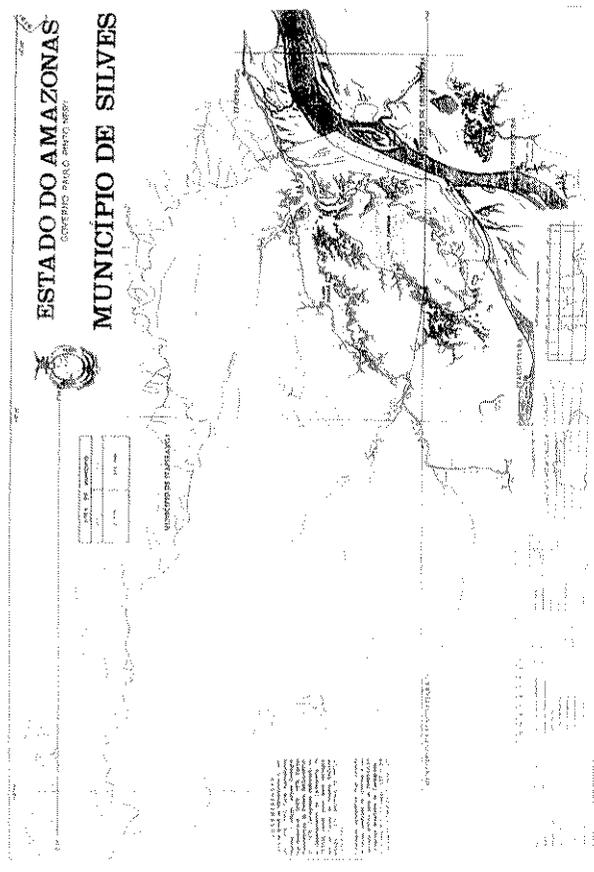
Essas entrevistas tinham como objetivo identificar a evolução do Movimento e qual a participação de cada categoria. Todos colaboraram exceto um pescador profissional, no porto, que pensou que eu fosse turista.

As amostras para entrevistas foram “amostras intencionais”(Thiollent, 1980:85-89), ou seja, entrevistei um número de pessoas, os líderes do Movimento, os agentes pastorais e alguns participantes. O critério de escolha foi em função da importância que estes desempenharam nesse Movimento. De fato a informação que elas continham foi muito mais rica do que se tivesse usado questionários para um grande número de participantes (Thiollent, 1985:15).

Em seguida as mesmas foram transcritas e feita análise do conteúdo.



OBSERVAR o grande número de rios, lagos, igarapés. Por isso que o PEIXE é tão importantes



O MOVIMENTO DO PEIXE NO AMAZONAS

O Amazonas tem uma situação privilegiada quanto ao meio ambiente com muita mata, muitos rios, lagos, igarapés, onde vivem quantidades imensas de cardumes de peixes.

Até o fim da década de 60 havia uma fartura de peixe. “Quando eu era pequeno tinha muita fartura aqui em Silves. Peixe que não acabava mais” falou com saudades um ribeirinho do interior.

O Amazonas sempre foi muito farto de peixes, quelônios.(20) O ribeirinho podia até escolher o tipo e o tamanho do peixe, ou bicho de casco sem gastar muito tempo para apanhá-lo.

“Eu era criança e morava na beira do Paraná de Itapiranga. Minha mãe me dizia: - “Meu filho, vai pegar uma tartaruga para o almoço, mas não pegue uma muito grande. Pegue uma que dê para nós”. Eu ia e voltava logo com uma assim (média). Hoje não tem mais nada. Os meus netos nem conhecem tartaruga de verdade”. (depoimento de pescador)

Os ribeirinhos chamam de tartaruga o bicho de casco grande de 30, 40 quilos. As outras espécies de bicho de casco menores são tracajá, o pitiú.

(20) ... a pesca predatória começou por volta de 1968. O estrago é tão gritante, que, em 1974, o armador de pesca Alfredo Jacaúna Pinheiro, secretário da Colonia de Pescadores Z-2, de Manaus, apresenta um relatório ao então Ministro da Agricultura Cirne Lima, denunciando que os peixes da Amazonia estão diminuindo de peso e de tamanho. Entre os fatos relatados há alguns realmente atemorizadores: em 1971, no Rio Madeira, houve lances de rede que capturaram 30.000 (trinta mil) exemplares de peixes diversos. Feita a seleção dos que serviam para o mercado, sobraram 2.000 (dois mil) exemplares, sendo que os outros 28.000 (vinte e oito mil) lançados na água, já mortos, gerando um mau cheiro insuportável nos remansos ou nas moitas de canarana, junto às margens onde se retinham os peixes apodrecidos. Por outro lado revelava que os exemplares de tambaqui de 800 (oitocentas) gramas de peso, ou de pirarucu de 3(três) quilos, eram trazidos para os mercados quando o primeiro ao atingir tres anos de idade, idade em que a femêa começa a postura, tem o peso médio entre cinco e sete quilos; e o segundo, só atinge a idade adulta com o peso mínimo de 25(vinte e cinco) a 30(trinta) quilos. Tambaqui e pirarucu são peixes muito apreciados na Amazônia. Falou a mesma coisa o antigo delegado da Sudepe em Manaus, Raimundo Neiva Eulálio, em 1974, declarando que “o Amazonas esta condenado a ficar sem peixe dentre de 4(quatro) anos se for proibida a pesca na época da desova”(Djalma Batista-O complexo da Amazônia 1978:46).

Mas os tempos mudaram. A instalação da Zona Franca de Manaus (1967), o Distrito Industrial ofereceu muitos empregos à população. Do interior veio gente em grande quantidade para a capital amazonense, em busca de trabalho, melhores condições de vida, saúde, educação. Houve uma demanda muito grande de alimentos, principalmente o peixe, um dos mais apreciados no Estado. Em decorrência disso cresceu também a frota pesqueira.

Por volta de 1968, segundo depoimento escrito, já existia a depredação de peixes, no Amazonas, por barcos pesqueiros.

Estragavam de duas maneiras: na hora da pesca quando os filhotes eram jogados fora e, estragavam também quando encontravam outros peixes comercialmente melhores, jogando fora os de preço inferior apanhados que estavam nas geladeiras. TONELADAS E TONELADAS DE PEIXES ERAM ESTRAGADOS.²¹

Então o peixe começou a diminuir e até a faltar na mesa do ribeirinho. Ele, alternando o trabalho da roça com a pescaria, em uma hora ou duas, no máximo, pescava o suficiente para o almoço da família. Quando o peixe se

²¹ Temos o relato de estragos de peixes em 1971, no Rio Madeira. Aqui está o relato de um ribeirinho, em 1982, em Silves: Rib - O peixe está agora tão difícil que a gente passa dois, três dias pescando para apanhar uns poucos peixes. Digo com vergonha, nunca passei fome assim. CIPÓ: Isto está acontecendo por causa da pesca predatória? Rib - Sim. Vem barcos de Belém, Macapá, Santarém, Parintins, Urucará, Itapiranga, Manaus para apanhar o peixe no Lago do Canaçari. CIPÓ: Como é feita a pesca? Rib: - Só uma embarcação vão 12, 15 pessoas para pescar. Se dividem em várias canoas e fazem um lance de 100 mts., alguns de até 300 mts quadrados. Colocam a arrastadeira com 600 ms, da beira pro largo até uma poita (âncora) que eles colocam no lago. Formam um semi-círculo. O peixe, quando vem, vem de cardume. Alguns pescadores vêm um pouco longe comboiando o peixe. Quando ele entra no semi-círculo, os pescadores fecham e tornam a levantar a malhadeira para a beira do Lago e puxam para a terra. Pescam 50,60,70, 80 mil jaraquis de uma vez. Esse peixe é tirado da malhadeira e vai para as canoas. Das canoas colocam no motor. Dentro da caixa de gelo fazem uma cama de peixe, outra de gelo. E o que morre, se estraga é jogado fora. O peixe miúdo também fica todo batido e é jogado pela beirada. Levam muitas horas fazendo esse serviço, por isso o peixe se estraga. Às vezes pegam um cardume de sardinhas e vêm embora. No caminho encontram um cardume de tambaqui ou curimatá. Como a geladeira está cheia de sardinha, jogam tudo fora para pegar os tambaquis. Com isso tudo não há peixe que não se acabe” (conversa com um comunitário do interior - SILVES - CIPÓ, ano 7, março/abril, 1982.8).

tornou mais difícil, ele foi obrigado a gastar mais tempo na pescaria, o que prejudicava a roça.

“Levava uma hora só para chegar no Lago mais próximo. Quando estava na escassez, o pessoal pescava o dia todo e, quando voltava não trazia nada: duas piranhas, quatro pacus... Ninguém mais via peixe, um ou dois curimatãs. Uma família de dez pessoas tomava caldo apenas” (Depoimento de um líder comunitário).

O peixe, que se escondia no igapó (área da mata inundada pelas águas durante as cheias) onde se sentia protegido, passou também a ser pescado. Então começaram a fugir para outros lugares.

O produto foi escasseando. O povo começou a passar fome e até a comer peixe liso, que o amazonense não come por preconceito cultural. Os peixes foram acabando aos poucos e por isso o povo ainda não percebia sua falta.

A frota pesqueira aumentou muito. Como o objetivo era o maior lucro possível, os métodos empregados para pescar em rios, lagos ou igarapés nem sempre eram sempre legais. Havia uma lei que dizia:

**“É PROIBIDA A PESCA DE LANCE E ARRASTÃO
EM QUALQUER ÉPOCA DO ANO
LEI 466/73 da SUDEPE**

isto é, a pesca onde se usavam redes muito grandes. Com essas redes de arrastão²² pegavam todo o cardume: tanto o peixe adulto, quanto o filhote (esse proibido pela SUDEPE de ser comercializado). Além do arrastão tinham

²² A arrastadeira ou arrastão de praia é uma rede de 100, 200 até 500 mts de comprimento e 13 ms de altura possui malhas pequenas, com um saco de fundo opcional, geralmente utilizado nas margens dos grandes rios, chamados “lanços” ou “lances” como são conhecidos os locais mais piscosos durante a enchente. Este local obriga a uma limpeza prévia pois tem galhos e troncos de árvores dentro das águas.

a espinhelão e as malhadeiras de fibra de nylon, muito grandes que até atravessavam os lagos.

Os filhotes, muito batidos, machucados, presos nessas redes, morriam logo e eram jogados na beira do rio ou lago. Os peixes adultos eram recolhidos da rede de arrastão para as diversas canoas dos barcos pesqueiros. Lá colocavam nas geladeiras (caixas frigoríficas).

O movimento de defesa do peixe no Amazonas começou neste contexto: a necessidade de defender o peixe que começava a desaparecer.

A partir de agora passaremos a descrever o movimento de defesa do peixe no Amazonas e posteriormente em Itapiranga e Silves. Ao todo foram realizados 12 encontros entre 1983 e 1996. Os primeiros, de 1983 a 1987, mostram muito da organização do povo, de 1988 a 1992 o fortalecimento das organizações locais, criação de instrumentos de luta e as leis municipais e por último de 1993 até os dias de hoje a interação entre as diversas entidades na defesa do peixe (IBAMA, comunidades, universidade e outros) (Anexo 1). Outros acontecimentos sobre a pesca no Amazonas podem ser vistos no Anexo 2.

ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE NA DEFESA DO PEIXE: ENCONTROS DOS RIBEIRINHOS

Neste trabalho foram respeitados os títulos dos encontros como se encontram nos relatórios da CPT. Em alguns encontros estão presentes prelaças/diocese e municípios e em outros só as prelaças.

ENCONTROS DE RIBEIRINHOS PROMOVIDOS PELA C.P.T. NO-I (AM/RR)

Enc.	Dioceses ou Prelazias	Pessoas/Municipípios participantes	Local	Data	Organizador	Assessor	Encontro
1º	Coari, Tefé Itacoatiara	41 + 1 Pará	Tefé	18-21 ag/1983	C.P.T. NO-I	C.P.P-Nac.	Encontro sobre a Pastoral da Pesca
2º	Alto Solimões, Coari, Tefé, Itacoatiara	42 - 8	Itacoatiara	21-23 out/1985	C.P.T. NO-I	Col. Pesc.	Encontro de Pescadores Artesanais
3º			Coari	out/1986	C.P.T. NO-I	Paulo Maldos	Encontro dos Pescadores
4º	Alto Solimões, Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins, Tefé	36	Manaus	12-16 out/1987	C.P.T. NO-I	Paulo Maldos	Encontro dos Pescadores - ribeirinhos
5º	Alto Solimões, Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins, Tefé	32	Manaus	20-24 jun/1988	C.P.T. NO-I	Paulo Maldos	V Encontro dos Pescadores
6º	Alto Solimões, Coari, Itacoatiara, Parintins, Tefé	45 - 15	Manaus	8-11 abr/1989	C.P.T. NO-I	Paulo Maldos	VI Encontro dos Pescadores e ribeirinhos

ENCONTROS DE RIBEIRINHOS PROMOVIDOS PELA C.P.T. NO-I (AM / RR)

Enc.	Dioceses ou Prelazias	Pessoas/Municípios participantes	Local	Data	Organizador	Assessor	Encontro
7°	Alto Solimões, Coari, Itacoatiara, Parintins, Tefé	22	Manaus	23-26 abr/1990	C.P.T. NO-I	Paulo Maldos	VII Encontro dos Ribeirinhos e Pescadores
8°	Alto Solimões, Coari, Lábrea Itacoatiara, Parintins, Tefé	42 - 15	Manaus	5-8 ago/1991	C.P.T. NO-I	Paulo Maldos	VIII Encontro Estadual de Ribeirinhos
9°	Alto Solimões, Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins, Tefé	50 - 19	Manaus	25-29 mai/1992	C.P.T. NO-I	Paulo Maldos	IX Assembléia Regional dos Ribeirinhos
10°	Alto Solimões, Coari, Lábrea Itacoatiara, Tefé	44	Manaus	24-28 mai/1993	C.P.T. AM/RR	Daniel Rech Sérgio Sauer	X Encontro Regional de Ribeirinhos em busca da Reforma Aquática
11°	Borba, Coari, Itacoatiara, Manaus, Parintins,	24	Manaus	6-9 set/1994	C.P.T. AM/RR	Daniel Picolli Jansen Zuanon Nádia Vettori Antonio Vieira	XI Encontro dos Ribeirinhos da C.P.T.-AM/RR
12°	Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins, Tefé	24	Manaus	7-9 mai/1996	C.P.T. AM	Cláudio Perani	12° Encontro dos Ribeirinhos C.P.T.-AM

IX ENCONTRO REGIONAL DOS RIBEIRINHOS

MAROMBA 25 a 29 DE MAIO 1992



DEMARCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE LAGOS

MESA REDONDA COM:
Profº Marcus Barros (U.A.) - Dep. Sebastião Nunes (P.T.)
Sis. José Leônidas Barros (DBAMA) - Profº Hélio Assis (Comissão Pres.)
Eli. Janssen Zúñiga (Fórum Amaz.) - Fe. Dionísio Kudawicz (CPT)

LOCAL: MAROMBA DIA: 26/05/92 HORA: 9.00h

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
AM / RR



1º. Encontro sobre a pastoral da pesca - 1983

O Encontro realizou-se em Tefé, de 18 a 21 de agosto de 1983, com 41 participantes das Prelazias de Coari, Itacoatiara e Tefé e um convidado do Pará. A assessoria esteve a cargo da Comissão Nacional da Pastoral dos Pescadores.

Objetivo: fazer um levantamento da situação dos pequenos pescadores e dos ribeirinhos e o encaminhamento pastoral diante dessa realidade.

Desenvolvimento: Após o levantamento da situação refletiu-se sobre o que deveria ser feito, pastoralmente, diante dessa realidade.

Proposta apresentada para o próximo encontro: continuar o levantamento e troca de experiências, descobrir portarias, artigos da Lei Orgânica Municipal que se referissem à preservação e maneiras de se organizarem na comunidade.

2º. Encontro de pescadores artesanais - 1985

Realizou-se em Itacoatiara, de 21 a 23 de outubro de 1985. Teve 42 participantes das Prelazias de Alto Solimões, Coari, Itacoatiara e Tefé, sendo 33 pescadores e ribeirinhos, seis agentes pastorais das três Prelazias, bispos de Itacoatiara e Tefé. O assessor foi Cantídio Benício Rego, da Colônia de Pescadores de Santarém.

Municípios participantes: Carauari, Coari, Fonte Boa, Itacoatiara, Manacapuru, Silves, Tabatinga, Tefé e o assessor de Santarém.

Objetivo: avaliar as propostas feitas no ano anterior e continuar os trabalhos em defesa da preservação.

Desenvolvimento: Falou-se sobre as organizações e problemas da pesca. Houve também troca de experiências. O maior é a escassez do peixe. Briga entre pescadores (que usam arrastão) e as comunidades, de pescadores

com os índios ticunas e a falta de gelo. Também relataram sobre as dificuldades com as prefeituras e com os comerciantes.

Proposta apresentada: reunião com as comunidades para repassar o Encontro; unir associações, promover encontros entre ribeirinhos e pescadores, promover diálogo com os índios; realizar um outro encontro em 1986.

Também, no Encontro formou-se uma Comissão de Pescadores - um de cada região, para entrar em contato com a C.P.T. para a divulgação de leis.

3º. Encontro dos pescadores - 1986

O Encontro foi realizado na cidade de Coari, em outubro de 1986 com assessoria de Paulo Maldus, do Centro de Educação Popular do Instituto "Sedes Sapientiae" - CEPIS de São Paulo.

Não existe relatório sobre ele, mas há um subsídio para o Encontro e faz-se referência a ele no 7º Encontro. Os conflitos entre ribeirinhos e pescadores continuavam grandes.

Objetivo: retomar o assunto da preservação dos lagos fazer levantamento nos municípios para escolher os lagos de procriação e subsistência; estudar as reivindicações das Colônias de Pescadores do Estado do Amazonas (elaboradas em diversas reuniões regionais para a Constituinte da Pesca).

Desenvolvimento: O Irmão Falco Michelis, junto com agricultores da Prelazia de Tefé, apresentou proposta de preservação de lagos.

Há três tipos: lago de procriação, santuário ou sagrado; lago de manutenção, subsistência ou consumo e lagos livres (Anexo 3).

No primeiro é proibida a pesca por tempo indeterminado; o segundo é usado para a alimentação das comunidades ao redor dele e o terceiro é aberto a qualquer tipo de pesca, mas, em qualquer um deles é proibido o uso de lance ou arrastão.

Proposta apresentada: analisar o movimento dos ribeirinhos, discutir a cidadania no Movimento de Defesa do Peixe; fazer o histórico dos ribeirinhos.

4º. Encontro dos pescadores - ribeirinhos - 1987

Este Encontro foi realizado em Manaus de 12 a 16 de outubro de 1987 e contou com a participação de 36 pessoas das Prelazias e das Dioceses do Alto Solimões, Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé sendo 19 agricultores ribeirinhos, seis pescadores, quatro agentes de educação popular - MEB (Movimento de Educação de Base), professor rural e agricultor, quatro agentes de pastoral dois coordenadores da C.P.T. de Alto Solimões, Itacoatiara e Parintins, um assessor da C.P.T. Nacional e o assessor do Encontro Paulo Maldos, do CEPIS de São Paulo.

Objetivo: A C.P.T. promoveu os encontros para descobrir uma forma de pescar e ao mesmo tempo preservar

“procurar as raízes dos conflitos, identificar os inimigos dos pescadores e ribeirinho e formas de enfrentá-los, buscar formas de organização e luta a nível de base; defender as fontes de alimento e a vida: o lago, o rio, a terra, o peixe e a floresta”(Relatório do Encontro, p.3).

Desenvolvimento: Estudou-se o sistema capitalista e constatou-se que o povo está desorganizado e que os conflitos entre ribeirinhos e pescadores continuavam cada vez mais graves.

Proposta apresentada: Foram feitas propostas para a formação de NOVA SOCIEDADE mais justa, organizando o povo a partir de suas necessidades concretas. É indispensável companheirismo e união de forças, envolvendo também mulheres, crianças e jovens

5º. Encontro dos pescadores - 1988

O 5º Encontro realizou-se em Manaus, de 20 a 24 de junho de 1988. Estiveram presentes 32 participantes sendo 27 representantes das Prelazias e Dioceses de Alto Solimões, Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé; um bispo (de Itacoatiara), dois coordenadores da C.P.T. (Itacoatiara e Tefé), um advogado Eder Coelho e o assessor Paulo Maldus, do CEPIS de São Paulo.

Objetivo: Fazer a avaliação do trabalho já realizado e dar novos passos em conjunto na luta da preservação.

Desenvolvimento: Pela avaliação verificou-se que as experiências surgidas são consideradas ferramentas novas para a luta sendo necessário aprofundá-las. Elas foram classificadas em:

I - Organização: Associação de Pescadores, Documento de Lagos, Associação e Colônia de Pescadores.

II - Prática comum: feira do Produtor Rural, Acordo entre pescador e ribeirinhos.

III - Política de pesca: Nova Lei de Pesca, pesca e preservação.

Entre as experiências apresentadas pela Associação de Pescadores, foram escolhidas para serem analisadas as dos Municípios de Amaturá e Coari.

Documento dos Lagos - as comunidades situadas ao redor dos Lagos Grande e Comprido, no Município de Parintins, que dependem da pesca para sua sobrevivência, elaboraram um Documento do Lago proibindo a pesca no verão para comunitários e pescadores profissionais. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parintins não participou desse trabalho. O assessor lembrou que é importante o Sindicato posicionar-se a favor da preservação, pois o ribeirinho é um trabalhador rural.

Associação e Colônia - foi explicada a diferença entre as duas.

As Feiras do Produtor Rural dos Municípios de Itapiranga e Parintins foram escolhidas para serem analisadas. Um dos grandes problemas dos agricultores/ribeirinhos é a comercialização, pois quem mais ganha com o produto são os atravessadores. Em Itapiranga não tem intermediários. Lá, mais tarde acharam que os pequenos pescadores também poderiam vender na mesma feira o seu pescado, já que os dois também são vítimas de marreteiros.

O acordo entre pescadores e ribeirinhos é necessário para se fortalecerem, pois entre eles há práticas e interesses comuns, a fim de enfrentarem a luta comum contra os grandes armadores que estão acabando com o pescado.

Política de Pesca - Em Tefé foram feitas 16 reuniões preparatórias com comunidades, pescadores e a Colônia de Pescadores Z-4 (de Tefé), para elaboração da Nova Lei de Pesca. “O objetivo da Proposta é a luta para ter peixe e não para acabar com ele”.

A proposta apresentada pelo Irmão Falco foi a seguinte:

- a) Cada comunidade interessada organiza o seu Comitê de Pesca.
- b) Dentre os vários representantes dos Comitês de um Município elege-se uma Comissão Municipal.
- c) Das várias Comissões Municipais escolhem-se uma Comissão Regional. A área de abrangência destas Comissões é a mesma da Capitania dos Portos.
- d) As diversas Comissões Regionais estariam ligadas ao Ministério da Agricultura.

A Lei de Pesca deveria prever a demarcação das áreas, as proibições necessárias e a criação de um entreposto para controle de entrada e saída do pescado.

Em 1988 elaborou-se a Constituição Brasileira e, em seguida seriam as Constituições Estaduais e Municipais. As propostas apresentadas pela Prelazia de Tefé, dada a sua importância, deveriam ser incluídas nas novas Constituições Estadual e Municipais.

“Deve-se ficar atento para o momento político e promover uma maior articulação para que as propostas defendidas pelos pescadores e ribeirinhos sejam garantidas na nova Constituição Estadual” (Relatório, p.8).

O advogado explicou a diferença entre documentação oficial e oficiosa. A oficial é elaborada pelos órgãos oficiais. No caso da pesca são as portarias, leis, decretos editados pela SUDEPE, ou órgão do governo estadual ou federal. A oficiosa é legislada pelos próprios comunitários.

Para se fazer uma lei é necessário: colocar os objetivos, tipo de produtos, quantidade de pescado, penalidades, ser assinada e torná-la conhecida, isto é, a lei deve ser escrita e divulgada para que todos tomem conhecimento dela e quem assina deve respeitar o que foi assinado.

Quando acontece um impasse entre pescadores e ribeirinhos, disse o assessor, a melhor solução é um acordo. Na prática, a lei oficiosa é mais utilizada do que as leis dos órgãos oficiais, explicou ele.

Propostas: No final do Encontro foi feita a programação das Prelazias; quase todas irão estudar a Nova Lei da Pesca em suas comunidades, promover reuniões entre pescadores e ribeirinhos para a conscientização. Em Tefé vão animar os professores para que a Lei seja estudada nas escolas de 1º e 2º graus. Nas comunidades, se pedirá apoio por escrito dos candidatos a prefeito e vereadores favoráveis à proposta da Nova Lei de Pesca.

Solicitou-se que para o próximo encontro viessem pessoas “comprometidas e que acreditem na luta” participantes dos encontros anteriores, para dar continuidade à organização de classe.

6º. Encontro dos pescadores e ribeirinhos - CPT Amazonas - 1989

Foi realizado em Manaus, de 8 a 11 de abril de 1989 e contou com a presença de 45 participantes sendo 31 das Prelazias de Alto Solimões, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé; três coordenadores da C.P.T. (Alto Solimões,

Itacoatiara e Tefé); cinco pessoas da CPT-Manaus, um da Arquidiocese de Manaus, convidados quatro índios e um seringueiro e o assessor Paulo Maldos.

Quinze municípios estiveram presentes: Alvarães, Amaturá, Benjamin Constant, Coari, Codajás, Itacoatiara, Itapiranga, Manaus, Parintins, Santo Antonio do Içá, São Paulo de Olivença, Silves, Tabatinga, Tefé e Tonantins.

O assessor salientou a importância da presença de representantes das organizações nesse Encontro: Conselho dos Seringueiros, União das Nações Indígenas (UNI), Conselho Geral das Tribos Tikunas (CGTT), Conselho Indígena de Roraima (CIR) e Organização Geral dos Professores Tikuna Bilingue (OGPTB). Isso mostra que a luta cresceu e está dando passos para articular as lutas dos pescadores, ribeirinhos, índios e seringueiros - povos da floresta, em uma luta comum.

Objetivo: Avaliar a aplicação da Lei da Pesca nas comunidades e a sua divulgação. Continuar a defesa do peixe.

Desenvolvimento: Apareceram nesse encontro vários fatos relacionados a entidades oficiais, conforme relatos: “dois companheiros foram presos ilegalmente pela polícia, liberados logo”; obtiveram garantia do Juiz de Direito para os problemas da pesca; conseguiram dois fiscais municipais garantidos pela Prefeitura de Parintins (Anexo 4); crítica a Eletronorte, quando houve um ato público em São Sebastião do Uatumã (Itacoatiara), a SUDEPE determinou o período de fechamento de lagos; é o prefeito quem dá as normas de pesca (Coari); a nova Lei de Pesca foi encaminhada à Constituinte Estadual (Tefé), ou levaram propostas para a Lei Orgânica do Município (São Paulo de Olivença). O Estatuto da Associação de Pescadores não foi aceito pela Câmara e Cartório, porque os pescadores não seguiram os já elaborados pela SUDEPE, mas os organizados por eles mesmos (Amaturá) .

“em protesto contra a morte, tanto do Rio Uatumã, como dos peixes e de outros animais causados pela Hidroelétrica de Balbina construída no Rio Uatumã” (Itacoatiara).

Em seguida aprofundaram a atuação dos Comitês

- Cada comunidade tem um Comitê de Pesca formado por três pessoas escolhidas pela própria comunidade;
- Comunidades vizinhas formam um setor que preserva o Lago.
- Pessoas trabalhadoras e interessadas na preservação escolhidas pelas comunidades, serão responsáveis pela fiscalização dos lagos, e, junto com os comunitários, solucionarão os problemas.
- Faz-se planejamento nas reuniões de setores onde cada comunidade volta com uma tarefa a cumprir.
- Os professores convidados para essas reuniões ficam com a responsabilidade de, nas escolas rurais, falar aos alunos sobre a defesa do peixe, e nas escolas da cidade trabalhar os temas educar-preservar. Preservar para ter o que comer.
- Só ribeirinhos/agricultores participam dos Comitês.
- Junto pescadores e ribeirinhos tentem defender o peixe, nas reuniões de Comitês, procura-se fazer acordos com os pescadores profissionais, escolhendo os lagos a serem preservados que são assinalados com placas.

Trabalharam depois, outras duas experiências: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Associação dos Pescadores.

A Associação dos Pescadores deve ser só para os pescadores. É importante o fortalecimento das bases feito pela conscientização e pela união.

A preservação dos lagos seria mais forte se contasse também com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais. É importante o diálogo entre Sindicato e Associação.

O Sindicato é uma organização importante para os ribeirinhos, para se atingir os objetivos da transformação e deve entrar na luta de preservação junto com as comunidades. Entretanto, existem muitos Sindicatos que não estão interessados na preservação, mas é importante fortalecê-los, pois nas reuniões, ou encontros, ele pode levantar o tema preservação.

Nos relatórios constam ainda as falas de um seringueiro e um índio.

O representante do Conselho Nacional dos Seringueiros, disse que no 2º Encontro de Seringueiros havia agricultores, indígenas, ribeirinhos.

“É preciso o agricultor respeitar seringueiro, seringueiro respeitar índio, índio respeitar pescador, pescador respeitar agricultor para poder fazer as Reservas Extrativistas . É necessário unir as forças de todos para fazer uma grande força. Lá, no Acre, já conseguiram fazer as Reservas Extrativistas com indígenas e seringueiros ” (Relatório: 10).

O índio tukano Manoel Fernando Moura, representante da União das Nações Indígenas (UNI) contou a lenda do gigante: este possui uma mala, dentro dela está um porco; dentro da barriga do porco um pombo, que tem em sua barriga um ovo e dentro dele uma vela. Se esconder essa vela o gigante morre. “O gigante simboliza os grandes com quem precisamos lutar ”. E terminou:

“ para nós, índios, árvore é quase outra pessoa. A natureza, animais, mata, é vida. Assim nos ensinaram nossos antepassados...”(Relat.:10).

Associando a narração do índio às reflexões a serem feitas, o assessor perguntou aos grupos: Quem é o gigante? Como ele atua? Como matar o gigante?

Respostas: São as grandes empresas madeireiras, os grandes latifundiários ... Eles agem por vários meios. Ele só será morto através das organizações de massas: as categorias já citadas junto com outros movimentos populares. Conscientizar mais gente para unir forças e poder acabar com o gigante.

Proposta: Pediu-se que cada Prelazia ou Diocese escolhesse duas coisas bem concretas para serem realizadas e continuar os Comitês, passar esse Encontro para todas as comunidades, dialogar com os Sindicatos, criar mais lideranças nos Municípios.

Quanto à tarefa comum foi escolhido: realizar outro Encontro convidando ribeirinhos, pescadores, índios e seringueiros.

Também os índios apresentaram uma proposta para os participantes:

“Ter contato permanente com as lideranças indígenas das comunidades, para divulgar ao público, na imprensa em conjunto no caso de acontecer violências contra ribeirinhos, seringueiros, agricultores e pescadores” (Relatório, p.16).

7º. Encontro dos ribeirinhos e pescadores - CPT - Amazonas - 1990

Foi realizado em Manaus, de 23 a 25 maio de 1990 e teve a participação de 22 pessoas dos municípios de Alto Solimões, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé, além de cinco representantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), equipe do Secretariado Nacional da C.P.T.AM/RR, um assessor da C.P.T. Nacional e o assessor do Encontro Paulo Maldos.

Objetivo: Avaliar os trabalhos realizados e continuar a caminhada comum na preservação do peixe. Os trabalhos em grupo foram realizados a partir das perguntas: O que foi decidido no Encontro do ano passado pela sua Prelazia? O que foi possível fazer? O que não foi possível fazer? Por quê?

O grupo da COIAB se reuniu com outra pergunta: O que as Organizações Indígenas conseguiram em termos de crescimento da Organização na Amazônia e de defesa do território?

Desenvolvimento: Depois do plenário o assessor sintetizou as colocações destacando quatro pontos comuns:

1. Em alguns lugares houve avanços, nas organizações dos sindicatos;
2. Na defesa do peixe, da terra, dos lagos fez-se ligação com os povos indígenas;
3. O povo, ribeirinhos e pescadores participaram na elaboração da Lei Orgânica, para a preservação dos lagos, rios, peixes - para uma melhor política e fizeram alguns projetos de pesca;
4. Foram criados alguns comitês de pesca..

O assessor comentou ainda as dificuldades encontradas nas alianças: ribeirinhos, pescadores, índios e sindicatos.

A seguir ele fez um Histórico da Caminhada dos Encontros de Ribeirinhos e Pescadores, pois muitos participavam pela primeira vez .

Retrospectiva dos Encontros de Ribeirinhos e Pescadores:

1º ao 3º Encontro (1983, 1985, 1986), Tefé, Itacoatiara, Coari

Objetivo: trocar experiências; obter informações através da Comissão Pastoral da Pesca -CPP Nacional; tentar criar a Pastoral dos Pescadores.

Problemas: Os conflitos entre pescadores e ribeirinhos continuavam cada vez mais graves. A C.P.T. inicia os encontros para buscar: esclarecer as raízes dos conflitos; identificar os verdadeiros inimigos de pescadores e ribeirinhos; ver formas de organização e luta a nível de base; defender as fontes de alimento e a vida: o lago, o rio, a terra, o peixe e a floresta.

4º ao 6º Encontro (1987, 1988, 1989), Manaus

Objetivos: Fortalecimento das organizações locais (sindicatos de agricultores, associações de pescadores, comitê de pesca, feira do pequeno produtor, etc; criação de instrumentos de luta (Documento do Lago, Lei de pesca apresentado pelo Irmão Falco), lei oficial e lei oficiosa, participação, organização na Constituinte (Estadual Municipal); tomada de consciência das raízes dos conflitos (realidade da Amazônia, entrada do capitalismo na região, interesse dos grandes

grupos econômicos; como eles trabalham para dividir o povo, fazer lei a seu favor, controlar o governo, necessidade da luta unida e da aliança entre: ribeirinhos, pescadores, índios e seringueiros.

Após a síntese dos encontros anteriores houve uma reflexão em grupo a partir da pergunta: Que lutas para a preservação dos lagos e rios estão acontecendo na região?

O assessor Paulo Maldos, no final, retomou as principais lutas que apareceram, classificadas em nove tipos diferentes:

1. Lutas para a preservação dos lagos - para obter documentos.
2. Lutas mais amplas, a nível de regiões, ecológicas, para preservação dos lagos, das florestas.
3. Lutas para conquistar leis, para ter uma força oficial, legal, áreas protegidas.
4. Lutas para formação de Conselhos.
5. Lutas para ter uma política de pesca, reconhecida pelos municípios, conselhos populares.
6. Lutas para criar associações de pescadores, comitês de pesca.
7. Lutas para trabalhar nos sindicatos dos trabalhadores rurais (criar ou fortalecer) - fazer alianças.
8. Lutas para articular as categorias: ribeirinhos, índios, pescadores.
9. Lutas para fazer articulações com municípios vizinhos.

Em uma outra etapa do trabalho, o assessor mostrou o mapa do Brasil, fez todos se localizarem, lembrou, com o grupo, algumas lutas do Brasil e do Amazonas. Estão toda ligadas e visam melhorar as condições de vida e conquistar direitos. A origem do problema, a raiz dessa situação e os inimigos são comuns. As organizações nacionais populares têm lutas em comum.

Na continuação do Encontro o Dr. Hiroshi Noda, engenheiro do Instituto Nacional de Pesquisa do Amazonas (INPA) e do Forum Permanente de Debates sobre a Amazônia, situou o trabalho do INPA e os debates do Forum importantes na preservação.

Paulo Maldos esclareceu que é importante a ação da comunidade, pois ela é a base da defesa do peixe. Como fortalecer a organização local e construir uma barreira contra a devastação dos rios e lagos de nossa região? a níveis de comunidade, municipal, de prelazia?

O assessor se preocupou com a falta de um rumo claro, geral, a nível de prelazias. É necessário encontros nas bases, nas comunidades, em seguida a nível de prelazia, depois encontros estaduais, anuais, como esses que estão sendo realizados, para a continuidade da luta.

Propostas: Um encontro a nível de prelazia, com representantes dos municípios, sobre a preservação (lagos, rios, peixe) para ter uma linha de continuidade da luta. Dele sairão os representantes para o próximo encontro a nível estadual, promovido pela C.P.T., em agosto de 1991.

O papel da CPT seria de elaborar subsídios, cartilha com material vindos das prelazias/dioceses, aproveitando os textos, atas de reuniões, relatórios dos encontros, etc. O objetivo seria ajudar na organização dos grupos de defesa da pesca.

Pedir assessorias, sempre que necessário para a C.P.T., INPA, FORUM Permanente de Debates sobre a Amazônia) e Universidade do Amazonas. A C.P.T. ajudaria a articular esses encontros.

Um grupo participará do Seminário sobre a Pesca, promovido pela Federação de Pescadores dos Estados do Amazonas e Roraima a ser realizado dia 27/04, na balsa da SUDEPE.

Todos constataram crescimento da luta comum.

Nesses Encontro foi lançada, pela C.P.T., o livro “Conflitos no Campo Brasil 89”, que fala sobre as lutas pela posse da terra.

80. Encontro estadual de ribeirinhos - 1991

O Encontro foi realizado em Manaus, de 6 a 8 de agosto de 1991. Participaram 37 representantes das Prelazias/Dioceses do Alto Solimões,

Coari, Itacoatiara, Parintins, Tefê, Lábrea, além de cinco indígenas: tucano, sateré-mawe, tariano, mundurucu, representantes da COIAB, secretariado regional da C.P.T. AM/RR e o assessor Paulo Maldos, do Centro de Educação Popular do Instituto “Sedes Sapientiae”- CEPIS, de São Paulo.

Estiveram presentes 15 Municípios: Benjamin Constant, Boa Vista do Ramos, Carauari, Coari, Itacoatiara, Jutai, Lábrea, Manaus, Parintins, Santo Antonio do Içá, Silves, Tabatinga, Tefê, Tonantins e Urucurituba.

Objetivo: “unir forças na luta da preservação de lagos e rios, clarear a luta de preservação, trocar experiências e tirar propostas para o fortalecimento da caminhada”(Relatório, p.1).

Desenvolvimento: Os grupos, por prelações, responderam as questões sobre situações de invasão e estragos de peixe na região, as lutas enfrentadas, vitórias e dificuldades existentes.

Prosseguem os estragos feitos pelas grandes empresas, os conflitos entre pescadores ribeirinhos na defesa do lagos e comunitários entrando nos lagos preservados.

As áreas indígenas continuam invadidas “pelo governo federal, mineradores, madeireiros, garimpeiros, grandes projetos nacionais e estrangeiros (Relatório, p.5).

A invasão e a dominação de empresas, pescadores, autoridades serão barrados através da conscientização, da politização feita por meio de comitês de pesca, leis orgânicas, articulação entre movimentos e entidades, afirmação da organização local, realização de seminários, passeatas, legalização dos lagos como patrimônio municipal, demarcação de lagos de procriação e manutenção, criação de peixes e aves, conscientização de seus direitos.

Várias dificuldades surgiram: o povo acha que o peixe nunca se acaba; perseguição à lideranças populares; falta de apoio das autoridades. A dura situação econômica torna difícil a organização política. Trabalha-se na linha de conscientização dos ribeirinhos e na fiscalização da pesca predatória.

As vitórias são importantes porque mostram que só há avanço se houver união. Conseguiram-se portarias do IBAMA e leis das Câmaras Municipais. Fundaram-se associações, houve demarcação de lagos, maior conscientização. Com tudo isso o peixe aumentou.

Algumas metas foram traçadas:

- a) a longo prazo: construção da NOVA SOCIEDADE, igualitária, justa, construção do REINO DE DEUS;
- b) a médio prazo melhorar as organizações para uma sociedade mais igual ;
- c) a curto prazo mais peixe, mais respeito aos trabalhadores, lago preservado, etc.

As vitórias são importantes porque servem de exemplo para as novas gerações, dão coragem e abrem novos espaços, novos caminhos, novas lutas. Mostram o caminho certo e dão “força prá gente não csmorecer”.

A assessoria fez uma síntese sobre os objetivos que podem ser classificados em três níveis:

- a) Por que as dificuldades continuam?
- b) Porque houve falhas no planejamento, na organização, na execução das tarefas, avaliação e comunicação?
- c) Por causa por causa do sistema capitalista que concentra poder, riquezas, terra, informações.

Houve apresentação da situação da pesca e comercialização em Manaus. Há muito estrago de peixes. É necessária uma política pesqueira no Estado do Amazonas, que garanta a preservação e, ao mesmo tempo, abasteça o mercado.

Foram dadas informações sobre: ECO-92, Projeto Echéa, Internacionalização do Amazonas, projeto Radam.

ECO-92

Explicou-se que Ecologia é o estudo do meio ambiente e a relação entre os vários elementos: água, planta, animal, peixe, floresta, pessoas. Por causa da preocupação dos países com o meio ambiente haverá a Conferência sobre o Meio Ambiente, a realizar-se no Rio de Janeiro em junho de 1992.

A Eco-92 terá dois tipos de participação: oficial e paralela (ONGs).

Foi colocada a pergunta - Como nós, ribeirinhos, poderemos participar deste evento? Após debates chegou-se ao seguinte: através de comissões ou entidades nas Prelazias; com forum de entidades como Sindicato, C.P.T., partidos; encontros nas comunidades, com as entidades; realizar encontros locais na mesma semana da ECO-92; enviar documentação para as entidades à nível nacional.

Projeto Echéa

O autor é um empresário espanhol Inácio Bengoechéa. Ele obteve da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA aprovação de seu projeto em 14/12/1990, O projeto, com fins lucrativo se propunha a: repovoar rios e lagos com beneficiamento e exportação de peixe, criação e exportação de peixes ornamentais, plantio de árvores nas várzeas, coleta e beneficiamento de produtos da floresta.

O objetivo era transformar cem mil famílias de ribeirinhos em micro-empresários, onde 700 mil seriam beneficiadas.

O projeto pretendia atingir 1.600.000 kms² com um investimento de US\$ 700.000.000 (setecentos milhões) de dólares. Ele seria implantado em quatro pólos: Urucará, Lábrea, Benjamim Constant e Juruá. Cada polo com cinco barcos sendo um barco-laboratório para a criação de alevinos e quatro barcos-fábrica, destinados a beneficiar peixes e demais produtos recolhidos pelos ribeirinhos. Cada três homens, num total de 501 pescariam

diariamente 25 kg/peixe/dia; 500 iriam coletar produtos na mata. As mulheres trabalhariam no barco fábrica e os filhos de 10 anos pescariam com seus pais.

O projeto previa assistência social: saúde, escolas, dentista, lazer ...

Em Urucará foram realizados alguns encontros comunitários para discutir o projeto, questionando-o. Ao que tudo indica era um grande projeto de exportação, que não levava em conta a singularidade da Amazônia e sem realmente beneficiar o ribeirão.

NOTA: Algum tempo depois o INPA achou que tecnicamente seria um projeto inviável para o Amazonas.

Internacionalização da Amazônia

Empresas de outros países compraram terras na Amazônia. Ficaram donas das terras, florestas, de tudo. Afirma-se que quem está internacionalizando a Amazônia é o próprio governo, que está entregando as terras a estrangeiros.

Na Constituição de 88, os povos indígenas conseguiram vitórias importantes: não mais seriam integrados à sociedade branca, sua cultura, costumes seriam respeitados e até 1993 todas as suas terras seriam demarcadas.

A entrada em terras indígenas que contenham minérios só será permitida com aprovação do Congresso Nacional.

Projeto RADAM

Em 1969/70 o governo brasileiro (militar) num acordo com o governo dos Estados Unidos, permitiu pelo Projeto Radam que, de avião, a Amazônia fosse fotografada com instrumentos especiais que localizaram e registraram todas as reservas minerais nela existentes.

Empresas estrangeiras ganharam terras e incentivos fiscais para explorar essas riquezas.

Propostas:

1. Enviar à CPT relatórios das prelazias/dioceses contando suas vitórias, derrotas, denúncias, estragos de peixes, invasões, depredações, os trabalhos de preservação. Depois a CPT repassa as informações para outras áreas e também divulga as informações pelos meios de comunicação.
2. Realizar encontros nas prelazias/dioceses, assessorados pela CPT regional.
3. Organizar e incentivar as bases (comunidades) para a demarcação de lagos de procriação e manutenção.
4. A CPT deveria preparar uma Cartilha Popular sobre a luta de preservação dos lagos.

9º. Encontro - Assembléia regional dos ribeirinhos - 1992

Realizou-se de 25 a 29 de maio de 1992, em Manaus, com a presença de 36 participantes das Prelazias do Alto Solimões, Borba, Itacoatiara, Parintins, Tefé, cinco agentes pastorais e cinco membros do Secretariado da CPT.

Estiveram presentes 19 municípios: Alvarães, Amaturá, Anamã, Benjamin Constant, Boa Vista do Ramos, Coari, Codajás, Fonte Boa, Itacoatiara, Jutai, Maraã, Nova Aripuanã, Parintins, Santo Antonio do Içá, São Paulo de Olivença, Silves, Tefé e Urucará.

Objetivo: Avaliar os avanços, os recuos e as dificuldades do movimento; divulgar as propostas e lutas na área da preservação dos lagos.

Desenvolvimento: O relatório das áreas mostrou que na Diocese de Parintins (Boa Vista do Ramos, Parintins) continuam preservando os lagos; também na Prelazia de Tefé, dos municípios representados Alvarães, Fonte Boa, Jutai, Marãa e Tefé citaram 28 lagos preservados; na Prelazia de Itacoatiara, nos municípios de Itapiranga, Silves, Urucará e Urucurituba fazem a preservação de mais de 50 lagos de procriação e manutenção; na Prelazia de Borba alguns lagos são preservados; na Prelazia de Coari, Anori há um lago preservado por uma colônia de hansenianos, em Beruri as comunidades criaram 26 áreas de preservação, em Coari há nove lagos de manutenção com acordos de lei e lagos preservados pelos próprios comunitários, num total de 15 lagos, envolvendo 50 comunidades.

Também os conflitos continuam: houve vários enfrentamentos com peixeiros, polícia, inclusive com violência, mas tiveram o apoio da juíza de Parintins; a Prelazia de Tefé enfrenta problemas de invasões por parte de moradores locais, pescadores dos próprios municípios e pescadores de Manaus, Tabatinga, do Estado do Pará e da Colômbia.

O contrabando de pescado no Rio Japurá tem crescido e as autoridades não tomaram nenhuma providência. Pescam com bombas no Lago de Tefé; na Prelazia de Itacoatiara os problemas enfrentados são com os grandes barcos pesqueiros, pequenos pescadores e os próprios comunitários; na Prelazia de Coari, no Município de Codajás existe uma portaria da prefeitura preservando alguns lagos, mas eles são constantemente invadidos e os peixes levados para Tabatinga; e em Anomã há contrabando de peixes para a Colômbia, assim como na Diocese de Alto Solimões onde existe pesca extensiva e predatória para exportação via Colômbia e de lá para os Estados Unidos. Há exportação de alevinos sem que os infratores sejam punidos.

Depois houve uma mesa redonda com o seguinte tema: “COMO DESENVOLVER A AMAZÔNIA SEM PREJUDICAR O MEIO AMBIENTE.” Dela participaram: a) Marcus Barros (reitor da Universidade

Federal do Amazonas), médico especialista em doenças tropicais, discorreu sobre a saúde, salientando que o peixe é a principal fonte de proteínas no Amazonas, portanto é urgente a sua preservação; b) Jansen Zuanon, biólogo do Instituto de Pesquisas do Amazonas falou que a preservação dos lagos, como está sendo feita é a melhor proposta; c) Vivaldo Reis, do IBAMA, afirmou também que essa entidade é totalmente a favor de que se deve procurar as leis municipais; d) Sebastião Nunes, deputado estadual pelo PT de Itacoatiara mostrou que a preservação de lagos é a melhor proposta, por ser a mais barata e viável; e) Hilmir Assis, presidente da Associação de Preservação Ambiental Comunitária de Silves (ASPAC), explicou os três tipos de lagos: preservação, consumo e lagos livres.

Já apareceram as propostas desse Encontro quando, partindo das exposições feitas houve trabalhos em grupos.

- Que outras alternativas de desenvolvimento para o interior poderiam completar a proposta dos ribeirinhos?

A síntese dos resultados por tema foi a seguinte:

Legislação:

1. Fazer um estudo das Leis Federais, Estaduais e Municipais relacionadas com a questão da preservação do meio ambiente, pesca, etc;
2. Transformar os acordos das comunidades em projetos de lei.

Conscientização:

1. Ampliar o trabalho de conscientização em relação à preservação em todas as áreas.
2. Formar grupos de divulgação para conscientizar as comunidades.

Apoio/alianças:

1. Solicitar dos governos municipal e estadual através do Sindicato, os meios e recursos para que o agricultor não dependa apenas da pesca.
2. Obter apoio para o escoamento da produção dos ribeirinhos.
3. Conseguir incentivos para os ribeirinhos.
4. Criar acordos para diversificar a produção e comercialização.

5. Procurar com a ajuda de técnicos especializados alternativas diversificadas para a agricultura.
6. Buscar a municipalização da questão da preservação.

Encontros:

1. Promover encontros por região com a presença dos órgãos que apoiam a luta. (CPT, IBAMA, INPA, Universidade do Amazonas).
2. Realizar um Seminário com estes órgãos para discutir propostas, estudar leis federais, estaduais e municipais referentes ao assunto e escolher os porta-vozes dos ribeirinhos.
3. Fazer reuniões com pescadores que sobrevivem da pesca..

Resgate cultural:

Resgatar os valores culturais que o ribeirinho foi perdendo ao longo dos anos no contato com o sistema capitalista, por exemplo: o trabalho em conjunto (puxirum).

Demarcação:

1. Lutar pela demarcação de áreas para os posseiros.
2. Lutar pela demarcação de reservas para a proteção dos ecossistemas, formados por lagos de procriação, manutenção, áreas de moradia e trabalho dos ribeirinhos.

Depois o assessor Paulo Maldos fez uma colocação sobre Desenvolvimento e a ECO-92 no Rio de Janeiro.

Partindo da pergunta: o que é o desenvolvimento sustentável cada grupo deveria apresentar duas propostas de desenvolvimento, na região:

Educação: planejamento da educação, formação para os ribeirinhos desenvolverem suas próprias técnicas de produção e diversificação da agricultura, que o ensino seja voltado para a realidade dos ribeirinhos,

garantindo o respeito à cultura e à natureza deles. Educação até o segundo grau.

Produção: Criação de infra estrutura técnica para a produção e escoamento, comercialização dos produtos, sob o controle dos próprios agricultores, beneficiando a própria população amazônica.

Crédito: Acesso ao crédito - crédito com critérios que garantam o desenvolvimento individual e coletivo.

Outros: Exploração das riquezas/Controle das invasões: das madeiras, mineradoras, hidroelétricas, etc. A matéria prima extraída (madeira, peixe, minério, plantas medicinais, etc.), usada primeiro para pessoas da própria região, numa extração equilibrada, sem desperdício. Que os ribeirinhos controlem politicamente os projetos das empresas mineradoras, madeiras, hidroelétricas, garimpo e outros grupos vindos de fora.

Com a assessoria de Jansen Zuanon houve um debate sobre os critérios para a escolha de lagos de preservação.

Em um painel sobre demarcação de lagos, Hilmir Assis, representante de Silves e Rosanildes Rodrigues, do Município de Alvarães, colocaram as experiências de suas áreas.

Os ribeirinhos escreveram a CARTA DOS RIBEIRINHOS (Anexo 5), para a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, a ser realizada no Rio de Janeiro de 3 a 12 de junho de 1992.

Na última noite houve um debate com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e indígenas representantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) enfocando a questão da demarcação das terras indígenas.

“Ficou claro para todos a importância de conseguir o direito da demarcação das terras como garantia de Reforma Agrária e conseqüente sobrevivência dos povos indígenas, evitando as instrumentalizações dos políticos que querem aproveitar criando contradições e divisões entre as populações indígenas e não indígenas. Ficou claro a importância da aliança das populações tradicionais da Amazônia” (Relatório. p.10).

10º - Encontro Regional dos ribeirinhos em busca da Reforma Aquática

Realizou-se em Manaus, de 24 a 28 de maio de 1993. Com a participação de 40 pessoas das áreas: Alto Solimões, Coari, Itacoatiara, Lábrea e Tefé, além do bispo de Itacoatiara, um coordenador da C.P.T. e os dois assessores: Daniel Rech e Sérgio Sauer.

Objetivo: O estudo de leis para uma possível REFORMA AQUÁTICA.

Desenvolvimento: Após o debate sobre organização, avanços, desafios e dificuldades encontradas na luta pela preservação, houve alguns esclarecimentos:

- Comitê de Pesca: é formado à nível de comunidade;
- Conselho de Defesa e Preservação: é uma organização a nível de setor (grupo de comunidades) formado por um representante de cada Comitê. Isto acontece na Prelazia de Tefé. Em Itacoatiara este Conselho equivale à Comissão local. Existe ainda a Comissão Central, organizada a nível de município.

Em Coari resolveram mudar o nome do Comitê de Pesca para Conselho de Preservação, porque os ribeirinhos achavam que Comitê de Pesca era para pescar e não para preservar.

- Animação da Preservação: é o trabalho diário para que a luta não pare e “os companheiros não esmoreçam perante as dificuldades”.

Fazer alianças é o grande desafio, buscar aliados que não compreendem, ou não apoiam ainda a luta de preservação. Alguns municípios estão fazendo aliança com Prefeitura, Polícia, IBAMA, e outros.

À noite, Pe. Humberto Guidotti do Centro de Defesa de Direitos Humanos, de Manaus, falou sobre a campanha ação pela cidadania contra a fome, iniciado no Rio de Janeiro pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho).

No dia seguinte, o advogado Daniel Rech fez uma exposição sobre a classificação de terras e águas, histórico de terras no Brasil, terras particulares, terras públicas, terras reservadas, terras devolutas, terra particular e também sobre a Classificação das águas (Anexo 6).

Depois os participantes se reuniram em grupos para estudo de:

- Código das Águas - artigo 34 a 67 - sobre o “aproveitamento das águas”;
- Das Águas de Domínio Público e das Águas Particulares;
- Decreto-Lei No. 9.760 de 5 de setembro de 1946;
- Do aforamento de terrenos da Marinha

Depois da apresentação dos trabalhos eles novamente se reuniram para responder as seguintes questões: Quais seriam, em termos legais, as leis pelas quais poderemos nos apoiar para reforçar a nossa bandeira de luta?

Respostas obtidas:

- Decreto-lei no. 9760, de 5/9/46, onde se define o que são terrenos de marinha e terrenos marginais; onde estabelece os critérios de preferência sobre o uso da terra;
- Artigo 66 do Código Civil, que garante as terras da Marinha ou marginais, de uso comum;
- Na lei que dispõe sobre a classificação das águas: da União, do Estado, do Município, águas públicas e particulares e seu uso;
- Na definição de áreas municipais;
- Código das águas que trata da desobstrução nas águas de seu domínio;
- Lei que trata de aforaões;
- Medição de terrenos marginais;
- Possibilidade de demarcar lagos de preservação a partir do poder municipal; proibição de entrada de barcos estrangeiros em áreas preservadas;

Que dúvidas ainda ficaram após o estudo das leis?

Muitas dúvidas foram levantadas e respondidas pelo assessor.

Na noite seguinte os ribeirinhos foram participar da 2a. Semana Social, realizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Pastorais Sociais e Universidade do Amazonas. Houve a abertura lembrando os 10 anos de Encontro dos Ribeirinhos, o papel fundamental de Irmão Falco, que lutou pela implantação da luta de preservação de lagos, iniciada na Prelazia de Tefé.

A mesa era composta por Hilmir Assis, representante de Silves, que expôs sobre a preservação em sua área; Jansen Zuanon, do INPA, falou da importância do esforço dos ribeirinhos na preservação dos lagos, destacando que é uma ação coletiva da sociedade civil e não uma instituição governamental; Daniel Rech, advogado e assessor da C.P.T.-Nacional, ressaltou o fato de serem “os ribeirinhos os verdadeiros protagonistas, sujeitos desta luta de preservação dos lagos”. O direito se constrói a partir das necessidades.

Realizou-se uma reflexão teológica-bíblica sobre a criação feita por Sérgio Sauer. Houve o lançamento do livro da C.P.T.: “Conflitos no Campo - Brasil 92”- Luta e sonho na terra.

Um assessor da C.P.T. comentando o livro disse que os conflitos têm aumentado no Estado do Amazonas, não tanto em relação à terra, mas, sobretudo, em relação à água. Os enfrentamentos de ribeirinhos com pescadores muitas vezes são acompanhados por agressões e ameaças de morte. Já houve inclusive prisões. Mas a C.P.T. não tem recebido as denúncias por escrito. É importante começar a fazer estes registros.

No dia seguinte houve mesa redonda sobre a Reforma Aquática com os seguintes participantes: Sebastião Nunes, Jansen Zuanon, Nestor Silva, Frederico Arruda. Sebastião Nunes é deputado estadual pelo PT, eleito por Itacoatiara. Para ele a Reforma Aquática deveria estar ligada à Reforma Agrária e às lutas populares, com ajuda dos sindicatos, associações, partidos políticos e também a área científica. Sem isso ele afirma que não há como melhorar a vida dos ribeirinhos. É preciso criar, na cidade, um núcleo de apoio

formado pelos movimentos populares e científicos, fazer alianças, elaborar projetos envolvendo uma maior ligação do interior com os movimentos da cidade.

Jansen Zuanon, pesquisador do INPA acha difícil uma só proposta que abranja e resolva os problemas do Amazonas neste setor. O processo se dará a partir da organização das comunidades e da vontade de preservar, como já demonstra a experiência de preservação. Dizem que o povo da cidade está ficando sem peixe, falou ele, mas a falta de peixe não é culpa da preservação, pois de 100 lagos existentes, 80% são livres; 15% são lagos de manutenção e apenas 5% são lagos de procriação.

“Aliás o que garante que o peixe não se acabe é exatamente através da preservação. Sabemos que ele se reproduz e vai para outros lagos. O que acontece é que não existe nenhuma forma de controle para acabar com a depredação dos lagos e o desperdício. E não parece que este controle seja possível com os órgãos públicos que estão aí... Preservação é coisa do dia a dia, está ligada à sobrevivência, bem mais do que os discursos ecológicos” (Relatório, p.26).

Nestor Silva, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, relatou que antes os projetos vinham de fora, e a partir de 1989 houve mudanças considerando a própria realidade. Estão trabalhando na área da piscicultura para abastecer Manaus. Defende a criação de peixes em reservatórios.

“Temos que ir atrás de legislação a favor de áreas de preservação. Melhorar a frota pesqueira, sistema de abastecimento e conservação do pescado. Acabar com o desperdício de peixe, que poderia servir de alimento para muita coisa...” (Relatório, p.26).

Frederico Arruda, médico, professor da Universidade do Amazonas, falou:

“esta luta mostra o quanto o homem amazonense sabe de suas reais necessidades. Sinto-me constrangido pelo fato da Universidade do Amazonas (UA) não ter feito nada em relação às necessidades do povo ... A melhor ajuda que a Universidade do Amazonas poderia receber é exatamente a experiência de vocês. Infelizmente a população não cobra nada da UA. Gasta-se muito dinheiro em pesquisa no Brasil, para descobrir coisas que vocês já sabem, aprenderam no contato direto com a natureza, os rios, as plantas, os peixes, os animais, etc. Esta sabedoria não é aproveitada. É preciso juntar o conhecimento científico com o conhecimento do povo amazonense, os ribeirinhos, o pescador, etc. Só assim vai possibilitar o surgimento de uma nova visão e compreensão da

Os participantes trabalharam em grupos sintetizando as respostas, e como não ficou muito claro o que querem com a Reforma Aquática e como poderiam concretizá-la, voltaram a discutir o tema. Com a ajuda do assessor foram sistematizadas as propostas levantadas nos grupos:

Reforma Aquática:

- deve estar ligada à reforma social: educação, saúde, garantia de produção e comercialização, moradia adequada, abertura e conservação de estradas, saneamento básico;
- deve ter relação direta com a Reforma Agrária acesso à terra, crédito, condições de produzir;
- deve manter equilíbrio do eco-sistema fauna e flora

Propostas:

1. **Preservação:** Continuar a preservação de lagos para procriação e manutenção; expandir a proposta; escolher lagos para preservação conforme a capacidade de controle da comunidade; criar e fortalecer os comitês de pesca; discutir o tema da preservação nas comunidades e grupos de comunidades; fazer a fiscalização conjunta com o IBAMA.
2. **Formação:** Investir na formação do povo das comunidades, das lideranças, dos agentes; elaborar subsídios (cartilhas); solicitar assessoria da C.P.T. e outras entidades que apoiam a luta de preservação nas área.
3. **Produção:** Criar pequenos animais; incentivar novas culturas diversificadas; produzir os alimentos básicos; industrializar (beneficiar com agregação de valor) vender diretamente ao consumidor; trabalhar em mutirão; criar cooperativa ou associações; garantir créditos subsidiados (juros baixos); ter transporte para escoamento da produção; armazenar o excedente, depositar; conseguir preço justo e garantia de mercado.
4. **Leis:** Lutar para mudar o Código das Águas, a partir das propostas dos ribeirinhos

5. Alianças: Conscientizar as pessoas que vivem na cidade; realizar seminários sobre o tema, a fim de elaborar acordos.

11º Encontro dos ribeirinhos - da CPT- AM/RR - 1994

Realizou-se em Manaus, de 6 a 9 de setembro de 1994, com 23 participantes dos municípios de Borba, Coari, Itacoatiara, Manaus, Parintins e Tefé, além do assessor Daniel Picolli e vários expositores.

Objetivo: Avaliar o movimento e dar novos passos na defesa do peixe.

Desenvolvimento: O trabalho de preservação continua apesar das dificuldades. Há diversos estágios no movimento: desde organização incipiente (Borba), movimento lento e grande invasão dos lagos (Manaus); conscientização e preservação pelos ribeirinhos (Parintins); seis das dez paróquias estão firmes na preservação da fauna e flora (Tefé); nas comunidades a luta continua e melhora o trabalho de conscientização (Itacoatiara); há início de articulação a nível de Prelazia (Coari).

O que se esperava do encontro: troca de experiências, reforço para a luta, acompanhamento jurídico para assessorar os impasses legais; orientação por parte dos técnicos da Universidade do Amazonas na preservação dos trabalhadores rurais e urbanos (Manaus), como resolver o problema dos búfalos que estão invadindo e expulsando os posseiros, estragando os lugares de reprodução, acabando com o barranco e a canarana, prejudicando a proteção natural do peixe.

O assessor Daniel Picolli fez uma reflexão bíblica-teológica sobre a preservação e os sinais de vida e de morte. Os primeiros significam animação das comunidades para a luta, a esperança (acreditar que é possível), as leis já conquistadas (leis orgânicas complementares) a preservação, a organização e a resistência, o interesse pela luta, a abundância; e os segundos desmatamento, devastação dos lagos, destruição da natureza, escassez de terra

e peixes, conflitos com grandes, discriminação e egoísmo (não saber olhar o outro e a natureza). Depois fêz-se um estudo sobre a prática de Jesus como iluminação para a luta.

O tema seguinte foi a POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO.

As políticas públicas elaboradas nos gabinetes nunca se preocuparam com seus protagonistas. Uma política de preservação deve levar em conta os ribeirinhos, os trabalhadores. A Amazônia, um espaço imenso com grande riqueza de espécies é patrimônio de todos, uma política de preservação deveria ser elaborada por aqueles que são os personagens principais dela.

No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foi feita a primeira legislação ambiental brasileira. Depois surgiram: Estatuto da Terra - 1964, Código das Águas - 1965, Novo Código Florestal - 1965, Lei de Proteção à Fauna - 1967, Lei de Preservação à Pesca - 1967.

As florestas e outras formas de vegetação são consideradas bens da coletividade e os animais são propriedade da União.

Na Amazônia, as medidas ambientais mais importantes incluem as reservas naturais, limites de desmatamento e proteção de certas espécies: Parques Nacionais, Reservas Biológicas (onde são proibidas quaisquer atividades, salvo pesquisas científicas autorizadas), Estações Ecológicas, Áreas Indígenas, Reservas Extrativistas.

As políticas elaboradas pelo Estado muitas vezes estão ligadas a interesses externos aos que vivem e trabalham na Amazônia. A proposta dos ribeirinhos é diferente das políticas ambientais elaboradas até hoje, pois além de levar em conta a realidade ela é elaborada pelos seus protagonistas: os ribeirinhos, os trabalhadores. Por isso deve ter amplo apoio de todos.

Os seringueiros querendo garantir seus direitos, também elaboraram propostas como as reservas extrativistas, que mais tarde, apesar das dificuldades se tornaram leis.

“A política de preservação deve ser abrangente e respeitar as diferentes formas de organização. Deve criar condições de vida e abranger dimensões ambientais, sociais e culturais. Deve redirecionar as políticas existentes com o objetivo de tornar compatíveis o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente” (Relatório, p.9-10).

Jansen Zuanon, biólogo do INPA, falou sobre ASPECTOS TÉCNICOS PARA A PRESERVAÇÃO.

A Amazônia tem uma quantidade muito grande de espécies de peixes, e só o Rio Negro tem mais espécies diferentes do que em toda a Europa.

O governo, com sua política incentiva a população a migrar para a cidade, mas não oferece a ela condições de vida digna. Vivendo na periferia, morando sobre os igarapés, o povo na época de eleições troca seu voto por sacola de rancho e outras coisas. Em Manaus, os estoques pesqueiros do governo são inadequados e insuficientes. É preciso discutir profundamente estas questões.

Em relação à piscicultura afirmou que criar peixes exige mais dinheiro e mais tempo do que outros animais, como a galinha, por exemplo. A criação pode ser complementar, mas não é igual, não substitui o peixe do rio. Por isso é importante proteger seu habitat, preservar o peixe na natureza é uma necessidade e garantia do futuro das próprias comunidades. A entrada de grandes barcos pesqueiros quebra a ordem de reprodução e manutenção dos peixes nos lagos, espanta os peixes, destrói o equilíbrio... Por isso é importante a preservação.

No interior, os ribeirinhos usam várias técnicas de estocagem de peixe: pirarucu defumado, piracuí. Muitos peixes de primeira categoria passam a maior parte da vida em lagos, outros só passam pelos lagos. Eles são diferentes. As pessoas da região, os ribeirinhos, conhecem todos os movimentos dos peixes (de desova, alimentação, de entrada e saída dos lagos), e esse conhecimento garante a reprodução dos peixes e a manutenção da população de peixes nos lagos.

A luta dos ribeirinhos pela defesa do peixe é boa e possível. Mas a preservação ambiental começa no dia a dia, nas formas de pescar, de fazer roça. “A preservação dos lagos é muito importante. Hoje não existe nenhum movimento mais organizado pela preservação. A experiência dos ribeirinho deve ser conhecida e servir de referência para regiões onde a luta está começando. Essa luta deve servir como exemplo e deve ser o projeto do futuro que o governo deve adotar”.

A legislação prevê reservas ecológicas que são grandes extensões, mas não faz referência a pequenas áreas, que deveriam ser preservadas. Graças à luta e organização dos ribeirinhos, alguns municípios têm Leis Orgânicas de defesa do peixe, mas é necessário preservação de fato e fiscalização. É necessário elaborar um esboço de projeto de preservação para servir como ponto de partida.

Com relação à legislação deve ser elaborado um esboço do projeto de preservação, para servir de ponto de partida.

Algumas sugestões: elaborar material com informações sobre os passos no processo e critérios de preservação; escolha de lagos, fiscalização; participação das comunidades; elaborar um pré-projeto de lei de preservação; cursos sobre técnicas de estocagem de peixe. procurar ajuda do INPA, EMATER.

Outros temas também foram apresentados: COMUNICAÇÃO, ALIMENTAÇÃO ALTERNATIVA - SAÚDE (Nádia Vettori), MEIO AMBIENTE E CIDADANIA (Antonio Vieira).

A preocupação com o Meio Ambiente não pode existir sem cidadania.

As lutas populares brasileiras tiveram grande crescimento na década de 70, lutas sindicais, luta pela terra. A questão ambiental aparece mais recentemente.

Os grandes desmatamentos tem causado inúmeros problemas, ocorrem de forma desorganizada e sem cuidados e também são responsáveis pelo super aquecimento do planeta.

Não se pode pensar em educação ambiental sem propor mudanças no modelo de desenvolvimento, sem agressões ao meio ambiente.

No ecossistema existe um conjunto de condições necessárias para que as pessoas possam sobreviver e que requer cuidados.

A floresta é importante porque protege as nascentes dos rios e porque repõe o carbono da terra, evitando o efeito estufa.

Em 1992 houve a ECO-92, Conferência sobre meio Ambiente e Desenvolvimento, na qual participaram representantes de 180 países.

Os modelos de desenvolvimento foram debatidos. Ao mesmo tempo ocorreu o FORUM GLOBAL, para discutir estas mesmas questões sob o ponto de vista popular (como a sociedade sente os problemas do meio ambiente).

Nesta época a FASE elaborou o primeiro material sobre o Projeto Meio Ambiente e cidadania: Rio-92 o que é?). Depois surgiram: O que é ecologia 1, 2 e 3 que dá os conceitos básicos tocando as questões urbanas, humanas e culturais.

Propostas do Encontro:

Educação:

1. Educação popular ambiental voltada para as comunidades;
2. Educação regular adequada à realidade e às necessidades da população;
3. Formação

Os grupos que fazem a preservação realizariam encontros assessorados por entidades envolvidas na luta, conhecedoras da realidade e sensíveis às necessidades da população

Recursos:

A síntese foi a seguinte:

- Elaborar projetos para fortalecer a organização dos ribeirinhos, na defesa e preservação do Meio Ambiente.
- Que o gerenciamento destes recursos seja feito pelas comunidades e assessorado pelas entidades de base.
- Cooperação técnica através de convênios com entidades governamentais (Universidade, INPA, EMATER, IBAMA) e civis (C.P.T., GTA ...)
- Buscar fontes de apoio e financiamento (BIRD, BID, PNDU, ITTO, PNMA, GEF, FNMA).

O Encontro produziu três documentos:

- Princípios gerais para uma política de preservação (Anexo 7);
- termo de preservação para os lagos de manutenção;
- Termo de preservação para lagos de procriação (Anexo 8).

12o. Encontro dos ribeirinhos - C.P.T./AM - 1996

Realizou-se em Manaus, de 7 a 9 de maio de 1996 com a presença de 21 participantes de Borba, Coari, Itacoatiara, Tefé e dois da secretaria regional da CPT, além do assessor Cláudio Perani.

Estiveram presentes 12 municípios: Borba, Coari, Fonte Boa, Itacoatiara, Itapiranga, Jutai, Maraá, Parintins, Silves, Tefé, Urucará e Urucurituba.

Objetivo: Rever as dificuldades e avanços encontrados na preservação do peixe e dar novos passos.

Desenvolvimento: No início o assessor apresentou a situação da Igreja Católica no Brasil.

Depois os grupos reunidos por Prelazias ou Dioceses responderam às seguintes perguntas:

1. Quais os avanços constatados no movimento de preservação?

Com o maior interesse e participação das comunidades houve diminuição das invasões, o uso de bombas. Técnicos do IBAMA (da Estação Ecológica de Mamirauá-Tefé) treinaram os fiscais de pesca; houve a ajuda da Igreja; criação da CPT e encontro com técnicos do IBAMA.

A questão é se com a resistência houve um aumento de peixes e isso ajudou ou não as pessoas a permanecerem na terra? Todos constataram que, embora não seja o único motivo, os resultados na luta sustentaram a permanência do ribeirão na terra.

2. O que impede avanços?

- dificuldade econômica pois o ribeirão trabalha muito, ficando pouco tempo para vigiar os lagos;
- a pesca é uma atividade que dá mais retorno financeiro instantâneo, ao contrário da roça cujo retorno é pequeno e a colheita demorada.
- falta conhecimento das leis de pesca; os comitês não são registrados; autoridades e órgãos não apoiam o movimento; desmatamento feito pelos madeireiros.

Houve depois um debate sobre a comercialização do pescado. A abertura dos lagos com a venda do peixe resolverá o problema de sobrevivência? Aumentaram os peixes nos lagos? Vai-se comercializar o pescado? É necessário conhecer a capacidade dos lagos? É possível uma exploração racional do lago?

Recordaram as etapas do movimento: no início impedia-se a entrada dos barcos pesqueiros;

“depois a busca de definição da proposta de preservação” e atualmente, “como os próprio ribeirinhos podem se beneficiar desse movimento para a aquisição de outros bens” (Relatório, p.4).

Esse é o grande desafio hoje para o movimento.

À tarde o prof. José Aldemir de Oliveira, da Universidade do Amazonas, fêz uma exposição sobre o assunto. No Amazonas não um há plano governamental de ajuda ao homem do campo, ou que contemple uma cultura alternativa para comercializar. As várzeas e as terras firmes continuam sem investimentos governamentais. Mostrou dados de uma pesquisa onde antes a pesca era uma atividade complementar, hoje ela é a principal, e isso traz as consequências que se conhecem. Pelos resultados vistos, vale a pena resistir, pois as consequências são: o aumento de peixe, leis municipais de preservação e os acordos feitos. A Amazônia é muito grande e muito diversa e, por isso, não se pode generalizar. É necessário compreender melhor o papel do Estado e do IBAMA e discutir alternativas econômicas. A comercialização do peixe é questão fundamental. O tempo gasto na vigilância dos lagos é um serviço que cabe à comunidade. É necessário buscar conhecimento mais científico a respeito das condições reais dos lagos com investimento financeiro.

O assessor lembrou que

“não irão resolver os problemas via poder. É preciso conhecer seus limites. As experiências alternativas econômicas tem que ser fortalecidas e estendidas às outras comunidades” (Relatório,p.5).

No dia seguinte houve trabalho em grupo para discutir a seguinte questão: Como dar continuidade ao processo de preservação dos lagos?

Após as discussões concluíram: a pesca e seu manejo racional, pesquisas nos lagos, alternativas agrícolas e elaboração de cartilha sobre leis.

Propostas do Encontro:

- Alternativas de sobrevivência:
 1. estimular a criação de animais de pequeno porte;

2. diversificar a produção agrícola, conhecendo os valores nutritivos de produtos da região, incentivar alimentação alternativa e os remédios caseiros.

Em outubro de 1996, no encontro dos agricultores esses temas serão revistos.

- A CPT fará uma cartilha sobre leis de pesca e meio ambiente para ajudar os ribeirinhos a fiscalizarem os lagos. A distribuição desta cartilha ficou prevista para outubro/96
- Com os resultados do movimento de preservação a CPT, juntamente com instituições científicas fará uma pesquisa sobre a pesca - projeto a médio prazo.

NOTA: O manejo racional da pesca discutido nas comunidades será debatido no próximo Encontro dos Ribeirinhos.

MOVIMENTO DE DEFESA DO PEIXE NAS CIDADES DE ITAPIRANGA E SILVES

O Movimento de Defesa do Peixe descrito na sessão anterior, referia-se ao Movimento como num todo no Amazonas. A seguir será descrita a participação dos Municípios de Itapiranga e Silves.

A DEFESA DO PEIXE EM ITAPIRANGA

Nessa cidade como em todo o Amazonas, havia estrago de peixes feito pelos barcos pesqueiros. Todas as pessoas da cidade comentavam, mas não faziam nada.

Em 1981, no segundo domingo de setembro, de manhã, passaram milhares de peixes mortos (pacus) boiando no Paraná de Itapiranga. Haviam sido jogados na água por um barco pesqueiro, uns dois quilômetros Paraná acima, para desocupar as caixas frigoríficas e colocar nelas outro cardume de peixes mais rentável economicamente.

A partir desse fato as pessoas começaram a agir fazendo reuniões para a defesa do peixe.

Em outubro desse do mesmo ano, comunitários fizeram três encontros para decidir o que fazer. Resolveram visitar todas as comunidades do Município, colocar a situação e propor a união de forças para a defesa. Três pessoas da cidade estavam mais à frente do Movimento, ao qual se juntaram líderes da comunidade de Terra Nova, uma comunidade mais consciente, entusiasmada e combativa, que ficava a dois quilômetros da cidade. A partir dessas reuniões foi fundada a Comissão de Defesa do Pescado de Itapiranga (CODEPI).

Os moradores de Itapiranga tinham medo de enfrentar os barcos pesqueiros, pois a força dos armadores parecia muito grande. Resolveram então pedir a ajuda de Silves, porque as comunidades de lá estavam mais acostumadas com os enfrentamentos dos barcos pesqueiros. Silves sempre se mostrou prestativa. Os líderes fretavam um barco e viajavam por duas horas para chegarem até Itapiranga. Isso tudo durava em média cinco horas. Enquanto se convidava o pessoal de Silves, as pessoas da cidade de Itapiranga faziam o mesmo, mandando recados para as comunidades mais próximas da cidade.

Formavam então um grupo maior de 15, 20, 25 pessoas, pegavam um barco que estivesse à disposição, em geral o motor do sr. Felix que estava engajado no movimento e iam conversar com os barcos pesqueiros.

Nenhuma lei impedia a entrada dos barcos pesqueiros naqueles lugares. Os defensores do movimento tentavam impedir a pesca predatória fazendo o empate: conversavam com os barcos, na entrada do lago, ou área de

preservação e pediam a eles que, sendo área proibida, não podiam entrar para pescar. Isso nem sempre era acatado pelos barcos pesqueiros que se julgavam com o direito de pescar em qualquer lugar, como sempre fizeram.

“Aí havia um grupo que conversava com os pescadores, com o dono do barco. Às vezes eles se rebelavam com a gente, mas a gente não ia com intenção de brigar não. Procuravam todos os meios numa conversa bem franca, bem de amizade, embora o coração palpitando forte. A gente conseguia, mas eles eram muito rebeldes porque eles iam embora daí a pouco voltavam” (depoimento de um líder comunitário).

Os ribeirinhos reclamavam junto ao IBDF e SUDEPE, do estrago de peixes. Os barcos afirmavam que não estragavam o peixe. Somente quando foram enviados à SUDEPE fotos da mortandade de peixes em Itapiranga e noticiados pela CRÍTICA, jornal diário de Manaus, foi que esses órgãos começaram a acreditar.

Em 1981, 1º de novembro, em Itapiranga, com alguns comunitários de Silves, que vieram de barco, realizou-se a 1ª Assembléia Geral da CODEPI, com a presença de membros das Igrejas: Adventista, do 7o. Dia, Assembléia de Deus, Batista da Convenção, Católica e Pentecostal do Brasil - Igrejas com templos em Itapiranga - além das comunidades.

Dia 7 de novembro de 1981 a CODEPI enviou para Manaus e Brasília, uma carta denúncia aos órgãos relacionados ao peixe e também para as Câmaras Estadual e Federal e para o Senado. Não recebeu resposta da maioria delas.

Três dias depois, em Itapiranga, vieram os companheiros de Anebá, que tinham se mostrado fortes na defesa do Lago, para: “animar e dar a maior força para o pessoal de Itapiranga” (líder da Comunidade de Anebá).

Em 16 de dezembro de 1981, dois funcionários da Secretaria de produção Rural (SEPROR) e SUDEPE, vão a Itapiranga. Ouvem os relatos da CODEPI e apoiam a defesa do peixe.

Na comunidade da Enseada (Município de Itapiranga) havia um bom local para se colocar lance. Os pescadores sempre aproveitavam dele. Membros da CODEPI foram até Itacoatiara falar com o proprietário das terras onde ficava o lance e conseguiram, por escrito, uma ordem do dono, para não deixar nenhum pescador usar aquele lugar. Soube-se depois que os armadores ofereceram um bom preço para usar aquele espaço, mas o proprietário não aceitou, preferindo perder dinheiro e apoiar a defesa do peixe.

Em 14 de março de 1982 é realizada a primeira reunião conjunta dos municípios de Itapiranga e Silves, na comunidade do Jacu com a participação de três comunidades de Itapiranga (Cidade Alta, cidade baixa e Terra Nova) e dez de Silves. Várias estratégias foram debatidas inclusive a colocação de placas da Lei 466 da SUDEPE.

No dia 19 do mesmo mês houve o segundo encontro das comunidades das duas cidades. Dessa vez foi em Itapiranga e a reunião terminou com a colocação das placas em Itapiranga e Terra Nova.

Durante o primeiro semestre de 1982, muitas vezes barcos pesqueiros chegaram à comunidade de Enseada. A Comissão de Defesa do Pescado de Itapiranga sempre esteve lá, algumas vezes com o apoio dos amigos de Silves.

Essa luta também começou a se espalhar por outras localidades próximas. A 18 de abril o pessoal de Itapiranga foi convidado a fazer em Santana, Município de Urucará uma reunião sobre a portaria 466 da SUDEPE.

Os estragos continuavam e também as denúncias junto à SUDEPE. Em 1º de maio houve uma reunião de representantes das comunidades de Itapiranga e Silves com técnicos da SUDEPE. Eles ouviram os relatos, mas nada decidiram e no dia 11 do mesmo mês o superintendente desse órgão Pedro Falabela fez uma reunião com o povo de Itapiranga para conversar sobre os estragos de peixe na região. O superintendente se propôs a escrever a todos os barcos e punir caso algum fosse denunciado, com provas concretas.

Para reforçar mais a defesa, em setembro frei Alfredo Schetteger, coordenador Nacional da Comissão de Pescadores, de Recife, visita a Prelazia

de Itacoatiara e fêz uma reunião com participantes dos municípios de Itapiranga e Silves e colocou a experiência do Nordeste.

As reuniões continuam com a descoberta de caminhos novos para a defesa. A dois de novembro as comunidades do Município, numa reunião conjunta, decidem preservar vários lagos, proibir a batção e a rede de espera. Todos são considerados fiscais da comunidade para garantir essas decisões. Dia 11 de novembro são escolhidos, por todas as comunidades do Município, os lagos criadores.

A defesa do peixe prossegue com altos e baixos. Os Encontros dos Ribeirinhos, na Prelazia e os promovidos pela CPT trazem nova animação e estratégias como a preservação de lagos e os Comitês e Comissão Central.

Também as Assembléias do Povo da Prelazia de Itacoatiara tendo como tema debatido: o peixe, ajudam a firmar a defesa.

Em 1992 as comunidades retomaram o trabalho de preservação do pescado. Foram feitas várias reuniões nas comunidades mostrando a importância de continuar o trabalho com os lagos de procriação e manutenção.

Fizeram propostas nas comunidades para serem apresentadas à Câmara dos Vereadores. Depois de “longa luta” a Lei de Pesca foi votada e sancionada pelo prefeito. Em relação aos lagos, em Itapiranga temos:

“Os lagos de consumo são: Tarumã, Ubá, Jauara, São Tome, Igapó-açu, Araçatuba, Marajatuba, Zacarias e Lago do Madrubá ... só é permitida a pesca com instrumentos artesanais...”(Art. 2o.).

“... os lagos Preto e Ribeiro são considerados como áreas de preservação total ou criadouro natural...” (Art. 4o)

“... os demais lagos dessas regiões ... permanecerão livres e abertos a pesca normal, para o abastecimento das comunidades da cidade...”

“(Art.6o.) (Lei Municipal 015/93 de 09/12/93) (Anexo9).

A Comissão do Pescado de Itapiranga organizou um Comitê em cada comunidade, após a aprovação da Lei, pela Câmara Municipal.

Apesar da proibição os pescadores invadiram, com batição, os lagos de procriação Ribeiro e Preto, os lagos Tarumã acabando com os peixes tentando invadir o Lago Preto.

Em 1994, a Comissão de Defesa do Pescado de Itapiranga, depois da lei de preservação dos lagos, organizou um comitê em cada comunidade. Os comunitários da Enseada, que vigiavam os lagos, fizeram a apreensão de material de um pescador e levaram ao delegado, que liberou os apetrechos logo em seguida. Alguns dias mais tarde os fiscais encontraram pescadores de Silves nos lagos proibidos e apreenderam seis malhadeiras. Na semana seguinte apreenderam 24 malhadeiras de pescadores de Itapiranga.

Como acharam que assim ficava mais difícil continuar a defesa, a coordenação e alguns comunitários da Enseada fizeram um convite ao delegado, a vários vereadores municipais e à Comissão do Pescado de Itapiranga, para uma reunião na Enseada, dia cinco de janeiro de 1995, para debaterem sobre o assunto. Nessa reunião todos estavam de acordo que era importante o trabalho de defesa do peixe para a população. Mas algumas coisas não estavam certas e precisavam ser corrigidas: a invasão dos lagos, apreensão e devolução de malhadeira e outras.

Não chegando a nenhum acordo foi proposta uma outra reunião para o dia 22 do mesmo mês, com a presença do promotor de justiça, delegado, prefeito, três vereadores, Comissão do Pescado de Itapiranga, o padre, uma agente pastoral e comunitários da Enseada.

Nessa reunião muito debatida a apreensão e entrega das malhadeiras. Foram propostas alternativas para vigiar e proteger o Lago Preto e tiraram algumas conclusões: a) não dá certo a Prefeitura pagar os fiscais (como aconteceu em outros lugares); b) duas pessoas escolhidas em cada comunidade nomeadas Agentes de Polícia pelo promotor, terão o direito de apreender os infratores e seus materiais de pesca. A partir desse momento acabaram as invasões.

Essas decisões foram consideradas, pelos comunitários, um avanço na luta de preservação do pescado com maior apoio e presença das autoridades.

Mas os estragos continuaram. Um domingo de agosto de 1995, pessoas da comunidade de Terra Nova viram passar, no Paraná de Itapiranga, das cinco às sete da manhã, pacus mortos, boiando na correnteza. Apesar de lutarem por 14 anos contra isso ainda ocorria o mesmo estrago!!!

Foi feita a denúncia junto à Prefeitura, mas disseram que “não havia nenhuma lancha disponível para ir atrás do barco infrator”.

Várias opiniões existiam sobre o assunto: na comunidade da Enseada disseram que não valeria a pena lutar e depois entregar as malhadeiras. Os próprios comunitários invadiram o Lago. O presidente da comunidade não apoia a luta e assim é muito difícil a preservação. A partir de maio de 96 a nova coordenação das comunidades cristãs é que está dirigindo a luta. O presidente da comunidade fica somente com a parte social.

Cada mês a Comissão do Pescado se reúne para um planejamento escrito e visitas às comunidades.

“Vale a pena lutar pela preservação. Dá muito peixe e não se passa mais fome. Até pirarucu dá. É bonito ver o peixe boiando. Dá animação e energia para lutar na defesa” (depoimento de um fiscal comunitário).

A DEFESA DO PEIXE EM SILVES

Em Silves, como em Itapiranga, havia também estrago de peixes pelos barcos pesqueiros vindos de Itacoatiara, Manaus, Santarém e outros lugares.

Nesta cidade as comunidades que entraram na defesa do peixe foram: Passarinho, Itapani, Puruzinho, Eva, Jacu, Santa Maria do Rebojão, Santa Luzia e duas da cidade: centro e Mocajatuba.

As comunidades começaram a se insurgir contra esta situação de estrago do peixe. Em 1981 o barco Sônia foi pescar no Rio Anebá e fez o mesmo

que em Itapiranga. Três comunidades: Conceição, Cristo Rei e Santana se revoltaram contra o estrago de grande quantidade de peixes. Elas solicitaram do IBDF um documento de proteção ao Lago. O encarregado, em Itacoatiara, disse ao povo que “eles agissem por lá, se tivessem um grande número de pessoas unidas”.

As comunidades colocaram troncos de árvores na boca do Lago para impedir a entrada dos barcos pesqueiros.

Os pescadores profissionais fizeram queixa desse fato ao IBDF e voltaram para pescar com a tripulação, um engenheiro de pesca e quatro soldados para garantir a pescaria. Colocaram as redes na água quando estouraram três foguetes. Era o sinal para as comunidades avisando da chegada dos barcos pesqueiros. Vieram muitos comunitários de canoa, motor ou a pé pela praia e chegaram junto do barco “cortaram as redes e ficaram com os pedaços”.

Os que estavam no barco Sônia voltaram para Itacoatiara, fizeram queixa na polícia, que pediu reforços para a Polícia Militar e a Marinha de Manaus. Foram destacados para a operação “cem homens armados e dois helicópteros”. O conflito prestes a ocorrer, seria muito grave se não fosse a intervenção do prefeito de Silves Sr. João Faria, que quando soube do caso, estava em entrevista com o governador e ele se propôs a ser o intermediário. Na volta de Manaus foi apenas com duas pessoas e o delegado de Silves conversar com as comunidades e conseguiu apaziguar os ânimos por algum tempo.

A 11 de outubro de 1981 um ex-prefeito de Itacoatiara, com um barco grande e duas lanchas a motor tentou pescar no Rio Anebá. Advertido pelos comunitários daquele lugar ele se retira.

Já no dia 13 os barcos Capitão Valmir, Capitão Médice, Aristarco Neto, José Alberto II, Capitão Carlos II, motor Bismarck com dez canoas foram pescar no Lago de Canaçari. Os ribeirinhos da comunidade de Cristo Rei pediram para “levantar as redes”, isto é, saírem do lago, no que foram

prontamente atendidos. Antes porém os pescadores já tinham pego muitos tracajás.

A Comunidade de Cristo Rei, do Anebá pede à SUDEPE e ao IBDF que comuniquem aos barcos para não estragarem peixes e não acontecer o mesmo que houve com o motor “Sônia”.

Dias 8 e 9 de janeiro de 1982 há um encontro de líderes das comunidades, em Silves, para organizarem a preservação do peixe.

Em fevereiro, dia 7, 40 líderes das comunidades de Silves se reúnem em São João. É o início do Movimento Comunitário em Defesa dos rios e lagos do Município de Silves. A partir daí os comunitários se reuniram mensalmente.

No dia 5 de março, um decreto do governador José Lindoso proíbe a pesca comercial no Rio Caru e no Rio Anebá. Foi somente com esse decreto que a paz voltou às comunidades depois do grave conflito com o barco “Sônia”.

Para melhor defender o peixe os municípios de Itapiranga e Silves resolvem unir-se. A primeira vez foi a 14 de março de 1982, na comunidade do Jacu com a participação de 13 comunidades. Estudaram leis, portarias da SUDEPE e o modo como o Município de Itapiranga pode fazer o empate ou avisar da chegada dos barcos, pois, na vazante, um dos caminhos para se chegar a Silves é passando por Itapiranga, em frente à comunidade da Enseada.

Um dos instrumentos usados para a defesa do peixe, foi colocar placas com a Lei 466 da SUDEPE (proibido pescar de lance e arrastão), nos lugares onde, em geral, os pescadores faziam suas pescarias.

Dia 26 de abril colocaram a terceira placa (a primeira e a segunda haviam sido colocadas no Município de Itapiranga), na comunidade de Santa Maria do Rebução - Furo do Liberato. De Silves foram dois motores com comunitários, além do prefeito e delegado, onde se encontraram com os companheiros de Itapiranga.

“O Movimento sempre teve caráter pacífico, embora tenha sido muitas vezes difícil evitar conflitos com os donos de barcos pesqueiros, que insistiam em pescar com utensílios proibidos pela Portaria 466 da SUDEPE (CIPO, no. 95).

O pessoal de Silves, quando solicitado, continuou ajudando os de Itapiranga, quando estes percebem que sozinhos não conseguem fazer o empate com os barcos.

Como o problema era comum o movimento de defesa do peixe se espalha pelas comunidades. A 24 de março, 120 pessoas se reúnem na comunidade de Puruzinho para debater sobre a defesa do peixe. Ajudam Itapiranga a apoiar a comunidade de Enseada. Essa última comunidade estava dividida: uns não queriam a pesca predatória e de arrastão, outros deixavam os barcos pesqueiros usarem a praia da Enseada em troca de rancho, gasolina ou alguns peixes e outras coisas mais, segundo relatório.

“No início da pescaria comercial, pescadores “compravam” comunitários com ajuda para a construção do Centro Social, capela e davam bolas e camisas de futebol para o time da comunidade. Distribuíam peixe para o povo da comunidade onde faziam o lance. O povo apoiava o pescador, levava onde tinha mais peixe” (Ata da reunião do Movimento Comunitário de Silves, 19/05/84).

O intercâmbio e o apoio entre os dois municípios continua. Nas duas cidades nem as autoridades: prefeito, vereadores, delegado e juiz participam da defesa (dependendo do prefeito ou do delegado só comparecem uma ou outra vez).

Com a situação mais tensa representantes da SUDEPE vão a Itapiranga dia 10. de maio do mesmo ano, conversar sobre os estragos. Após os relatos, os participantes são favoráveis à defesa. Dia 11 foi o próprio coordenador regional Pedro Falabela, que fez uma reunião para os interessados de Itapiranga e Silves, na cidade de Itapiranga. Ele prometeu conversar com os barcos e punir os infratores.

O Município de Silves tem muitas praias onde pegam tracajás. Lá a defesa não é só do peixe, mas também do bicho de casco. Para tanto fizeram uma reunião e confirmaram as áreas de reserva e criação.

Para manter firme a defesa são feitas reuniões mensais juntando todas as comunidades para avaliação e andamento dos trabalhos e em setembro os defensores também participaram da reunião com Frei Alfredo, da Pastoral da Pesca de Recife.

Dia 20 de novembro houve a grande FESTA DO PEIXE para comemorar novamente a fartura e agradecer a Deus pela união do povo e celebrar a vitória.

A preservação de bicho de casco também teve êxito e as comunidades levaram os ovos de tracajá encontrados na praia, para chocar em suas próprias comunidades. Em janeiro e fevereiro 144 tracajazinhos e pequenos pitiús nasceram dos ovos chocados nas comunidades de São João, Mucajatuba, Itapani e Puruzinho e são levados para os encontros das comunidades. Foi uma festa! Foram todos soltos na água.

A defesa continua de todos os modos possíveis. A 30 de julho de 1983, as comunidades de Silves escrevem uma carta ao Sr. Governador Mestrinho, para que providencie junto à SUDEPE, uma portaria proibindo a pesca comercial, no Lago do Canaçari.

“Nos meses em que a Lei proíbe a pesca comercial (Portaria 07/82, artigo 1o. interdita a partir de 1o./09 a 28/02 de cada ano a pesca no Lago do Canaçari) o peixe fica preservado, mas depois os grandes peixeiros invadem os lagos com malhadeiras, arrastão, lances e levam todo o peixe e a população fica prejudicada...”

As reuniões continuaram: em março de 1984, 17 comunidades se reúnem na comunidade de Santa Luzia para tratar da defesa do peixe e a 4 de abril seis comunidades São João, Silves (cidade), Mucajatuba, Santa Lucia, Santa Maria e Carão, num total de 42 pessoas fiscalizam o Lago do Canaçari.

Encontram três barcos com muitas malhadeiras, grandes baterias e estiradeiras, que são aparelhos proibidos pela SUDEPE.

Em julho e agosto, o povo de Silves faz um documento endereçado à SUDEPE pedindo uma portaria de proibição de pesca comercial no Lago do Canaçari e Rio Urubu, de agosto a maio do ano seguinte.

Os conflitos continuam, em setembro há uma reunião, em Silves, com o superintendente da SUDEPE, o capitão dos Portos de Itacoatiara e o povo de Silves.

“O povo continua lutando sozinho, sem o apoio das autoridades maiores do Município. Numa importante reunião realizada no dia 1o. de setembro de 1984, no Centro Social de Silves, com o Dr. Pedro Falabela, superintendente da SUDEPE e assessores, com o Capitão dos Portos, nenhuma autoridade de Silves compareceu, apesar de todos terem sido convidados ... Dos vereadores só um participou, o sr. Paulo Farias...” (CIPÓ nov./dez.84, no.55:7).

A posição das autoridades, além de omissa foi contrária à defesa. A ação da SUDEPE também é dúbia, pois, nessa época é apreendido um barco de pesca em Silves, com várias irregularidades - utensílios proibidos por lei, documentação irregular, além de terem pescado tracajás (bicho de casco) e pirarucus pequenos. O superintendente apreendeu os utensílios e o pescado, só que, mais tarde, a pedido do prefeito, a SUDEPE devolveu as malhadeiras e os apetrechos apreendidos.

O movimento tem derrotas. A primeira quando em 1984 invadem o lago Purema, pescando com malhadeiras de mais de 100 metros, ou fazem perseguição aos bichos de casco, pescaria de batição, picação, espinhelão e até puçá (que arrasta 100, 200 tracajás e até mais de cada vez).

Mas também tem as vitórias, como a portaria da SUDEPE de 06/09/84 proibindo a pesca comercial e predatória no Lago do Canaçari, com multa de CR\$ 48.000,00 a Cr\$480.000,00 (quarenta e oito a quatrocentos e oitenta mil cruzeiros) e apreensão dos utensílios e produtos de pesca.

Com o tempo os comunitários usam novas estratégias e, no encontro de 13 de setembro de 1986, no Puruzinho, resolvem pedir o auxílio das autoridades. No dia 23 de maio do mesmo mês, na reunião solicitada à Câmara falam sobre a defesa do peixe. Presentes cinco vereadores, vice-prefeito, delegado de polícia, um soldado e 25 representantes das comunidades de Igarapé-açu, Jacu, Puruzinho, Mucajatuba e Silves (cidade).

É promulgada a Constituição Federal e, no ano seguinte as Estaduais e Municipais. Após a proposta apresentada pela Prelazia de Tefé nos Encontros dos Ribeirinhos promovidos pela CPT, surgiram vários comitês, que fizeram várias reuniões em suas comunidades, para organizarem sugestões para a Lei Municipal. As propostas depois de bem debatidas foram levadas à Comissão Central. Essa, depois de várias semanas de trabalho elaborou as propostas para a Lei Orgânica do Município sobre o Meio Ambiente. A Comissão Central - Comissão Comunitária de Defesa do Meio Ambiente conseguiu fazer com que a maioria das propostas fossem transformadas em projetos de lei e levados à Câmara. Na votação da Câmara um bom número de comunitários esteve presente, fazendo pressão e conseguiram a aprovação de 90% das propostas apresentadas. Essas leis municipais deram garantia às áreas da reserva dos lagos.

“... lagos de procriação ou santuários: Purema, Crispim, Lago Preto, Lago do Liberato, Lago do Molongó, Poção de São Sebastião, Lago do Forno e Tarumã...” (Art.2o - Lei Municipal no. 103, de 27/07/93).

“... áreas de manutenção ou subsistência das comunidade e da sede municipal... Lago Jauara, Lago do Padre, Curara e as cabeceiras do Itapany, Sanabany, Tatuacá, Ferreira, Coary, Tapiu e Igarapé do Maquará ...” (Art. 3o.).

“As demais áreas fluviais são consideradas como livres...” (Art. 4o.) (An. 10).

Em 1993, foi eleito um candidato à Prefeitura de Silves, que apoiava a preservação do peixe. Foram feitas Leis Municipais de preservação e a Prefeitura pagava três fiscais. Quando chegavam os barcos pesqueiros nos locais, as comunidades reclamavam e a Prefeitura mandava retirá-los. Nesse

mesmo ano como a Prefeitura atrasou o pagamento de todos os seus funcionários por três meses, os fiscais, sem dinheiro, foram pescar para comer. Invadiram o Lago e pescaram tudo. Algumas pessoas achavam que eles faziam a pesca predatória.

“Houve um conflito entre a Prefeitura, os fiscais, que eram da própria Prefeitura e também esses que queriam pescar, ou seja, os predadores. Então os fiscais não fiscalizaram mais e houve invasão nos lagos. Acabou tudo” (depoimento de um líder da Comissão Silves).

Após um período de desânimo, os comunitários recomeçaram; refizeram a Comissão Central, escolheram os fiscais nas comunidades continuaram firmes lutando.

Existe ainda em Silves como preservação o turismo ecológico.

O turismo ecológico efetuado no estado deixa anualmente U\$200.00,00 no Amazonas, a maior parte em hotéis e agências sobretudo em Manaus.

Em Silves o Hotel da Guanavenas recebe muitos turistas que vão lá passear na floresta amazônica e pescar no lago Canaçari.

Está surgindo a Canaçari Turismo que é uma empresa que gerenciará o Hotel Ecoturismo. Este hotel tem por finalidade a manutenção do turismo com apoio às iniciativas de preservação no município de Silves. O projeto teve início em abril de 1994 sendo patrocinado pelo governo da Áustria.

Os recursos gerados com esta atividade, depois de pagas as despesas, são repassados à Associação de Silves para preservação ambiental e cultural (ASPAC). O dinheiro é investido na fiscalização das áreas preservadas, “adquirindo voadeiras, colocando fiscais permanentes nos lagos, denunciando queimadas que vêm ocorrendo, fiscalizando a pesca predatória contra os bichos de casco tracajás durante todo o tempo” palavras de Hilmir Assis, coordenador do projeto.

Divulgado pela World Wildlife Fund, entidade internacional, haveria pacotes de três, oito e quinze dias, incentivando as pessoas, mas

principalmente universitários, a visitarem a floresta Amazônica e uma das cinco comunidades estrategicamente distribuídas no município e todas envolvidas no processo de preservação.

Os turistas, tendo jovens silvenses como guias, vão conhecer o modo de vida das comunidades e a forma como fazem a preservação. Estimulam o visitante a divulgar o trabalho no seu país de origem. “Uma atividade que não fique só na luta cansativa da preservação, mas busque outras alternativas econômicas sendo uma delas o ecoturismo” (Hilmir Assis).

A luta não está acabada. Ela continua com altos e baixos, mas é forte no ribeirinho a vontade de preservar o peixe. Partem para outras alternativas e, fazendo a defesa do peixe, vão construindo a sua história.

ANÁLISE DO MOVIMENTO

CONFLITOS

Para Touraine(1989), os Movimentos Sociais apresentam três elementos: atores sociais, seu adversário e um campo de disputa de interesses, que resulta no conflito.

Nesse Movimento de Defesa do Peixe, os atores sociais são os ribeirinhos há vários adversários internos e externos e a briga ocorre pela posse do peixe.

No decorrer do processo histórico aparecem vários conflitos:

externos

1. dos ribeirinhos com os donos de barco. Pode ser de uma conversa ao empate, não aceitação da saída com ameaças mais sérias de ambos :

“Os pescadores apontaram para os comunitários um revólver dizendo para eles não voltarem mais lá. O chefe afirmou que tinha todos os documentos e pagava a Colônia de Pescadores”(depoimento de ribeirinhos).

“Um barco estava rebelado, não queria sair de jeito nenhum. Nós se armemos e marretemos tudo embaixo do assoalho do motor, mas a gente rezou muito para que pudesse resolver a coisa em paz e conseguimos convencer. Ele foi embora. Que eu me lembre foi a única vez, que nós pegamos em armas”(depoimento de líder comunitário)

2. dos ribeirinhos com fiscais da SUDEPE ou do IBAMA, quando esses estavam ao lado dos armadores.

O conflito mais sério ocorreu em 1981, quando o barco Sônia foi pescar no Rio Anebá, município de Silves. Até o exército foi chamado para intervir(ver pág.)

Mais tarde surgiram conflitos na pesca de bicho de casco, quando fiscais do IBAMA confiscavam os traçajás e pitiús dos caboclos: 1,2... e liberavam os 20,30 apanhados pelos pescadores.

Também nos conflitos mais recentes, quando havia estragos de peixes o IBAMA não agia. Quando os comunitários iam reclamar junto a esse órgão os técnicos diziam: "Sabemos que o pedido de vocês é justo, mas não é legal. Só podemos agir se houve uma lei ou liminar do juiz dizendo que naquele lago é proibido pescar".(depoimento de um técnico do IBAMA).

3. dos ribeirinhos com os fiscais da prefeitura de Silves.

Quando entrou no governo municipal, em 1991, o prefeito assumiu a fiscalização dos lagos pagando pessoas para vigiar os lagos proibidos. Deixou de pagar seus funcionários mais de três meses seguidos:

"Houve um conflito entre a Prefeitura, os fiscais, que eram da própria prefeitura e também as pessoas que queriam pescar, ou seja, os predadores. Então os fiscais não fiscalizaram mais e houve invasão nos lagos. Acabou tudo"(depoimento de líder da Comissão Central de Silves).

4. dos ribeirinhos com outras pessoas e mesmo autoridades da cidade

Em Itapiranga e Silves, vários comerciantes, prefeitos(ex), vereadores(ex) sempre pescaram nos lugares que queriam. Quando houve a proibição de pesca em lagos de procriação ou pescar de redes em lagos de manutenção, veio a invasão de lagos como aconteceu nessas cidades em 1994.

internos

5. de comunitários com outros que não participavam da defesa

"Os pescadores voltavam porque em muitas comunidades, ex: Passarinho, tinha um grupo de pessoas que traziam eles. Os pescadores pescavam o jaraqui e davam parte a eles que vendiam e repartiam o dinheiro. Então esses comunitários eram os adversários. As comunidades eram subornadas a eles(pescadores) por meio de ranchos, cachaça e dinheiro mesmo"(depoimento de líder da Comissão Central)".

6. conflito entre a Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato de Trabalhadores Rurais- Itacoatiara oeste(Paraná da Eva).

Nessa área houve um conflito entre ribeirinhos membros da Comissão Pastoral da Terra, que defendia a preservação do peixe e membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais, que mandava os trabalhadores pescarem, por causa da dura situação de pobreza.

“Mas como vamos pedir ao pessoal que fique olhando o peixe dentro do lago e proibir de pescar se estão morrendo de fome”. (depoimento de coordenador regional da CPT- Itacoatiara)

7. conflito entre comunitários que defendiam o peixe

Alguns chefes de família ajudam a preservar o peixe, outros por causa da situação de fome muito grande nas comunidades querem pescar nos lagos proibidos para dar de comer à sua família. Aparecem as brigas.

“a dificuldade dessa luta é com os próprios comunitários, que vai tornando a resistência enfraquecida... Então tem gente que, para não criar problemas com a família, para não ter brigas, prefere desistir, e, com isso a luta da preservação tem esfriado muito”(depoimento de líder comunitário)

PAPEL DA MULHER NA DEFESA DO PEIXE

As mulheres e crianças participam muito da vida nas comunidades. No interior, os pequenos estão presentes às reuniões, Missas, celebrações, festas, puxiruns(mutirões). São calmos, silenciosos, dificilmente ouve-se o choro deles ou vê algum correndo entre os adultos.

A presença firme da mulher das Comunidades Eclesiais de Base ajudou muito na resistência. Ela foi companheira e força na defesa do peixe.

Nos primeiros tempos, quando a luta pela preservação era mais de enfrentar os barcos pesqueiros iam falar com o encarregado do barco todos juntos: crianças, mulheres, homens . Para respeitá-las os homens não levavam

armas e evitavam a violência tanto os ribeirinhos quanto os pescadores dos barcos, no enfrentamento dos grupos.

No decorrer dos anos, como em todo o Brasil, as famílias se empobreceram mais . O fechamento dos lagos de procriação criou desavenças nas comunidades, desentendimento entre famílias, mesmo no meio de parentes ou comadres. Faltando comida(peixe), as mães vendo seus filhos com fome ficavam num dilema: de um lado o filho chorando, esfomeado, de outro um lago cheio de peixes, com normas comunitárias proibindo a pesca lá. Algumas querem a preservação do lago, tentam resolver o problema do alimento da criança com frutas, papa de farinha para substituir o peixe, sem necessidade de invadir o lago, respeitando as normas. Elas preservam porque veem que o problema não é só de seu filho, mas do futuro, isto é, de todas as outras crianças que virão.

“Aqui ninguém pesca porque nós, mulheres, estamos passando fome, mas vamos preservar o lago. E isso vamos aguentar firmes e unidas”(participante de Clube de Mães).

Outras, vendo o filho com fome incentivam o marido, os filhos maiores a pescarem no lago proibido pelas normas comunitárias.

Mas a presença de crianças e principalmente as mulheres foi importante na defesa do peixe.

“No Amazonas, se houve resistência vitoriosa contra os barcos geleiros, foi exatamente a presença das mulheres e das crianças. Se fosse só os homens, provavelmente teria resultado em conflitos e mortes e não teria sido dada a solução no sentido de preservar. A resistência pacífica e a pressão principalmente com a presença de mulheres e crianças foi significativa”.
(depoimento de coordenador da CPT)

O MOVIMENTO

Os ribeirinhos atuantes no Movimento de Defesa do Peixe são membros das Comunidades Eclesiais de Base.

Scherer-Warren(1993) identificou três categorias de agentes políticos que procuram articular as organizações populares: as originárias do movimento sindical, as de partido político e as organizações não governamentais(ONGs).

Acrescentarei as Comunidades Eclesiais de Base, articuladas pela Comissão Pastoral da Terra, de onde nasceu o Movimento de Defesa do Peixe.

O que levou-os a participarem foi o fato de morarem no Amazonas, serem ribeirinhos, se alimentarem de peixe, estarem agrupados em comunidades, terem uma realidade comum, com igual tradição histórica, as mesmas crenças e visão de mundo: natureza, sociedade, política; com iguais condicionamentos sócio-políticos(agricultores, sem salário, família grande...), ligados por relações de parentesco, compadrio, amizade.

Também a participação levou a realizarem ações coletivas e nisso foi importante o aprendizado, já adquirido nas CEBs relativos à mobilização, o trabalho em prol da comunidade. Os comunitários continuaram o aprendizado político: como se organizar, mobilizar recursos, planejar novas ações, avaliar o que foi realizado, enfrentar os pescadores, conversar com políticos, prefeitos, vereadores, chefes de órgãos governamentais como a SUDEPE, IBAMA, ou Universidade do Amazonas, INPA e outros, a mobilizar a opinião pública na defesa do peixe.

Isso eles conseguiram formando uma identidade coletiva.

Para Melucci(1989), a construção de uma identidade coletiva é a tarefa mais importante do Movimento Social. Ela é formada pelas identidades pessoais e grupais do Movimento e visão da sociedade: quem somos nós? a que grupo pertencemos? que sociedade temos? Para isso os participantes devem definir, eles próprios como um grupo e seus membros vão desenvolver visões gerais comuns do meio social(regras, estruturas, fins), objetivos e opiniões comuns sobre possibilidades e limites da ação coletiva.

Isso não significa, entretanto, que as pessoas que participam do Movimento sejam todas iguais. Pertencem a ele indivíduos com visões diferente da sociedade, apolíticos ou pertencentes a partidos diversos: PMDB, PT, PFL, ou estão até por questões afetivas, o que não impede as pessoas de assumirem compromissos, mesmo sendo diferentes. Lutar não por seus interesses, mas pelos do Movimento, confiar nos outros, desenvolver a solidariedade. Enfrentando as lutas se constrói historicamente a identidade do grupo.

Há também um elemento interno importante: a experiência, que explica como as diferenças se juntam numa identidade. A socialização de informações, as práticas coletivas favorecem a constituição de identidade de objetivos e ação comum. Nesse Movimento do Peixe, nas reuniões das comunidades, nos encontros no município, houve troca de experiências levadas depois para as assembléias anuais dos ribeirinhos em Manaus, promovidas pela Comissão Pastoral da Terra. Lá, os participantes fizeram avaliação dos trabalhos do ano e apresentaram suas experiências. Foi assim que a Prelazia de Tefé, expôs, em 1986, para as outras Dioceses/Prelazias sua experiência bem sucedida de lagos de preservação e manutenção. Em 1988 a mesma relatou também outra estratégia de preservação com êxito, com os comitês e as Comissões Centrais.

Além de lugares onde eram relatadas as experiências, os ribeirinhos desenvolveram um método de trabalho próprio. Aproveitaram o saber caboclo sobre a natureza, as experiências bem sucedidas vividas no cotidiano. Elas eram acrescidas das contribuições de outros e o grande grupo elaborou um método de trabalho peculiar e comum a todos os municípios presentes.

Os participantes também na procura de caminhos próprios se lembravam de experiências antigas onde grupos de pescadores, do governo ou de outras entidades se apropriavam de suas reuniões, iniciativas, pessoas para servir aos interesses deles.

Onde os participantes achavam que a defesa deveria partir ou ser assumida pelas autoridades o movimento fracassou, como aconteceu em Silves, com os fiscais municipais dos lagos de manutenção e procriação pagos pela prefeitura. Então eles procuram caminhos alternativos próprios.

Para Gamson(1989), o lugar da identidade coletiva é cultural, pois manifesta-se através de linguagem e símbolos pelos quais é publicamente conhecido. A criação de uma identidade que mantém a lealdade e a confiança dos participantes é uma realização cultural, ex: a Comissão de Defesa do Peixe(CODEPI)de Itapiranga ou o Movimento de Defesa do Peixe, em Silves.

O fato de pertencer ao Movimento trouxe experiência transformadora. Parece que aumentou a identidade pessoal dos participantes e permitiu-lhes a plena realização de si mesmos, lembrado, com orgulho nos anos seguintes de suas vidas. Vários caboclos contavam envaidecidos para seus filhos ou netos:

“Eu fui do começo do Movimento. Precisava coragem para enfrentar os peixeiros”(depoimento de vários participantes).

O Movimento Social tem características que promovem a solidariedade.

O indivíduo participando nas ações coletivas, firmadas pela solidariedade começa a se identificar com o grupo e forma-se um consenso ideológico sobre o mesmo . É ela que une o grupo no Movimento Social.

Além do grupo central mais ativo de 10,20 pessoas, há outras pessoas, que ajudam com alimentação nos encontros, agasalho(casa), barco ou divulgando a caminhada do Movimento.

As diferentes posições são o resultado das diferentes visões políticas e das forças sociais existentes. Elas ocasionam as divergências, os conflitos, as contradições internas do Movimento.

Ao longo de sua formação se constroe a conscientização dos participantes. Para isso é necessária uma análise crítica, conhecimento da sociedade(como ela funciona e não como o cotidiano mostra) e ação concreta.

Nos Encontros dos Ribeirinhos, em Manaus, sempre se começava avaliando o trabalho realizado(análise crítica) e, de um modo especial o 8o Encontro,em 1991, estudou-se como funciona a sociedade. Nos relatórios aparecem “ver a raiz dos conflitos”,”identificar os verdadeiros inimigos dos

pescadores e e dos ribeirinhos”, “ articular as categorias:ribeirinhos, índios, pescadores”, “articulação com os municípios vizinhos”. Também as vitórias são importantes , mostram o caminho certo e dão “força prá gente não esmorecer”, “unir forças na luta de preservação, trocar experiências e tirar propostas para o fortalecimento da caminhada”.

A conscientização não é igual. As pessoas tem formas e ritmos diferentes. Na conscientização é importante saber diferenciar quem são os aliados e quem são os adversários. As dificuldades encontradas na aliança:ribeirinhos, pescadores, índios, sindicato, mostra isso. A CPT realizava encontros de ribeirinhos e pescadores que tinham interesses opostos: uns queriam preservar e outros pescar tudo. Eram adversários com interesses contrários.

No 8º Encontro dos Ribeirinhos aparece o desejo de apoio/alianças, procurar outros agentes, outras entidades que pudessem ajudar:CIMI, COIAB, Sindicato dos Trabalhadores Rurais.Também são importantes as assessorias: CPT, INPA, Forum Permanente de Debates sobre a Amazônia e Universidade do Amazonas.

O Movimento permitiu a descoberta dos direitos sociais dos ribeirinhos por eles mesmo(em articulação com assessorias);aparecimentos de novos sujeitos históricos, a construção de uma identidade popular(valorizando o saber popular), sua cidadania.

Fizeram estudos das Leis Federais, Estaduais e Municipais relacionadas com a questão da preservação do meio ambiente, pesca, etc. e foram capazes de apresentar propostas para as leis estaduais e municipais sobre meio ambiente.

“ Os movimentos populares por si só não derrubam o capitalismo, mas são momentos importantes e decisivos para sua reprodução e negação. Eles podem tornar inviável a própria reprodução do sistema”.(Gohn,1993).

CONCLUSÃO

Iniciei o trabalho com a idéia de que o ribeirinho estava passando fome pela falta de comida e queria defender o peixe que barcos pesqueiros estragavam.

Com o andamento da pesquisa pude constatar que a diminuição de recursos pesqueiros no Amazonas se deve a vários fatores:

- o estrago de peixe feito pelos barcos pesqueiros, já amplamente discorrido nesse trabalho;
- a degradação ambiental executada pelos pecuaristas que derrubam a mata para plantar capim, formar pasto; do ribeirinho para fazer sua roça, ambos desmatando a margem dos rios, lagos e igarapés ocasionando o afastamento de peixes de locais onde não há floresta;
- a pesca seletiva com barcos que apanham só algumas espécies, consideradas de primeira qualidade mais procuradas pelos consumidores;
- a falta de apoio governamental ao setor pesqueiro.

Porém o movimento dos ribeirinhos foi decisivo para se obterem várias conquistas: a) lagos de manutenção e lagos de procriação - caminho tomado pelos ribeirinhos das CEBs; b) leis municipais que regulamentam a reserva desses lagos pedida pelos ribeirinhos com a participação de vereadores e prefeito - atitude de alguns municípios; c) expulsão dos barcos pesqueiros pelo prefeito municipal, a pedido do povo, como aconteceu em São Sebastião do Uatumã, em maio de 1996, quando 12 barcos de Manaus foram impedidos de pescar lá.

Além dos ribeirinhos existem outros grupos interessados na defesa e preservação do peixe: a) leis feitas pelo IBAMA como a proibição de pescar

peixe-boi, pirarucu, em extinção, peixes pequenos e em determinadas épocas do ano, como na desova; b) o estudo feito pelo IBAMA, INPA, de algumas espécies em extinção como o peixe boi, o pirarucu ...; c) as piscigranjas que procuram criar peixes (pirarucu, tambaqui) e quelônios (tartaruga, tracajá ...).

Com este trabalho pode-se verificar que a preservação do peixe não depende única e exclusivamente do trabalho dos ribeirinhos, mas sim de um sistema (conjunto de partes coordenadas entre si). Dele fazem parte diferentes segmentos que compõem e influem no setor pesqueiro: o ribeirinho, o pescador profissional, o armador (empresário de pesca), os prefeitos e vereadores, o governo do Estado, o IBAMA, o INPA, a Universidade do Amazonas e outros a mata, o rio, os animais. Interessa a todos a preservação.

Os ribeirinhos cresceram muito na conscientização de seus direitos, alguns conquistados, já concretizados. De maneira espontânea, uma forma simples, do cotidiano, observando os estragos dos barcos pesqueiros, em contraste com a visão ecológica de preservação da natureza e a falta de comida, ele passa para um outro nível.

O desenrolar do conflito vivenciado entre agentes da depredação e os comunitários permitiu a eles criarem estratégias inéditas de preservação. Foram aparecendo formas novas com os lagos de procriação e manutenção, com os comitês e as comissões centrais com a luta para apresentar propostas para Leis Municipais de preservação do peixe e do meio ambiente. O que particulariza este povo é que, ele apresenta com o seu modo de vida simples, um projeto realizável de defesa do meio ambiente, que pode vir a servir de exemplo para outros grupos.

Para terminar deixarei alguns pontos para reflexão:

- Será que no ano 2.001 ou 2.006, vinte anos depois do início da luta do Movimento de Defesa do Peixe no Amazonas os lagos de manutenção e criação conseguiram solucionar a questão fornecendo a “comida” básica do ribeirinho? as reservas ecológicas (lagos de procriação) serão oficialmente aceitos? resolveram ou amenizaram os conflitos?
- por ter peixe nos lagos o ribeirinho permanecerá no interior, cultivando a sua roça diminuindo a migração?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Flávia L.de - **Desenvolvimento urbano, meio ambiente e qualidade de vida** - Brasília, Universidade de Brasília - Dissertação de Mestrado, 1993.

BATISTA, Djalma - **O complexo da Amazônia** - Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1979.

BENCHIMOL, Samuel - **A questão Amazônica** -... Anais do IV Encontro Inter-Regional de cientistas sociais, Manaus, 1981, Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1985.

BETTO, Frei (Carlos Alberto Libânio) - **O que é Comunidade Eclesial de Base**, S.Paulo, Brasiliense, 1982.

BITTENCOURT, Maria Mercedes - **Exploração dos Recursos Pesqueiros na Amazônia Central** - in Bases Científicas para Estratégia de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia: Fatos e perspectivas, vol.1, 321-325, Manaus, INPA, 1991.

BOFF, Clodovis - **Comunidades Eclesiais de Base e prática de libertação**, Petrópolis, Vozes, 1985.

BOFF, Leonardo - **Teologia da Libertação** - Petrópolis, Vozes, 1982.

CÂNDIDO, Antonio - **Os parceiros do Rio Bonito** - Livraria duas cidades, S.Paulo, 1979.

COX, Cristina; PETRY, Paulo - **A importância da várzea no ciclo de vida dos peixes migradores na Amazônia Central** - in Bases Científicas para Estratégia de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia: Fatos e perspectivas, vol.1, Manaus, INPA, 1991: 315-320.

DREICKX, João - **Juruá, o rio que chora** - Petrópolis, Editora Vozes, 1993.

ECO, Umberto - **Como se faz uma tese** - São Paulo, Editora Perspectiva, 1993.

FEARNSIDE, Philip M. - **Migração, colonização e meio ambiente: o potencial dos ecossistemas amazônicos** - in Bases Científicas ... vol.2, Manaus, INPA, 1993:249:268.

FREIRE, Paulo -OLIVEIRA, Rosiska e Miguel Darcy de, CECON, Cláudio - **Vivendo e aprendendo** - Editora Brasiliense, 1980.

FURTADO, Lourdes G. - **Riqueza e exploração da pesca** - Belém, Museu Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, Lourdes G. - **Pescadores do Rio Amazonas** - Belém, Museu Emílio Goeldi, 1993.

HALL, Antony - **Amazônia - Desenvolvimento para quem? - Desmatamento e conflito social no Programa Grandes Carajás** - Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1991.

GIL, Antonio G. - **Como elaborar projetos de pesquisa** - Editora Atlas, São Paulo, 1994.

GOJARDO, Marcela - **Pesquisa participante na América Latina** - São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

GOLDMAN, Lucien - **Ciências Humanas e Filosofia** - S.Paulo, Editora Diefel,1979.

GOULDING, Michael - **Ecologia da pesca no Rio Madeira** - INPA, Manaus, 1996.

GRAEF, E.W. - **Considerações sobre a prática da piscicultura no Amazonas: in Bases Científicas...vol.2, Manaus,INPA,1993:345-360.**

GUIMARÃES, Sérgio F. - **Algumas diretrizes para o desenvolvimento da pesca e da aquacultura na Amazônia Brasileira** - in Bases ... Manaus, INPA, 1993:262-282.

HALL, Antony - **Amazônia - Desenvolvimento para quem? - Desmatamento e conflito social no Programa Grandes Carajás** - Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1991.

HELLER, Agnes - **O cotidiano e a história** - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

HOGAN, Daniel J.e VIEIRA, Paulo F.- **Dilemas socio-ambientais e desenvolvimento sustentável** - Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.

JUNK, W.J. e HONDA E.M.S. - **Pesca na Amazônia - Aspectos ecológicos e econômicos** - Anais do 1o. Encontro Nacional sobre Liminologia, piscicultura e pesca continental - Publicação JD Fundação João Pinheiro, 1996.

LEITE, Roosevelt G. e ZUANON, Jansen - **Peixes ornamentais - Aspectos de comercialização, Ecologia, legislação e Propostas de ações para um melhor aproveitamento** - in Bases científicas para Estratégia de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia: Fatos e perspectivas, vol.1, Manaus, INPA, 1991:327-332.

LEONEL JR, Mauro -**Recursos comuns: o uso social dos rios amazônicos**, S.Paulo, Universidade de São Paulo, tese de doutorado, 1994.

LIMA, Francisco Fiúza - **Amazonas: flora e fauna aquática** - Manaus, Editora Raphaela Ltda. 1979.

LOBO, Narciso J.F. (coord), BRASIL, Deusimar; MACHADO, Glória M.E.; COSTA, Heloísa L.C.da - **Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida** - Manaus, Universidade do Amazonas, 1993.

LOUREIRO, Violeta R. - **Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca na Amazônia**, Belém, MPEG/CNPq, 1985.

LOUREIRO, Violeta R. - **Pilhagem da natureza e conflitos de classes** - in Proposta, no.38, Rio de Janeiro, 1988.

MARX, Karl e ENGELS, Frederico - **A ideologia alemã e outros escritos** - Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1986.

MEGGERS , Betty J, - **AMAZÔNIA: ilusão de um paraíso** - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

MENDES, Armando - **Os fins do Desenvolvimento e o Desenvolvimento sem fim**, in *Amazônia em questão - Anais do IV Encontro interregional de cientistas sociais* - Manaus, 1981, Editora Massangana, Recife, 1985: 63-83.

MOTTA, Roberto; MONTEIRO, Clodomir - **A questão da realidade amazônica** - in *Amazônia em questão - Anais do IV Encontro ...*, Manaus 1981, Editora Massangana, Recife, 1985:89-142.

MOURA, Nilson M.L. - **A prática educativa das Comunidades Eclesiais de Base no Estado do Acre** - S.Paulo, Pontificia Universidade Católica, dissertação de mestrado, 1988.

NODA, Hiroshi, & Sandra NODA - **Produção de alimentos no Amazonas-uma proposta alternativa de política agrícola** - in *Bases Científicas ... vol.2*, Manaus, INPA, 1993:319-328.

OLIVEIRA, Adélia E.de - **Humana** - in *Amazônia, Desenvolvimento, Integração e Ecologia*, São Paulo, Brasiliense, Brasília, CNPQ, 1983:144-327.

PETRERE JR., Miguel - **Pesca e esforço de pesca no Estado do Amazonas II - Locis de pesca, aparelhos de captura e estatística de desembarque** - *Acta Amazônica*, 8, Supl.2:54p. , setembro 1985.

PINTO, Ernesto Renan de F. - **Os trabalhadores da juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no medio Amazonas**, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dissertação de mestrado, 1992.

RIBEIRO, Darcy - **O povo brasileiro** - São Paulo, Cia de Letras, 1995.

RIBEIRO, Sylvia A.O. - **Vida e morte no Amazonas** - S.Paulo, Loyola, 1991.

SADER, Eder - **Quando novos personagens entraram em cena** - São Paulo, EDUSP,1988.

SANTOS, Geraldo M. dos, FERREIRA, Efrém J.G e ZUANON, Jansen - **Ecologia dos peixes da Amazônia** - in Bases Científicas ... Manaus, INPA, 1993, vol.2:263-280.

SEDUC - Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado do Amazonas - Núcleo de Recursos Tecnológicos - Manaus - SILVES, 1987; ITACOATIARA, 1989 - Manaus.

SILVA, Josué da C. - **Cuniã: mito e lugar** - São Paulo, dissertação de mestrado, 1994 - Universidade de São Paulo.

SMITH, Nigel J.H. - **A pesca no Rio Amazonas**, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Manaus, INPA, 1997.

SOUZA, Márcio- **Breve História da Amazônia**, S.Paulo, Edit.Marco Zero,1994.

THIOLENT, Michel - **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, São Paulo, Polis, 1980.

THIOLENT, Michel - **Metologia da pesquisa** - S.Paulo, Cortez, 1985.

THIOLENT, Michel- **Pesquisa no campo da comunicação sócio-política**, in Comunicação & Sociedade, 1986.

VERÍSSIMO, José - **A pesca na Amazônia** - Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

VIEIRA, Roberto - **Sumário da Ecologia Amazônica e implicações para o futuro da Região** - in Amazônia em questão, Recife, 1985:35-42 .

VIOLA, EDUARDO e MAINWARING, Scott-**Novos Movimentos Sociais : cultura política e democracia no Brasil**- in Uma resolução no cotidiano-org. Ilse W. Sherer, P.Kirschke-S.Paulo, editora.

VIOLA, EDUARDO J - **Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986) do ambientalismo à acopolítica** - Revista de Ciências Sociais

- **O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e concientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável**- 15o. ANPOCS, Caxambu, 1991.

YUYAMA, Kaoro - **Potencialidade agrícola dos solos da várzea e a utilidade de leguminosas na América Central** - in Bases Científicas, vol.2, Manaus, INPA, 1993:223-240.

WAGLEY, Charles - **Uma comunidade amazônica**, S.Paulo, Itatiaia, 1988.

WARREN, Ilse Scherer - **Redes de Movimentos Sociais** - Ed. Loyola S.Paulo, 1993, cap. 1o.

WARREN, Ilse Scherer - **“O caráter dos Novos Movimentos Sociais”** in Uma revolução no cotidiano.

WARREN, Ilse Scherer e KIRSCHKE (org.) **“Uma revolução no cotidiano”** Edit. Brasiliense, S.P. 1987.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA AM/RR - **Cartilha: Preservação de lagos e rios e repovoamento de peixes**, Manaus, 1991 (mimiografado).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA AM/RR - **Relatórios dos Encontros de Ribeirinhos de 1983 a 1996.**

- CPT AM/RR - Manaus

CIPÓ (Boletim Informativo da Prelazia de Itacoatiara) - boletins de fevereiro de 1981 a maio de 1996 - Itacoatiara (mimiografado).

PANEIRO (Boletim Informativo da Comissão Pastoral da Terra AM/RR - números de janeiro de 1981 a junho de 1996 - Manaus (mimiografado).

FASE - **Cartilhas Ecológicas: 1-2:3** Manaus, 1993, 1995,1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1991, Brasília, 1991.

Pescando & Lutando - Movimento Nacional dos Pescadores (Monape) - dezembro/91 - São Luís (MA).

Anuário da SUDEPE - Brasília, 1981.

Levantamento das condições sócio-econômicas do setor do pessoal do setor pesqueiro - Coordenador de Estudos e Pesquisas - CODEAMA - Manaus, 1987 (mimiografado).

Revista Terra - novembro de 1996 - ano 5 - número 11 - São Paulo (SP).

ANEXOS

ANEXO 1

Algumas entidades relacionadas com peixe

ALGUMAS ENTIDADES RELACIONADAS COM PEIXE

COLÔNIA DE PESCADORES

O mais antigo órgão, no Brasil, relacionado a pescadores. Em 1919, o Ministro da Marinha preparou uma missão com o Cruzador José Bonifácio, para nacionalizar a pesca e organizar os serviços no litoral. Foi nessa época que se fundaram as Colônias.

Elas eram subordinadas ao Ministério da Marinha. Depois ficaram sob a responsabilidade da ex-SUDEPE e também muito ligadas à Capitania dos Portos. Em 1988, com a Constituição, foi retirada da tutela formal do Estado e passaram a ser independentes.

Pertencem à Colônia: os pequenos pescadores (pescadores artesanais), os intermediários e armadores (donos de barcos). Com profissionais tão diferentes é difícil defender os interesses dos pequenos pescadores.

No Pará, os pescadores misturam-se tradicionalmente aos ribeirinhos. No Amazonas, os ribeirinhos estão nas Associações de Pescadores e os pescadores profissionais na Federação de Pescadores e nas Colônias.

“O presidente da Federação do Pará, a FEPA, considera três dificuldades chaves para os pescadores: falta de representatividade política, o monopólio do atravessador e a ausência de uma ação pública adequada nas águas interiores”. (Leonel Jr.,1994:30)

As Colônias é que dão a documentação aos pescadores.

Em 1911 a Federação do Amazonas reunia as seguintes Colônias: Manaus-Rio Negro; Manacapuru-Solimões; Tefé; Parintins-Baixo Amazonas; Maués; Presidente Figueiredo-Rio Uatumã; Itacoatiara-Baixo Amazonas e cerca de 6 a 7 mil pescadores registrados nas Colônias. (Leonel Jr.,1994,29).

No Amazonas, além das Colônias, havia em 1991, 23 ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES. Elas são mais independentes, menos estruturadas e regulamentadas somente pelo Estatuto. Podem ser formadas por qualquer número de pescadores ribeirinhos.

No Pará, ribeirinhos e pescadores profissionais trabalham juntos. No Amazonas eles são concorrentes ou adversários.

Os pescadores profissionais saem para a pescaria numa viagem que pode durar 7, 10, 30 e até 40 dias. Quando voltam passam uns dias com a família e retornam ao trabalho. Sendo assim é difícil frequentarem a Colônia de Pescadores. Falta-lhes comunicação com a própria corporação e também com

outras entidades, não tem lideranças representativas e, por isso, pouca força política. A Colônia de Pescadores é para eles apenas uma representação jurídica.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

Ela se colocou à disposição para ajudar na discussão da preservação da pesca. Participou de várias mesas redondas, dos Encontros promovidos pela CPT. Em 1992, na mesa redonda: “Como desenvolver a Amazônia sem prejudicar o meio ambiente”, sendo reitor da Universidade, na época o Dr. Marcus Barros, este falou sobre a importância do peixe como principal fonte de proteínas no Amazonas, sendo portanto urgente a sua preservação.

Em 1993, no 10o. Encontro, contou com a presença do Prof. Frederico Arruda, que mostrou o quanto os ribeirinhos sabem de suas necessidades. “Pena que a Universidade do Amazonas nada fêz. Os ribeirinhos poderiam dar a Universidade sua melhor ajuda” disse ele.

Atualmente os engenheiros de pesca e os ribeirinhos complementam os seus saberes. A Universidade do Amazonas participa também das discussões sobre preservação, no Forum da Amazônia.²³

Professores da Faculdade de Ciências Agrárias, do Departamento de Ciências Pesqueiras mantem intercâmbio com pessoas de outros países: Colômbia e Peru, em relação à questão aquática, que abastece o Rio Negro e o sistema Solimões-Amazonas. Também os professores da Universidade do Amazonas que atuam no Projeto Iara mantêm contato com os de Santarém (PA), com os pesquisadores do Museu Goeldi, de Belém (PA) e com os professores da Universidade do Pará, que trabalham no Projeto Mamirauá, em Tefé (AM). Além disso trabalham na preservação da pesca com as comunidades dos município de Careiro, Iranduba e Maniquiri e deram boas orientações na escolha dos lagos de preservação.

²³ “A estrutura das instituições normalmente não favorece o intercâmbio de informações, de trabalhos. Em geral, são os departamentos que conseguem fazer trabalhos conjuntos. Tem um distanciamento entre as pessoas que não favorece a troca. No departamento de Ciências Sociais não evocam a questão da pesca dos ribeirinhos sob a ótica social. É trabalhado normalmente mais a questão agrária. Não tem muitos trabalhos nesse contexto pela dificuldade de ir para o interior. Não temos os recursos para viajar. Sozinhos as pessoas não conseguem fazer as coisas.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - INPA

Atualmente o INPA colocou à disposição dos ribeirinhos, técnicos em liminação, com engenheiros florestais que orientam sobre as árvores frutíferas para repovoamento das áreas devastadas dos igapós e outros saberes técnicos.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE

Sua função era dar normas para o desenvolvimento da pesca e registrar todos os barcos pesqueiros. Nela houve um conflito: apoiando os barcos pesqueiros registrado ia contra os ribeirinhos que defendiam a preservação. Por isso o seu papel nos conflitos entre pescadores profissionais e ribeirinhos, quando ela existiu, foi muito difícil e quase ineficaz tanto que os conflitos se agravaram.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE - IMA; INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA FLORESTAL - IBDF; INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Quando a SUDEPE desapareceu quem assumiu a sua tarefa foi o IBAMA e o IMA, que passou também a assumir o antigo IBDF.

O IBAMA é um órgão federal com sede em Brasília; no Amazonas ele está dividido administrativamente em postos de fiscalização. Foram criados de forma estratégica para vigiar os municípios nas questões relativa à flora e à fauna. Dos 65 municípios do Estado do Amazonas, 12 tem postos de fiscalização - unidades centralizadas no interior e a da capital Manaus, Benjamim Constant, Boca do Acre, Carauari, Coari, Eurinepé, Humaitá, Itacoatiara, Manacapuru, Manicoré, Parintins, Presidente Figueiredo, Tefé.

A produção seja de terra (ex:madeira) ou de água (peixe) vai para Manaus. Lá, com um trabalho grande de fiscalização são efetuadas 80% das multas. Os postos são mais para prevenção. O Posto de Manaus é para apreensão.

É um dos órgãos que tenta mediar os conflitos entre ribeirinhos e pescadores.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT

Orgão oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Foi criada para “ajudar os agricultores na questão da terra”. Estes reclamavam, nos encontros de agricultores, promovidos pela CPT, de que havia depredações e que o peixe estava acabando. Foi só quando os conflitos entre agricultores/ribeirinhos começaram a se agravar é que ela se propõe a assumir os Encontros “porque o agricultor amazonense é também pescador”. (declaração da própria CPT).

No início, para ela, não estava claro o que fazer. Nos Encontros começou reunindo pescadores (que queriam pescar) e ribeirinhos (que queriam preservar). A partir de 1986 não foram mais convidados os pescadores, somente os ribeirinhos. As propostas de lagos de procriação e manutenção indicam caminhos novos na luta. Também a Nova Lei de Pesca com os Comitês e a Comissão Central firma e direciona o movimento.

Foi a CPT quem conseguiu articular a luta pela preservação, unir as forças, abrir os horizontes para uma visão mais global do funcionamento da sociedade e, mais tarde, com as outras entidades, continuar a luta.

DIOCESES/PRELAZIAS DO AMAZONAS

Convidadas pela CPT AM/RR ou vice-versa, com núcleos existentes em todas essas áreas, foram elas que seguraram e sustentaram acaminhada. Se não fosse o suporte econômico, de pessoal, o entusiasmo pela luta na defesa do ribeirinho, provavelmente a preservação não teria se firmado.

CAPITANIA DOS PORTOS

Funcionando no porto de Manaus e também em outras cidades, no início algumas reclamações foram feitas a ela, que sempre esteve ao lado dos pescadores (ver relatos): Atualmente, em Manaus, tem algum conflito com pescadores profissionais que vendem peixe lá, mas de modo geral não participa mais do problema da pesca.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGRO PECUÁRIAS - EMBRAPA

Esteve presente no 10o. Encontro promovido pela CPT, em 1993, na mesa redonda que debateu sobre a REFORMA AQUÁTICA. “Antes estávamos envolvidos com o plantio de seringueiras. Agora estamos trabalhando com piscigranjas”, disse o técnico Nestor Ferreira.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA DO AMAZONAS - FETAGRI/AM

Coordena os vários Sindicatos Rurais das cidades do Interior. Esses também, em algumas cidades estão preocupados com a preservação do peixe, pois “os agricultores são também pescadores”. Sendo assim, os Sindicatos Rurais defendem a preservação quando falam nas reuniões de agricultores; também participam de outros encontros.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE - CEBs - descrito na página 33.

COMUNIDADES

São grupos de pessoas vivendo em determinado território geográfico, num relacionamento humano individual, partilhando da mesma história e da herança cultural, sujeitos aos mesmos preceitos culturais: econômicos, políticos, sociais, religiosos e outros.

ANEXO 2

Acontecimentos relativos à pesca - Amazonas (1968-1996)

ACONTECIMENTOS RELATIVOS À PESCA - AMAZONAS

(Extraído do PANEIRO, CIPÓ, A CRÍTICA e outros)

- **1968** - notícia sobre pesca predatória no Amazonas.
- **1973** - relatório de Adelson, morador da Comunidade do Rio Curupira, Município de Nova Olinda do Norte, contando como ela venceu os grandes barcos pesqueiros.
- **1979** - 20/04 - Rio Arari, comunidade de Tiradentes reserva um lago como viveiro. Proibida a pesca por barcos pesqueiros.
- **1980** - Problema com o terminal pesqueiro de Itacoatiara.
27/05 - Portaria No.10 da SUDEPE proibindo o emprego de aparelhos . Pesca de arrasto e de espera, características da pesca industrial, nos lagos e rios do Estado do Amazonas de que dependa a economia de subsistência das populações ribeirinhas.
- **1981** - 15-18/01 - 1o. ASSEMBLÉIA DO POVO DA PRELAZIA DE ITACOATIARA - início da tomada de posição conjunta da Prelazia composta por 5 municípios: Itacoatiara, Itapiranga, Silves, Urucará e Urucurituba, contra a invasão dos lagos por pescadores profissionais.
 - maio - visita de Todd Brem, da Comissão Pastoral dos Pescadores de Santarém (PA) ao Município de Itacoatiara.
 - junho - Seringalistas do Alto Solimões alugam seus lagos para os barcos pesqueiros.
 - setembro - invasão do barco “Sônia”, de Aarão Fernandes, no Rio Anebá (Município de Silves), situação de grande conflito. As comunidades de Cristo Rei, Conceição e Santana resistem.
 - 2o. domingo de setembro - grande depredação de peixes em Itacoatiara
 - 11/10 - Ex-prefeito de Itacoatiara com barco grande e duas voadeiras (lanchas com motor) tenta pescar no Rio Anebá. Advertido pelas comunidades ele se retira.
 - 13/10 - Com 10 canoas os barcos pesqueiros: Capitão Valmir, Capitão Médice José, Aristarco Neto, José Alberto II, Capitão Carlos II, motor Bismarck foram pescar no Lago Canaçari (Município de Silves). Os comunitários da comunidade de Cristo Rei “pediram para levantar as redes” (sair), no que foram atendidos. As canoas apanharam muitos tracajás e piranguinhas. A comunidade Cristo Rei, do Rio Anebá pede providências à SUDEPE e IBDF para que não aconteça o mesmo que houve com o motor “Sônia”.

- outubro - fundação da CODEPI - Comissão de Defesa do Pescado de Itapiranga - Foram feitas 3 reuniões no Município.

- 17/10 - Reunião na Colônia Z-13 de pescadores de Itacoatiara por causa da resistência dos ribeirinhos. Ameaça de greve geral por parte dos pescadores profissionais da cidade.

- 10./11 - 1a. Assembléia Geral da CODEPI com a presença de membros das Igrejas: Adventista do 7o. Dia, Assembléia de Deus, Católica, Batista da Convenção, Pentecostal do Brasil e das comunidades de: Aricuru, Itapiranga (cidade alta e baixa), Cucuiari, Ilha Grande, Madrubá e Terra Nova - colocação das placas com Lei 466 da SUDEPE proibindo a pesca de arrastão.

- 7/11 - Reunião Geral da CODEPI - ofício ao Senado Federal e demais órgãos relacionados com peixe.

- novembro - Reunião de 12 comunidades situadas às margens do Rio Apocuitaua, no Município de Maués debatem seus problemas e saídas em relação à invasão e depredação de peixes.

- 5/12 - Reunião na comunidade de Mutuca (Rio Araí, Município de Itacoatiara) com representantes das comunidades: São Paulo, Shalom, Tiradentes, Floresta, Lago Preto junto com representantes das Igrejas Batista e Adventista. As comunidades de Santa Teresa, Rosental e Santa Rosa se reúnem para defender o peixe.

Organização do povo para defender-se dos estragos causados pelos barcos pesqueiros.

- 10/12 - visita à Itapiranga dos companheiros de Anebá e Silves animando os de Itapiranga na defesa do peixe.

- reunião na comunidade da Enseada (Município de Itapiranga).

- 16/12 - dois funcionários da Secretaria de Produção Rural (SEPROR) - SUDEPE, vão à Itapiranga. Apoiam a defesa do peixe.

- 25/12 - Programa de Apoio à Pesca no Amazonas elaborado pelo governo do Estado: reestruturação do sistema pesqueiro do Estado e construção de desembarque e armazenamento nos municípios de: Autazes, Barreirinha, Coari, Benjamim Constant, Itacoatiara, Manacapuru, Maués, Parintins e Urucará.

● **1982** 8-9/01 - Encontro de líderes das comunidades em Silves para se organizarem para a preservação do peixe.

- janeiro - 17 comunidades do Arari desde 1980 começaram a se unir para a preservação, contra a invasão de rios e lagos. Até essa data "já houve bastante peixes". Três comunidades estão com dificuldades para preservar.

: 7/02 - Reunião de 40 líderes de comunidades de Silves, em São João.

Início do Movimento Comunitário em Defesa do Peixe, rios e lagos do Município de Silves.

- fevereiro e março - Início do CONCURSO DE POESIAS E CANTOS sobre a preservação promovido pela Prelazia de Itacoatiara.
- 5/03 - Decreto do governador José Lindoso proibindo a pesca comercial no Rio Caru e no Rio Anebá (Município de Silves).
- 6/03 - notícias sobre o Terminal Pesqueiro de Itacoatiara.
- 14/03 - Na comunidade do Jacu (Silves), 1a. reunião das comunidades dos Municípios de Itapiranga (3) e de Silves (10 comunidades) em defesa do peixe. Estudo de leis e portarias da SUDEPE.
- 19/03 - 2o. encontro das comunidades dos Municípios de Itapiranga e Silves - em Itapiranga e Terra Nova para a colocação das placas da Portaria 466 da SUDEPE, proibindo a pesca de arrastão e de lance.
- 18/03 - O pessoal de Itapiranga foi à Santana (Município de Urucará) fazer uma reunião sobre a Portaria 466 da SUDEPE.
- 24/03 - Reunião com 120 pessoas na comunidade de Puruzinho (Município de Silves) para falar sobre a defesa do peixe.
- março e abril - A Comissão de Defesa e outras pessoas vão à comunidade de Enseada para falar com barcos pesqueiros (Município de Itapiranga).
- **1982** - visitas de apoio mútuo, Silves ajudando Itapiranga, principalmente a comunidade da Enseada (Município de Itapiranga).
 - 2/05 - mais uma visita de apoio à Enseada.
 - 1o./05 - Reunião das comunidades de Itapiranga e Silves com representantes da SUDEPE (em Itapiranga).
 - 11/05 - o superintendente da SUDEPE fêz uma reunião com o povo de Itapiranga.
 - 15/05 - Reunião em Silves - confirmada pelas comunidades a reserva de lagos criadores e áreas para criação de bicho de casco - desova (Puruzinho)
 - maio-junho - Comunidade Nossa Senhora de Fátima (Costa do Amazonas, Município de Urucurituba) resolveu expulsar os barcos pesqueiros que estavam lá. Os pescadores do barco Santos de Oliveira pegaram 400 bichos de casco. Eles ameaçaram atirar de revólver nos comunitários, mas foram expulsos.
 - maio/junho - Concurso do Peixe na Prelazia de Itacoatiara. “Vamos falar, fazer versos, cantos: o rio, o lago, o peixe, a união do povo, que luta para preservar o que sustenta a nossa VIDA”.
 - junho - Movimento de Defesa do Peixe: Silves e Itapiranga unidos na defesa da Preservação de lagos,
 - 5/06 - Reunião na Comunidade de Passarinho (Silves) para avaliação do Movimento de Defesa do Peixe.

- 10/07 - Reunião na cidade de Silves com as comunidades da área.
- setembro - Em Itapiranga, visita de Frei Alfredo Schettger, coordenador Nacional da Comissão Pastoral da Pescadores. Reunião com os participantes dos Municípios de Itapiranga e Silves.
- 20/11 - Reunião na comunidade de Mucajatuba - 8 comunidades da área de Silves - 23 participantes e o sargento da polícia, além de alguns de Itapiranga.
- 13/09 - Reunião na comunidade de Baixa Funda (Silves).
- novembro-dezembro - Notícias das comunidades de Silves sobre a preservação de bicho de casco - invasão das áreas pelos comunitários.
- 02/11 - Comunidades do Município de Itapiranga decidem preservar lagos, proibir batção, rede de espera. Todos são fiscais da comunidade.
- 04/11 - Reunião para escolher os lagos criadores.
- 20/11 - FESTA DO PEIXE EM SILVES para comemorar novamente a fartura do peixe e agradecer a Deus pela união do povo e celebrar a vitória.
- **1983** - janeiro/fevereiro - Encontro de recém nascidos bichos de casco, 144 tracajazinhos e pequenos pitiús nascidos nas comunidades de São João, Mucajatuba, Itapani e Puruzinho. Foi uma festa.
- fevereiro - Artigo: Sinais da luta do peixe: 1 - força de Deus; 2 - nossa união; 3 - confiança em Deus no dia a dia; 4 - o serviço da comunidade; 5 - tudo é de todos.
- 31/03 - 15-17/07 - 2a. Assembléia do Povo, em itacoatiara. 253 participantes.
- setembro/outubro - Os comunitários do Município de São Sebastião do Uatumã pediram ao coordenador regional da SUDEPE uma portaria para proibir a entrada de barcos pesqueiros no Rio Uatumã. Conseguiram uma carta provisória.
- 18-21/08 - ENCONTRO SOBRE A PASTORAL DA PESCA (1o. Encontro dos Ribeirinhos), em Tefé, com 42 participantes de: Coari, Itacoatiara, Tefé.
- 17-21/01 - VI Assembléia da CPT- NO I, realizada em Manaus. Participaram 29 pessoas. Dificil a situação da pesca. “Como os agricultores são pescadores a CPT vai assumir a Pastoral da Pesca”.
- 30/06 -
- 30/07 - Carta das comunidadesde Silves ao Sr.Governador Gilberto Mestrinho que providencie junto a SUDEPE uma Portaria proibindo a pesca comercial no Lago do Canaçari ...
- 28/09 - Portaria da SUDEPE proibindo de 1o./08 a 31/03 a pesca nos Lagos Taboarzinho, Tapera e Taboari Grande, no Município de Urucará, exceto a pesca com molinete, caniço, linha de mão, tarrafa, espinhéis de até 10 metros.

- 11/08 - No Lago Marajá reserva pesqueira da cidade de Beruri. O barco Comandante Williams tentou invadir o Lago. O povo resistiu. O dono do barco apresentou documento da SUDEPE de Manaus e outro da juíza de Manacapuru dando ordens de pescar. Veio até reforço policial para fazer cumprir a ordem da juíza.

- No Município de Carauari - reunião de funcionário da SUDEPE com seringalistas, pescadores, prefeito sobre abusos de pesca. Nada mudou. Nem Carauari ou municípios vizinhos: Caitau e Itamarati têm posto da SUDEPE ou IBDF.

- 18/10 - Reunião dos coordenadores de área da CPT - Itacoatiara. No Município de Uruará os ribeirinhos conseguiram uma portaria da SUDEPE para fechar quatro lagos de março a outubro.

• **1984** - Continua a pesca predatória nos lagos, em Coari.

- 1o./01 - Oito barcos pesqueiros na boca do Rio Xerua (afluente do Rio Juruá) todos com redes de arrastão capturam jaraqui e matrinhã. Era época da desova.

- 31/03 - Reunião de 17 comunidades, na comunidade de Santa Luzia (Município de Silves) para tratar sobre a defesa do peixe.

- 04/04 - 6 comunidades: São João, Silves (cidade), Macajatuba, Santa Luzia, Santa Maria e Carão, num total de 42 pessoas fizeram pesquisa no Lago do Canaçari. Encontraram 3 barcos pesqueiros, entre eles o Rosa de Maio, com muitas malhadeiras grandes, baterias e estiradeiras (aparelhos proibidos pela SUDEPE).

- 11/04 - 80 pessoas de 16 comunidades do Rio Arari (Município de Itacoatiara) se reuniram na comunidade de São Paulo, para fazer a avaliação do ano de 1983. Alguns comunitários desrespeitaram a organização do peixe, mas é importante a preservação da área.

- 25/04 - Reunião na Colônia de Pescadores de Itacoatiara com os sócios, o superintendente da SUDEPE (Manaus) e sua equipe, um engenheiro de pesca da EMATER (Itacoatiara), 1 vereador, 1 dono de frigorífico e 2 representantes da Prelazia de Itacoatiara para debater sobre peixe.

No final o presidente da Colônia sugeriu proibir a pesca no Rio Arari, mas liberar o Lago do Canaçari (Silves).

- março - posse do superintendente da SUDEPE, com algumas prioridades.

- abril - serão inaugurados 2 entrepostos de comercialização no Amazonas (EMATER). O objetivo é diminuir os intermediários e abaixar o preço.

- 19/05 - Reunião com o coordenador regional da SUDEPE, na comunidade de Eva (Silves). Tentaram um acordo que não saiu.

- 26/05 - Encontro das comunidades dos Municípios de Urucará e São Sebastião do Uatumã para defender o peixe.
- Arari - Armadores e alguns pescadores tiveram dificuldades para pescar na região do Rio Arari (Município de Itacoatiara) e no Município de Silves. Os comunitários reagem não permitindo a entrada.
- **1984** - Julho/agosto - Povo de Silves faz documento endereçado à SUDEPE pedindo portaria de proibição do Lago do Canaçari e Rio Urubu, de agosto a maio.
 - 10./09 - El Silves, reunião com o superintendente da SUDEPE, chefe da Capitania dos Portos (Itacoatiara) e o povo para conversar sobre a defesa do peixe. Das autoridades convidadas, apenas 1 vereador compareceu.
 - 30/05 - reunião dos coordenadores de áreas: Tefé (Carauari), Coari (Anori), Roraima, Itacoatiara, Manaus (Careiro) e a coordenação regional sobre a pesca. Há conflitos das comunidades e pescadores com grande esquema de exportação.
 - Apreendido barco de pesca com utensílios proibidos pela SUDEPE, e com documentação irregular. Pescavam tracajás (bicho de casco) e pirarucus pequenos. O superintendente, a pedido do prefeito, devolveu as malhadeiras e apetrechos apreendidos dos infratores.
 - comunitários invadem os lagos criadores principalmente o Lago Purema, em Silves, pescando com malhadeiras de mais de 100 metros.
 - em Silves, perseguição aos bichos de casco. Pescaria de batção, picação, espinhelão e até puçá (que arrasta 100, 200 e até mais de cada vez).
 - 06/09 - Portaria da SUDEPE proibindo pesca comercial e predatória no Lago de Canaçari (Município de Silves): multa de 48.000 a 480.000 mil cruzeiros e apreensão dos utensílios e produtos de pesca.
 - setembro - A Associação dos Pescadores do Município de Carauari une-se aos protestos contra o descaso das autoridades em relação à pesca.
- **1985** - janeiro/fevereiro - pescaria desenfreada de tracajás e pitiús no Município de Silves.
 - 7 comunidades preservam o Lago do Cacete como reserva pesqueira ou lago de procriação por tempo indeterminado. Elas ficam próximas ao Rio Copeá, paraná de Jurupari, Município de Marã.
 - 05-9/06 - 3a. Assembléia do Povo da Prelazia de Itacoatiara. Teve 289 participantes e discutiram sobre: organização das comunidades, terra e saúde.
 - 21-23/10 - 2o. Encontro de ribeirinhos e pescadores promovido pela CPT. 36 participante de: Alto Solimões, Coari, Itacoatiara e Tefé.

- **1986** - acordo entre moradores do Lago da Benedita (Município de Parintins) e a Colônia Z-17 e a SUDEPE de Parintins para não invadir com arrastão esse Lago.
 - 13/09 - reunião na Comunidade do Puruzinho. Decidiram solicitar auxílio das autoridades para, numa reunião da Câmara dos Vereadores, falar sobre a defesa do peixe.
 - 23/09 - reunião na Câmara (acima solicitada). Presentes cinco vereadores, vice-prefeito, o delegado de polícia, 1 soldado e 25 representantes das comunidades de Igarapé-açu, Jacu, Puruzinho, Mucajatuba e Silves (cidade).
 - outubro - 3o. Encontro dos ribeirinhos e pescadores em Coari. Proposta de preservação de lagos de manutenção e de procriação.
- **1987** - 20/02 - Os motores da Colônia de Pescadores do Município de Maués desrespeitaram o acordo para não pescar no Lago do Arrozal. Tentaram entrar e a comunidade impediu. Os pescadores fizeram queixa em Itacoatiara. A Capitania dos Portos intimou o povo a comparecer lá. (São mais de 20 horas de barco). Foi muita gente. Nada foi resolvido.
 - 23/02 - Encontro na cidade de Urucurituba (cidade mais perto), com a presença de representantes da Colônia de Pescadores de Maués, Associação de Pescadores de Urucurituba e o povo da comunidade de Vila Silva, perto do Lago do Arrozal. Os pescadores aceitam novamente a proibição.
- **1988** - junho - Em Itapiranga se organiza a Feira do Produtor (agricultor) com a do pescador para evitar intermediários e atravessadores.
 - 300 famílias perto do Lago Sampaio, Município de Autazes, estão sendo prejudicadas pela pesca predatória. A SUDEPE enviou agentes para liberar os lagos para a pesca comercial.
 - em Amaturá (Alto Solimões) está se organizando a Associação de Pescadores.
 - No Município de Parintins, as comunidades ao redor dos Lagos Comprido e Grande, por causa da invasão dos barcos pesqueiros, elaboraram um Documento dos Lagos proibindo a pesca para comunitários e pescadores profissionais, no período do verão.
 - 20-24/06 - 5o. ENCONTRO DOS PESCADORES promovido pela CPT, estavam presentes 33 pessoas das Prelazias de Alto Solimões, Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé.
 - 12 e 26 de agosto - Artigo do jornal A CRÍTICA DE MANAUS: “10 a 15 toneladas (15.000 kgs.) de peixe são jogados todos os dias fora”.
 - 1o./09 - “Amazonino denuncia o estrago de 10 mil toneladas de peixe”. O governador do Estado propõe a criação da Companhia Amazonense de Pesca (Artigo do Jornal A Crítica de Manaus).

- **1989** - 21/02 - 6 barcos pesqueiros da Colônia Z-17 de Maués contrariando o acordo que proibia a pesca profissional no Lago da Benedita (pois é época de desova- de 1o. de agosto a 31 de março todos os anos), invadiram o Lago. Comunitários fecharam o igarapé, que dava entrada para o Lago, com troncos de árvores. Os pescadores conseguiram sair e, em Parintins fizeram denúncia à SUDEPE.
 - 04/03 - Uma comitiva com: o Capitão dos Portos de Parintins, o chefe da SUDEPE, o chefe do IBDF e mais a Polícia Militar vão ao local, deram voz de prisão ao comunitário que fechou a boca do igarapé, que dava acesso ao Lago e obrigaram-no tirar os troncos. Essa comunidade e mais Japurá, Marajé, Remanso, São Tomé, Santo Antonio, São Pedro se reuniram, conversaram e procuraram apoio da CPT, do Centro de defesa dos Direitos Humanos e a Prefeitura de Parintins. A CPT e o CDDH através de um advogado acompanharam os comunitários.

- **1988/1989** -
 - 25/08 - Acordo entre pescadores da Colônia Z-17 de Maués e os comunitários do Lago da Benedita feito pela Promotoria Pública de Parintins, através do Juizado de Pequenas Causas.
 - fevereiro - Vitor A., membro do Sindicato dos Seringueiros de Boca do Acre visitou a Prelazia de Itacoatiara para troca de experiências com ribeirinhos dos municípios de Itapiranga e Silves ...um dos pontos que mais chamou a atenção foi “a forma que se organizam para defender o peixe e o bicho de casco . Mesmo sem recursos e com poucas pessoas conscientes, estão prontos para continuar a luta”.
 - decretada a RESERVA ECOLÓGICA DE MACURINÃ entre os municípios de Nhamundá e Parintins, com 28.370 hectares “é formada pelo Lago Macurinã e uma imensidão de outros lagos menores, verdadeiros criatórios de peixes, aves e bichos”.
 - 8-11/04 - 6o. ENCONTRO DE PESCADORES E RIBEIRINHOS promovidos pela CPT, com a presença de 38 pessoas das Prelazias de Alto Solimões, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé.
 - 21/01 - 2o. Encontro dos Comitês de Pesca do Município de Alvarães com 83 pessoas representando 15 comunidades ribeirinhas e indígenas. O objetivo do Encontro era avaliar a luta pela preservação dos lagos e fazer levantamento dos problemas que estão ocorrendo ligados à proposta da NovaLei de Pesca organizada pelas comunidades da Região. As comunidades encaminharam um abaixo assinado para a Assembléia Constituinte Estadual para que os parlamentares apoiem a proposta da Nova Lei de Pesca.

- 6-8/04 - II o. Ciclo de Debates sobre Alternativas de Desenvolvimento para a Amazônia. Participação de trabalhadores rurais e urbanos, extrativistas, docentes, estudantes, técnicos, cientistas, entidades governamentais e não governamentais da região. Realizado em Manaus os temas foram: 1 - Política Educacional; 2 - Ciência e Tecnologia; 3 - Política e Saúde; 4 - Preservação da Flora e da Fauna; 5 - Povos da Floresta e a Questão Agrária; 6 - Energia e Desenvolvimento Industrial. Deste ciclo de debates foi criado o FORUM PERMANENTE DAS ENTIDADES. Isso significou “o novo passo no processo de organização e luta, como também na conquista dos direitos de participação popular nas decisões sobre o seu próprio destino”.

- 17/06 - 1o. Encontro dos Povos da Floresta com a participação de 65 pessoas: índios (a metade), agricultores e pescadores. Problemas comuns e a necessidade de se unir para procurar soluções comuns.

- **1990** - 13-15/02 - IIIo. Encontro Interregional (Norte I e II), em Belém, de Bispos e coordenadores da Pastoral. Lançaram um documento EM DEFESA DA VIDA NA AMAZÔNIA “... a pesca predatória e gananciosa favorece o êxodo rural e causa a escassez do pescado para o povo ribeirinho ...”.

- 23-26/04 -VI ENCONTRO DOS RIBEIRINHOS E PESCADORES

em Manaus com a presença de 22 pessoas das Prelazias/Dioceses de Alto Solimões, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé, promovido pela CPT.

- maio - XIIIa. Assembléia Regional da CPT AM/RR. Foram discutidas formas alternativas e econômicas para os ribeirinhos - Estimular a criação de reservas extrativistas visando a defesa da floresta e a sobrevivência de seu povo. Ampliar e fortalecer as organizações (Comitês populares) de pesca e preservação de lagos.

- setembro - Comunidade do Divino, junto ao Lago de Carara-açu, Município de Urucará, fêz um acordo para não usar malhadeiras no Lago. Um comunitário usou, apreenderam seu utensílio e queimaram em praça pública. Ele fêz queixa na Delegacia. O delegado intimou 4 deles a comparecer e pagar a malhadeira. A comunidade foi lá também. Lendo a ata da proibição assinada também pelo que pescou o delegado liberou todos.

“... graças a união da comunidade e o acordo escrito conseguimos uma vitória importante na preservação da pesca”.

- **1991** - 9/01 - 50 (cincoenta) líderes das comunidades, em Tefé, enviaram ao IBAMA, denúncias sobre a pesca predatória.

- 11-16/03 - Ia. Assembléia dos agentes da CPT (Grande Região Noroeste AM/RR, Acre, Rondônia e Mato Grosso). Participação de 51 pessoas dos 5 estados. Um dos temas estudados foi a questão ecológica.

- 12-14/09 - Em Silves, Ilo. Encontro de Agricultores pela Preservação da Pesca, assessorado pela CPT. Tiveram presentes 45 participantes dos Municípios de Silves, Itacoatiara (Estrada/Urubu), Urucará e Urucurituba. O objetivo do Encontro foi avaliar os trabalhos e continuar a proposta alternativa de preservação com os lagos.
- 8/06 - Em Coari, encontro de 42 ribeirinhos das regiões do Alto Solimões, Alto Copiá, Lago de Mamiá e Codajás Mirim para colocar em prática as normas de preservação conforme determina a Lei Orgânica do Município de Coari.
- 9/06 - Em comemoração a Semana do Meio Ambiente a Universidade do Amazonas promoveu um debate na Câmara Municipal de Coari sobre o tema. Presentes 30 ribeirinhos, o vice-prefeito e 1 vereador. Havia faixas: “Preservar os peixes para garantir a vida humana”, “Defender os lagos e os peixes é preservar o meio ambiente”.
- 15-16/06 - 25 trabalhadores rurais das comunidades da Gleba Vila Amazônia se reuniram na comunidade de Santo Antonio de Mirituba, Município de Parintins. Assessorados pela CPT eles estudaram a regulamentação das áreas de reserva pesqueira presentes na Lei Orgânica Municipal. São mais de 7 os lagos e bacias hidrológicas indicadas como áreas de preservação do meio ambiente e reservas pesqueiras.
- 21-22/06 - 30 ribeirinhos representando 10 comunidades rurais se reuniram no Município de Silves para ver a preservação dos lagos e atividades
- 02-20/06 - Pessoas da Prelazia de Tefé visitaram os moradores do Rio Japurá. Constataram pesca predatória por pescadores colombianos, com colaboração remunerada de alguns ribeirinhos. Os colombianos contrabandearam toneladas de peixe liso, sobretudo piraiba e filhotes de aruanã (alevinos) exportados para outros países.
- 5-8/08 - 8o.. ENCONTRO ESTADUAL DE RIBEIRINHOS promovido pela CPT com a participação de 42 pessoas das Prelazias de Alto Solimões, Coari, Itacoatiara, Lábrea, Parintins e Tefé. Eram representantes de mais de 20 municípios.
- setembro - A comunidade de São Lázaro, Paraná do Preto, Município de Urucurituba preservam há vários anos o peixe. Nesta data, 48 moradores dessa região decidiram preservar o Lago do Inferno (lago de procriação por tempo indeterminado) e o Lago da Ressaca Grande (lago de manutenção) usando apenas instrumentos artesanais. Vários comunitários que assinaram o acordo pescam para vender, aumentando a sua renda familiar.
- O Lago de Macurinã, pertencente a Reserva Ecológica de Macurinã, no Município de Parintins foi invadido por barcos pesqueiros paraenses “sendo

explorado sem nenhuma licitação”. A reserva que tem 28.370 hectares é muito grande e o IBAMA não tem condições de fiscalizar a área.

- 13/06 - No encontro de prefeitos, em Manaus, o governador Gilberto Mestrinho anunciou o projeto de recomposição do pescado nos rios e lagos além de criatórios para as comunidades rurais.

12-15/09 - 1a. SEMANA SOCIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL , promovida pela CNBB - NO I “com representantes dos mais diversos segmentos da sociedade”, para celebrar os 100 anos da Encíclica Rerum Novarum. No final apresentaram um documento: CARTA AO POVO DE DEUS QUE ESTÁ NA AMAZÔNIA - Falou sobre 9 pontos: 1 - os valores éticos questionam os políticos; 2 - educação e saúde indigenista, migratória ...; 3 - povos indígenas; 4 - migrações; 5 - Zona Franca de Manaus; 6 - condições de vida; 7 - saúde; 8 - educação e cultura; 9 - Ecologia...” Exigem o respeito à natureza como meio de sobrevivência para os povos e conhecimento científico que possa embasar as decisões e a política ecológica...”. Os grupos de estudo tiveram como temas: Relações de trabalho na Amazônia; A ecologia e Meio Ambiente; Saúde e alimentação na Amazônia; Educação e cultura na Amazônia. A noite houve um painel: “Amazônia, vida ameaçada” e no último dia foram debatidas: “ As organizações populares em vista da sobrevivência”

- 20/09 - No Município de Urucará reuniram-se representantes das comunidades de Lago Comprido, Marajatuba, Marajzinho, Sororoca, São Lázaro, Divino, Boa Esperança, Beiju-açu para estudarem a demarcação dos lagos de procriação (criatórios naturais) e lagos de manutenção (ou lagos desubsistência) onde a pesca é permitida somente com instrumentos artesanais.

- 25-27/10 - Em Urucurituba é realizado o IIo. Encontro de Agricultores pela Preservação da Pesca, articulado pela CPT de Itacoatiara (Estrada/Rio Urubu), São Sebastião do Uatumã, Silves, Urucará e Urucurituba. objetivos do Encontro: dar continuidade ao II Encontro realizado em Silves; avaliar as tarefas assumidas.

- **1992** - comunidades Bom Jesus, São Pedro, Bom Futuro, Menino Deus e Nossa Senhora de Fátima preservam o Lago do Arrozal, no Município de Urucurituba. Pescadores de Itacoatiara invadiram o Lago. Pela Lei Orgânica do Município a pesca nesse Lago só é permitida para consumo das comunidades e da cidade de Urucurituba. Houve conflitos entre comunitários e pescadores profissionais. O caso foi parar na Delegacia da cidade. O delegado mandou chamar 4 comunitários. Eles foram de motor e 6 kms a pé junto com mais 180 pessoas entre homens, mulheres e crianças. O delegado disse que o caso era do IBAMA. O povo exigiu audiência aberta. O delegado aceitou. Por fim os

pescadores de Itacoatiara aceitaram não pescar mais nos lagos proibidos pelas comunidades.

- 25-29/05 - IX ASSEMBLÉIA DOS RIBEIRINHOS, em Manaus, promovida pela CPT com a presença de 50 pessoas das Prelazias/Dioceses de Alto Solimões, Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé.

- **1993** - 24-28/ - X ENCONTRO REGIONAL DE RIBEIRINHOS, em Manaus, participaram 40 pessoas das Prelazias de Alto Solimões, Coari, itacoatiara, Lábrea e Tefé.

- 4-06/07 - Encontro de Ribeirinhos pela preservação de peixes, no Município de Urucurituba.

- 19-20/08 - Comunidades rurais cristãs, assessoradas pela CPT, do Município de Careiro/Castanho (Arquidioces de Manaus) assumem a luta de preservação do peixe.

- 16-19/09 - Semana Social CNBB NO I - Tema “A Amazônia que queremos: Alternativas e Protagonistas”, em Manaus. No final lançaram a Carta: “Eu mudarei a sorte deste país (Jer.33,11)”. Um dos objetivos: concretizar as Reformas Agrária, Aquática e Urbana.

- 27/09 - Encontro em Itacoatiara, com representantes das comunidades principalmente do Rio Arari e Ilha do Risco, para preservação de lagos.

- 9/10 - 98 representantes das comunidades do interior do Município de Manaus se reuniram para verificar as iniciativas de preservação existentes. Foram criadas 2 comissões: Comissão de articulação e Comissão de elaboração do Projeto de Lei Municipal.

- 18/12 - Encontro, em Urucará, sobre a preservação de lagos. Com a presença de 44 ribeirinhos (agricultores), 4 agentes pastorais e 3 vereadores convidados trabalharam na elaboração de um projeto de Lei Municipal para a preservação de lagos e preservação ambiental no Município de Urucará, que será entregue à Câmara.

- **1994** - 6-9/09 - Xio. ENCONTRO DOS RIBEIRINHOS DA CPT AM/RR, em Manaus. Participaram 23 pessoas das áreas de Borba, Coari, Itacoatiara, Manaus, Parintins e Tefé.

- **1995** - Município de Itapiranga - Comissão de Defesa da Pesca “depois de longa luta” conseguiu aprovação pela Câmara Municipal de uma lei de preservação dos lagos.

- 5/02 - Comunidade da Enseada (Itapiranga) convidou vereadores, delegado e Comissão de Defesa para conversarem sobre a invasão dos Lagos Tarumã e Preto. Não se chegou a nenhum acordo.

- 22/02 - Nova reunião. Além dos elementos acima participaram o promotor de justiça, prefeito, delegado de polícia, padre e uma agente pastoral. Avanço: maior apoio das autoridades.

- **1996** - 7/09 - 12o. ENCONTRO DOS RIBEIRINHOS - CPT AM, em Manaus, participaram 24 representantes das Prelazias/Dioceses de Borba, Coari, Itacoatiara, Parintins e Tefé.

- maio - 12 barcos pesqueiros de Itacoatiara e Manaus vão pescar no Rio Uatumã. O prefeito de São Sebastião do Uatumã pede a retirada deles de lá. Eles saem mas vão à Manaus e fazem queixa junto à Capitania dos Portos e ao IBAMA.

ANEXO 3

Lagos de preservação e manutenção

O QUE É UM LAGO DE MANUTENÇÃO

É um lago onde é permitido pescar só para se alimentar. Neste lago não é permitido usar redes, malhas ou arrastão. Em alguns lugares os comunitários' proibem também o uso de lanterna de bateria ou carbureto porque consideram como instrumentos de depredação.

Em outros lugares proibem também o uso de tarrafas, pois no verão, dependendo do lago, pode acontecer muito estrago e prejudica a preservação. Essa norma funciona tanto no verão como no inverno.

Portanto, no lago de manutenção só se permite o uso de instrumentos artesanais. É proibido pescar para vender. Há casos em que se permite vender o peixe. É o caso do comunitário que não gosta de pescar ou não sabe pescar. Mas este comunitário tem que ser colaborador da preservação e morador da comunidade.

O lago pode ser selecionado por uma comunidade ou grupo de comunidades. Existem as duas experiências; casos em que uma comunidade preserva um lago de manutenção e casos em que 2, 3 ou 4 comunidades se juntaram para preservar um lago de manutenção.

-17-

A comunidade ou grupo de comunidades elaboram um documento contendo todas as normas acima citadas. E se todos estão de acordo com as normas estabelecidas' então assinam o compromissos de zelar pelo lago.

São estabelecidas, também, punições para aqueles' que desobedecem as normas, que chegam até a apreensão dos utensílios de pesca e entrega as autoridades. Mesmo que seja um lago onde é permitida só a pesca para alimentação, exige-se cumprir o que determina a lei a respeito do tamanho dos peixes a serem pescados.

O QUE É O LAGO DE PROCRIAÇÃO

É um lago onde é proibido a pesca por tempo indeterminado, tanto no verão como inverno. É chamado também de lago sagrado ou santuário, que quer dizer intocável. Nesse lago é permitida só a entrada dos fiscais ' que fazem a vigilância, em sistema de rodízio, durante ' à noite.

A escolha do lago deve obedecer a certos critê- rios tais como: variedade de peixe, profundidade razoá- vel, que seja permanente (não diminua demais a água ' por ocasião do verão) que tenha as margens cobertas de floresta, de fácil vigilância, e que não seja um lago muito reduzido.

A escolha do lago pode ser feita por uma comu- nidade ou grupo de comunidades. Depende da realidade ' de cada região. Há casos em que uma comunidade presar- va sozinha um lago de procriação e há casos em que se juntaram várias comunidades para preservar um lago..

Mesmo que no tempo do inverno este lago seja ' inundado e entre em comunicação com outros lagos for - mando um único imenso lago, a preservação continua da mesma forma. Isto porque a experiência ensinou aos ' agricultores que se os peixes não foram assustados e perseguidos por pescadores, na época da vazante eles ' voltam para o lago que é sua moradia.

O QUE FALA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ESTADO

AMAZONAS

Quase todos os Municípios do Amazonas colocaram na Lei Orgânica do Município artigos que falam de defesa ' do meio ambiente. A Constituição Estadual também tem artigos que falam da Defesa do Meio Ambiente. Alguns municípios, inclusive, declaram alguns lagos como Reserva ' Ecológica e Pesqueira. Tudo isso é muito bonito. Mas se ficar só no papel não vai prestar.

Constituição Federal

Art. 225. Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial e sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever' de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Paragrafo 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

ITEM VII - Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco' sua função ecológica provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

-24-

Constituição Estadual:

Art. 229, 230 e o item VIII do mesmo artigo repete o que determina a Constituição Federal nos artigos acima citados.

Art. 231, Paragrafo 3º diz: "Fica facultado ao Estado' e Município criar, por critério próprio, novas áreas de reservas, inclusive reservas pesqueiras nos lagos e rios para o povoamento de peixes, limitando-se nesses casos, a pesca artesanal e de subsistência".

-25-

ANEXO 4

Acordo entre pescadores e ribeirinhos (Parintins-1989)

ACORDO ENTRE PESCADORES E RIBEIRINHOS

Juizado Especial de Pequenas Causas

Termo de conciliação

Acordantes: 1 - Presidentes das comunidades que habitam os lagos, Grande, Paranema e Benedita, nesta cidade de Parintins assim discriminados:

a) - Lago Grande

a-1) Paranã de Parintins do Meio
Presidente: NIVALDO CARVALHO

a2) Paranã de Parintins de Cima
Presidente: DOMINGOS DE SOUZA APORCINO

a3) Paranã de Parintins de Baixo
Presidente: FRANCISCO SÉRGIO CUNHA FARIAS aqui representado por ANTONIO CARVALHO FARIAS.

a4) Zé Açú- Presidente: ADENILDO RAMOS MUNIZ

a5) Lago do Máximo - Presidente: RAIMUNDO RAMOS aqui representado por JERÔNIMO FERREIRA.

a6) Zé Miri- representado por MANUEL PIO DA SILVA

c) Lago da Benedita - Presidente: RAIMUNDO IRIS aqui representado por JOÃO CALDEIRA GUIMARÃES.

2 - Pescadores Profissionais de Parintins, representados neste termo de acordo pela Colônia de Pescadores de Parintins, na pessoa do Senhor FRANCISCO DE SOUZA SANTOS e COOPESCA, representado pela pessoa do Senhor ALCEMIRO FARIAS.

Os acordantes, acima nomeados, subscrevem o presente instrumento, visando convalidar o acordo, perante os representantes do Ministério Público desta Comarca, in fine assinados, renunciando a qualquer recurso ao Poder Judiciário, salvo execução do que ora é estabelecido, obrigando-se a cumprir o seguinte:

1 - Atendendo além do que dispõe a medida provisória número 10 de 21 de outubro de 1988, em seu art. 1º e itens, bem como as demais legislações atinentes à espécie, havemos por

bem fixar o período compreendido entre os meses Primeiro de Setembro a Quinze (15) de Março de cada ano, como terminantemente proibida a pesca em larga escala, tipo comércio, em respeito à subsistência dos ribeirinhos que se alimentam da pesca e visando a manutenção do meio ambiente;

2 - No período de 16 de março a 31 de agosto, a pesca será permitida, ficando vedado o uso dos seguintes apetrechos: arrastão, timbô, bombas, batição, uso de gravador na captura da capivara e o uso de pulsar na captura do quilônio;

3 - O acesso aos lagos anteriormente discriminados, farse-ã no período fixado no Ítem de número 1, contudo os barcos de grande porte de propriedade de pescadores profissionais não poderão em tempo algum empreender a pesca;

4 - É vedada a pesca em qualquer tempo nos lagos: Mato Grosso, Miriti, Jauari, Valéria, Zé Açú, Máximo Zé Miri, Mocambo e Caburí;

5 - Cada Presidente da comunidade ficará responsável pela nomeação de um membro de sua comunidade que após eleito será responsável pela fiscalização e cumprimento do presente acordo no lago onde residem.

O descumprimento de qualquer das cláusulas do acordo, implicará em multa de um salário mínimo, vigente à época, revertido em favor das comunidades, sem obstar na tomada das medidas legais cabíveis pelo Órgão do Ministério Público, através da Ação Cível Pública, nos termos do Parágrafo único do art. 55 da Lei 7.244/84.

E, por estarem em perfeito acordo assinam o presente termo, juntamente com as testemunhas que seguem, valendo o presente documento como título executivo extrajudicial caso seja descumprido.

Parintins, 25 de agosto de 1989.

ANEXO 5

Carta dos ribeirinhos do Amazonas (9o. encontro-1992)

CARTA DOS RIBEIRINHOS DO AMAZONAS

Nos dias 25 a 29 de maio de 1992, às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco 92, estivemos reunidos em Manaus, 49 ribeirinhos dos municípios de Benjamin Constant, Amaturá, São Paulo de Olivença, Santo Antonio do Içá, Tefé, Alvarães, Maraã, Jutai, Fonte Boa, Coari, Codajás, Anamá, Itapiranga, Silves, Urucará, Boa Vista do Ramos, Parintins, Novo Aripuanã, Anori, Tonantins e Apui. O objetivo desta nossa reunião foi debater e aprofundar a nossa compreensão sobre a questão da preservação da pesca na Amazônia.

Durante a década de 80, devido a diminuição do peixe, iniciamos a luta em defesa do pescado e do repovoamento de peixes nos lagos e rios. A presença cada vez maior de pesqueiros de grande porte, da prática predatória, do enorme estrago de pescado não nos deixou outra alternativa. As comunidades onde vivemos passaram a se organizar em comissões e comitês locais com a finalidade de impedir a invasão dos lagos e garantir a preservação do pescado.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Desde a publicação do documento "Nosso Futuro Comum", elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU, em 1987, existe uma proposta que vem sendo muito aceita em todo o mundo e que procura combinar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente: é a proposta de DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL. Ao debatermos a respeito do que significa, para nós ribeirinhos, a proposta de desenvolvimento sustentável nas condições do interior amazônico, decidimos pela seguinte formulação:

Desenvolvimento sustentável significa um processo integrado, do qual fazem parte as dimensões econômica, social, política e educacional.

- Dimensão econômica, na medida em que exige a existência de uma infraestrutura (máquinas, equipamentos, transporte) para o manejo e processamento adequados da produção ribeirinha e o acesso direto das comunidades ao crédito e ao mercado regional.

- Dimensão social, na medida em que beneficia a população regional, fornecendo uma ampla variedade de produtos, criando uma base de produção e um mercado consumidor integrados e viabilizando a economia familiar e comunitária.

- Dimensão política, na medida em que as comunidades

organizadas devem controlar e fiscalizar a produção e a comercialização de seus produtos. Devem também ter o poder de impedir a continuidade da invasão da região por mineradoras, madeireiras, hidrelétricas etc, assim como o poder de controlar a implantação de quaisquer projetos que afetem o ecossistema e o modo de vida de nossas comunidades. Para tanto, deve haver uma legislação que garanta estes direitos das comunidades assim como os direitos com relação à terra, aos lagos e ao manejo ambiental das áreas que habitam. Tal legislação deve também estabelecer um tratamento diferenciado no que toca aos direitos e deveres dos ribeirinhos e os direitos e deveres das empresas que aqui vêm se estabelecer, fixando multas e punições a estas últimas que sejam proporcionais aos crimes ambientais cometidos por elas.

- Dimensão educacional, na medida em que deve ser garantido ao ribeirinho condições para desenvolver suas próprias técnicas de produção e diversificação da agricultura e para que aos nossos filhos seja garantida a escolarização completa, inclusive universitária, voltada para a nossa realidade de vida e de trabalho, nossa história e nossa cultura. Além disso, é fundamental uma conscientização massiva, no campo e na cidade, a respeito da necessidade de se estabelecer uma relação harmônica e respeitosa com a natureza.

Desenvolvimento sustentável, para nós ribeirinhos, exige a articulação de todas estas dimensões, num processo em que as comunidades organizadas nos lagos e nos rios são o sujeito político que garante um desenvolvimento regional combinado com o pleno respeito à natureza da Amazônia.

NOSSA PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO

Desde 1985 possuímos uma proposta clara e definida de preservação da pesca. Essa proposta consiste na seleção de lagos de procriação, lagos de manutenção e lagos livres:

1. Lagos de Procriação (sagrados, santuários) - são aqueles intocáveis, reservados para a reprodução das espécies e repovoamento dos demais lagos, em que a pesca é terminantemente proibida por tempo indeterminado. Para a seleção desses lagos obedecemos a certos critérios, tais como: cobertura vegetal nas margens do lago, cobertura vegetal de, no mínimo, 20% da superfície do lago, profundidade acima de 1,5 metros e variedade de peixes.

2. Lagos de Manutenção - são assim denominados porque se destinam à subsistência das nossas famílias. Nestes a pesca só é permitida com o uso de utensílios artesanais, tais como caniço, arco e flexa, arpão, tarrafa, espinhel, não se permitindo a comercialização do pescado.

3. Lagos Livres - são aqueles destinados à pesca comercial, dentro dos limites estabelecidos pela legislação municipal e pelas comunidades ribeirinhas, onde armadores e pescadores artesanais capturam o peixe para o abastecimento da população urbana. São livres para a pesca comercial embora se exija que seja cumprido aquilo que já está previsto na legislação em vigor quanto ao tamanho do pescado, período de desova e tamanho de malha para cada espécie de peixe.

Essa proposta vem sendo desenvolvida com resultados

animadores, havendo regiões em que o repovoamento do peixe está facilitando a captura para subsistência. Este sucesso, no entanto, desperta a cobiça daqueles que vêm nesses lagos a fonte de lucros fáceis.

PROPOSTAS E COMPROMISSOS

Para que esta nossa proposta básica seja viabilizada dentro de um contexto mais amplo, de desenvolvimento sustentável na região amazônica, é necessário :

- . estudarmos e divulgarmos as leis de âmbito federal, estadual e municipal relacionadas com a questão ambiental, com o objetivo de darmos força e forma de lei aos acordos comunitários de preservação;

- . ampliarmos o trabalho de conscientização com relação à preservação do meio ambiente em todas as áreas, formando grupos nas comunidades, utilizando os meios de comunicação social e atuando junto às escolas e entidades da sociedade civil;

- . reivindicarmos o apoio técnico, educacional, de infraestrutura e financeiro necessário para a produção, diversificação da produção e comercialização dos produtos na nossa própria região;

- . reivindicarmos que seja reconhecido, inclusive pela legislação e pelos órgãos públicos, o poder fiscalizador das comunidades sobre as atividades econômicas desenvolvidas nas áreas preservadas;

- . realizarmos encontros por região, envolvendo o conjunto de ribeirinhos, com a presença das entidades que apoiam a luta pela preservação;

- . realizarmos seminários com as entidades de apoio para debater as propostas das comunidades com relação à preservação dos recursos pesqueiros e do meio ambiente como um todo;

- . resgatarmos a nossa história, a nossa cultura e as práticas tradicionais das comunidades ribeirinhas;

- . lutarmos pela demarcação de reservas para a proteção dos ecossistemas formados por lagos de procriação, lagos de manutenção e áreas de moradia e trabalho dos ribeirinhos, garantindo-nos o direito de posse;

- . criarmos uma organização para a mobilização conjunta dos ribeirinhos na questão da preservação, para a defesa coletiva frente à expulsão e para a conscientização das comunidades ribeirinhas.

Através destas propostas e compromissos nós, ribeirinhos do Estado do Amazonas, nos colocamos, junto com os povos indígenas, como os sujeitos fundamentais da causa pela preservação do meio ambiente e pela defesa da vida na região amazônica.

Manaus, 29 de maio 1992

Hiluir José de Souza	- SILVES / AM.
Mestres Proseimar Tenazer Mendes	- São Paulo de Olivença - AM.
Manoel das Chagas de Oliveira	Marã / AM.
Godoben B. Garcia Nascimento	TONANTINS - AM
Ernaniy Pereira Soares	Novo Arupuanã AM
Rivaldo Alves de Oliveira	fonte Boa
Luizardo Zammaro	Justa
Manoel Neto de Souza	Novo arupuanã
Romualdo da Silva Serrão	SILVES,
Mairdo Correia Serrão	Urucará

ANEXO 6

Classificação das terras e águas (10o. encontro-1993)

CLASSIFICAÇÃO DE TERRAS

(advogado Daniel Rech - assessor do 10o. Encontro - maio/93)

UM POUCO DE HISTÓRIA

No Brasil, o direito de terras é baseado na propriedade. Toda terra pertence a alguém. São terras públicas ou privadas.

Com o chamado descobrimento do Brasil, em 1500, os moradores daqui, os índios, perderam a terra para os invasores - os portugueses. Os índios viviam e desfrutavam de tudo o que a terra produzia, sem a preocupação em demarcar e titular suas terras. A terra era de todos.

Aí, todas as terras “descobertas” passam a ser do Rei de Portugal - terra pública. O rei começa a fazer a “reforma agrária” distribuindo “suas terras” aos parentes e amigos. É o que ficou conhecido como **Capitanias Hereditárias**, em que se doava um bom pedaço de terra para determinada pessoa. Áreas grandes, do tamanho de um Estado eram distribuídas e passadas de pai para filho, por isso eram hereditárias. Esses usufruíam os bens da terra e pagavam uma certa quantia ao rei.

Em lugares onde a capitania não dava certo, o rei tomava de volta e repartia com outras pessoas pedaços menores. É o que ficou sendo conhecido por **Sesmarias**. Capitania era algo solto, amplo, ninguém tinha título, não era proprietário, com a sesmaria começa a distribuição das terras com algum documento de posse.

1822 com a Independência do Brasil o sistema (a concessão de terras no sistema de sesmaria em que a terra era tomada se não produzisse) é abandonado e se cria outro. **D. Pedro I** começa outro sistema. Uma das primeiras determinações do rei foi: **todos aqueles que tivessem a posse da terra se tornavam seus donos, tendo direitos sobre ela**. Era o seguinte: quem quisesse ter terra bastava entrar numa área pública e declarar: sou dono. São propriedades públicas que passam a ser privadas (particulares).

A partir da Independência do Brasil, o registro das terras vai ser feito na paróquia, pois não havia cartório naquele tempo, e é bom lembrar que a Igreja Católica era a religião oficial e estava atrelada ao poder.

Esse regime durou até 1850, quando o Brasil cria a sua 1a. lei de Reforma Agrária = lei da terra. Essa lei muda o conceito de terras públicas e particulares. Elimina o sistema de posse; não é mais permitido se tornar dono da terra pelo sistema de posse, era necessário comprar de um dono; isso porque naquela época

a escravidão negra estava acabando e como os escravos não tinham onde cair morto, jamais poderiam comprar sua terrinha, o único jeito era através da posse, mas isso era impossível. Portanto, somente a partir daí só é dono de terras quem tem dinheiro para comprá-la.

- **1889** - Vai surgir o **cartório** e os registros não serão mais feitos nas paróquias, pois, com a Proclamação da República o Estado se separa da Igreja Católica que deixa de ser a religião oficial.
- **1917** - É **promulgado o Código Civil** que vai definir quais são as terras públicas e as particulares.

TERRAS PARTICULARES

1. Proprietário com registro:

Todas as terras que foram registradas na paróquia ou cartório;

2. Terras de posseiros há mais de 40 anos (usucapião)

Todas as outras terras que não estão nas mãos de proprietários com registro, ou com posseiro, são **terras públicas**.

Terras não registradas, sem posseiros e terras nas mãos de sesmeiros (sesmaria) passam para o domínio público, são “devolvidas”, por isso se chama **devolutas**.

As terras públicas só passam para o domínio particular (privadas) se houver uma autorização legal, sem isso as terras continuam públicas, por mais que o sujeito grite: “essa terra é minha”.

A Câmara dos Deputados pode autorizar a transferência de terras públicas a particulares através do INCRA.

A Assembléia Legislativa pode fazê-lo através da Secretaria Estadual que se encarrega do negócio das terras.

E a Câmara de Vereadores, da mesma forma.

TERRAS PÚBLICAS

1. Quanto ao direito sobre elas:

A - Da União (Constituição Federal - artigo 20)

- as terras devolutas;
- as ilhas nos limites com outros países;
- as praias marítimas;
- as ilhas oceânicas;
- as ilhas de marinha;
- os recursos minerais;

- as terras reservadas;

B - dos Estados (Constituição Federal - artigo 26)

- as terras devolutas;

- as terras desapropriadas;

- as terras arrecadadas (quando a terra fica abandonada por um determinado tempo). O Código Civil diz que se uma terra fica abandonada por 10 anos, o Estado pode arrecadá-la. O Código atual diz que se a terra particular ficar abandonada por 3 anos, o Estado pode arrecadá-la para bem público.

Mas ... o Supremo Tribunal Federal, quando interpreta essa determinação do Código Civil, diz: “se a terra ficar abandonada 3 anos após o edital de arrecadação, o Estado pode arrecadá-la”; ou seja: primeiro avisa, depois toma, será que algum proprietário vai cair nessa?

Nos casos de terras onde se cultiva drogas, aí o Estado pode arrecadar, ou melhor a terra é expropriada sem pagamento.

C - Dos Municípios (nada na Constituição Federal)

- as terra devolutas, concedidas pelo Estado;

- as terras desapropriadas;

2. Quanto à distribuição

A - De uso comum (Código Civil artigo 66-I)

- é do povo - estradas, praças;

B - De uso especial (Código Civil artigo 66 II)

- terras a serviço do poder público - áreas militares, escolas públicas, hospitais públicos;

C - Dominicais (Código Civil artigo 66-III)

- São todas as outras terras, podem ser reservadas ou devolutas;

- Terra de marinha;

- Terras às margens das correntes de rios;

TERRAS RESERVADAS

- terras para defesa de fronteiras;

- fortificações e construções militares;

- vias federais de comunicação;

- preservação ambiental;

- ilhas;

- sub-solo;

- sítios arqueológicos e cavernas;

- terras indígenas;

III - TERRAS DEVOLUTAS

São todas as outras. Em princípio ela é pública e comum, podendo ser usada por qualquer um.

Importante: qualquer um pode usar qualquer uma das terras da União, não se torna dono.

IV - TERRAS PARTICULARES

Adquirida pelo meio comum, através da compra. O Código Civil fala em transcrição de título.

Asceção: é o acréscimo de terra em uma propriedade, por ex: uma terra vai se formando, trazida pela água, pelo rio, aumentando a propriedade.

Usucapião: quando alguém fica determinado tempo em uma terra particular e se torna dono dela.

- 20 anos - está na terra, sabe quem é o dono e resiste;
- 15 anos - está na terra, não sabe de quem é, o dono mora em outro município.
- 10 anos - o proprietário mora no mesmo município e não reclama;
- 5 anos - não tem outra terra, ninguém reclama, fica morando, e o limite da terra é, no máximo, um módulo.

CLASSIFICAÇÃO DAS ÁGUAS

ÁGUAS PÚBLICAS

podem ser:

- da União
- do Estado
- do Município

1.1 - Águas da União: (Constituição Federal artigo 20 - III)

- Lagos, rios, outras correntes:
- entro dos terrenos da União que banhem mais de um Estado sirvam de limite com outros países, se estendem por território estrangeiro, ou dele provenha o mar territorial (200 milhas - 1 milha = 1.6600 metros)

1.2 - Águas do Estado:

Na Constituição Federal é confuso e ninguém sabe o que significa isso.

No Código das Águas diz:

- as águas que sirvam de limite a dois ou mais municípios;
- as águas que percorram território de dois ou mais municípios;

1.3 - Águas do Município

A Constituição nada diz. O Código das Águas diz:

- as águas exclusivamente em seu território;
- ou em terras do Município;
- ou navegáveis ou flutuáveis;

fora disso é particular.

ÁGUAS PÚBLICAS

- de uso comum
- dominicais

2.1 - Águas de uso comum

São as águas que estão à disposição de todos, sejam da União, do Estado ou do Município.

- os mares;
- as correntes, canais, lagos navegáveis ou flutuáveis;
- as fontes e reservatórios públicos de uso comum;
- as nascentes, quando são “caput fluminis” (cabeça de rio);

2.2 - Águas dominicais

As que estão em terras particulares e não são públicas.

ÁGUAS PARTICULARES

As que estão em terras particulares e não são públicas.

3.1. - Águas particulares comuns

Aquelas que dividem propriedades, não são navegáveis, nem flutuáveis, nem da União, nem do Estado, nem do Município.

O direito dos donos se decide na divisão das águas em partes iguais;

3.2. - Águas particulares comuns a todos

Quando vários proprietários vizinhos não têm água e apenas um tem.

Sua água deixada ser particular para ser de todos. Os vizinhos que não têm água, têm direito de acesso àquela água. Cabe aos usuários pagar a indenização por danos causados e nunca se paga pela água.

CÓDIGO DAS ÁGUAS - artigo 34 a 67

Sobre o “Aproveitamento das águas”

- DAS ÁGUAS DE DOMÍNIO PÚBLICO E DAS ÁGUAS PARTICULARES

- DECRETO-LEI no. 9.760, de 5 de setembro de 1956

Do aforamento de terrenos de Marinha.

- DECRETO FEDERAL no. 221 de 1978 - sobre a proteção da pesca.

ANEXO 7

Princípios gerais por uma Política de preservação (11o. encontro-1994)

PRINCIPIOS GERAIS POR UMA POLITICA DE PRESERVAÇÃO

Reunidos em Manaus, no XIº ENCONTRO DE RIBEIRINHOS DOS AMAZONAS, no período de 05 a 09 de setembro de 1994, com a participação de STRs, Associações e CEBs, do Alto, Médio e Baixo Amazonas, com o intuito de refletir a realidade das comunidades interioranas, com relação a preservação da Amazônia; e em especial, à preservação de lagos, como forma de combate à escassez e à fome.

Durante esse encontro definimos os

Princípios que deverão constar para uma política de preservação.

- 1) O amor pela mãe terra e a mãe água supõe:
- 2) A nossa fé no **Deus da vida** que entregou a cada homem e mulher a tarefa de multiplicar, defender e preservar toda forma de vida presente nas águas e na terra firme.
- 3) A Prática libertadora de Jesus de Nazaré que veio no meio dos pobres, para que todos tenham vida e a tenham em abundância. Alimenta e fortalece nossas organizações dos lagos da região amazônica.
- 4) O acesso de todas à educação que tenha como base a realidade, a cultura e as necessidades das populações ribeirinhas; que contribua para a construção da plena cidadania que se explicita na preservação do meio ambiente, na implantação de um curriculum que contemple a educação ambiental.
- 5) A articulação entre o saber popular dos ribeirinhos e o saber científico, por meio de convênios com institutos de pesquisa, universidade, organizações governamentais e não governamentais.
- 6) A Saúde como direito de todos e em todos os níveis, garantindo a prevenção, o atendimento público de boa qualidade e respeitando os conhecimentos populares.
- 7) Garantir uma comunicação social que possibilite o acesso de todos às informações, favorecendo à organização dos ribeirinhos em todos os níveis.

Repudiamos qualquer forma de violência:

Mais uma vez constatamos o crescimento da violência que atinge os trabalhadores do nosso estado,

Nesta oportunidade destacamos:

O modelo de desenvolvimento econômico para a região que beneficia, com incentivo fiscais, armadores, frigoríficos, madeireiros e mineradores, resultando na destruição dos ecossistemas amazônicos

a) Lagos de preservação que estão sendo invadidos por pescadores profissionais e não profissionais que praticam a pesca predatória.

b) A falta de apoio e fiscalização, por parte dos órgãos responsáveis, no cumprimento das leis de proteção ambiental;

c) A violência física contra os ribeirinhos, e suas famílias e suas lideranças, registrando-se casos de ameaças, agressões, destruição de seus pertences e até morte, como no caso do dirigente sindical **Antonio Pereira Neves Filho** (Município de Itacoatiara).

A destruição do meio ambiente (Barranco de capim, igapos, roçados) provocada pela criação de extensiva e sem controle dos búfalos, incentivada, inclusive, por recursos públicos.

As entidades representativas dos ribeirinhos, ligadas à CPT e que lutam pela preservação dos lagos e por condições de vida digna, vêm a público buscar o apoio da sociedade civil, no sentido de viabilizar uma política de preservação ambiental e a implementação de seus princípios gerais.

Manaus, 09 de setembro de 1994

Observação: Seguem assinaturas de 27 participantes do XIº Encontro de Ribeirinhos, delegados de nove (9) municípios.

ANEXO 8

Termo de preservação para lagos de procriação (11o. encontro-1994)

TERMO DE PRESERVAÇÃO
PARA LAGOS DE PROcriação

Nós, comunitários da comunidade Cristã:
e moradores da localidade denominada:
abaixo-assinados. tendo em vista a escassez do peixe que é fonte básico
de alimento, e o extermínio de toda qualidade de animais, desejando o
repovoamento natural dos lagos e rios, assumimos o compromisso de pre-
servar os lagos:
como Lagos de Procriação, obedecendo as seguintes normas por nós estabele-
cidos:

1º - Fica totalmente proibida a pesca nos mencionados lagos por tempo
indeterminado, em qualquer época do ano;

2º - Não será permitido de forma alguma o uso de qualquer instrumento de
pesca nos lagos preservados;

3º - Caso haja desrespeito a essas normas, os utensílios de pessoa quais-
quer que sejam, serão apreendidos e o infrator será severamente advertido
pelo seu ato;

4º - Os abaixo-assinados assumem a tarefa de fazer permanente vigilância
nas áreas selecionadas;

E por estarmos de acordo, assumimos e comprometimo de zelar por esta Reser-
va pesqueira a partir desta data.

Comunidade:, de:.....19

NOME:

ASSINATURA:

C.IDENTIDADE

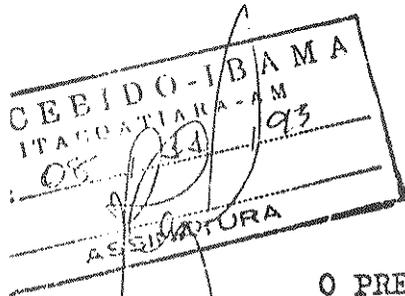
ANEXO 9

Lei Municipal No. 015/93, de 09/09/93 de Itapiranga



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

LEI MUNICIPAL Nº 015/93, DE 09 DE SETEMBRO DE 1993.



Dispõe sobre a preservação de áreas e lagos para fins de garantir a subsistência da população e da proteção da vida animal e vegetal existente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, Faz saber a todos os habitantes desta cidade, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Considerando que determina a Constituição Federal em seu Art. 23, I, arts. VI e VII, e Constituição Estadual Art. 231 inciso VI, e no parágrafo 3º, e da Lei Orgânica do Município em seu Art. 169, ficam estabelecidos os seguintes critérios.

I - Fica criado dois tipos de áreas de reservas: lagos ou áreas de consumo e áreas ou lagos de preservação total.

Art. 2º - Nos lagos ou áreas de consumo como: Tarumã, Ubá, Jauara, São Tomé, Igapó-Açú, Araçatuba, Marajatuba, Zacarias e Lago do Madrubá, só se é permitida a pesca praticada com instrumentos artesanais como: anzol, arpão, tarrafa, flecha, linha de mão e molinete.

Art. 3º - Nos lagos criadouros de preservação total ou criadouro natural, fica proibido a pesca de qualquer natureza e em qualquer época do ano, por tempo indeterminado.

Art. 4º - Fica estabelecido que os lagos, PRETO E REBELRO, são considerados como áreas de preservação total ou criadouro natural, aplicando-se aí o estabelecido no art. 3º da presente lei;

Art. 5º - Fica estabelecido que os lagos citados no art. 2º, são considerados áreas de consumo para as Comunidades e Criadouros dessas periferias, obedecendo os critérios estabelecidos nesse mesmo art. 2º;

Cont.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Art. 6º - Fica estabelecido que os demais lagos dessas regiões, não mencionados nesta Lei, permanecerão Livres e Abertos a pesca normal, para o abastecimento das Comunidades e da cidade, exceto a pesca predatória e irregular, e o uso de utensílios proibidos por lei, por ex: Arrastão, Rede, Bubuia, Puçá, etc..;

Art. 7º - Fica estabelecido que os proprietários dos lagos PRETO e RIBEIRO, não terão o direito de se beneficiar com os tipos de alimentos dos referidos lagos;

Art. 8º - Fica proibido a pesca nas proximidades dos lagos Preto e Ribeiro, até os limites de 200 metros de suas margens;

Art. 9º - As penalidades a desobediência desta Lei, implicará em sanções previstas no Código Penal Brasileiro;

Art. 10º - Fica estabelecido que todos os Comunitários e Proprietários dessas áreas, exercerão a função fiscalizadora, juntamente com os órgãos do Município ou do Estado;

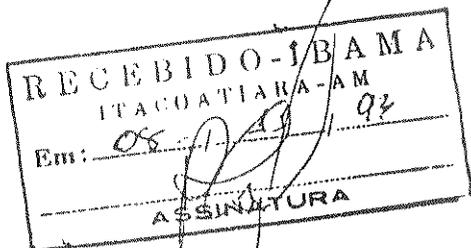
Art. 11º - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, 09 de Setembro de 1993.


Francisco Socorro de Oliveira
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei, no Quadro de Avisos dos Atoos Oficiais do Governo Municipal, Aos nove dias do mês de Setembro do Ano de Mil Novecentos e Noventa e Três.

José Manuel da Costa Pereira
Secretaria de Administração



ANEXO 10

Lei Municipal No.103/93, de 27/07/93 de Silves



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

Lei nº 103, de 27 de julho de 1993

Dispõe sobre a preservação ambiental do município de Silves em áreas fluviais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SILVES:

Fago saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica criada no Município de Silves, dois tipos de áreas de reserva ecológica para proteção dos rios, lagos e florestas e das espécies naturais que neles habitam.

§ 1º - As áreas de reserva de que trata este artigo são denominadas como área de procriação, lago santuário, áreas de manutenção ou lago de subsistência.

§ 2º - Nos lagos ou áreas de procriação ou santuários fica expressamente proibida a caça e a pesca de qualquer espécie animal por tempo indeterminado, bem como da destruição das espécies vegetais neles existentes.

§ 3º - Nos lagos ou áreas de manutenção somente será permitida a pesca artesanal de subsistência com o uso de instrumentos como: anzol, fleia, sagaia, tarrafa, arpão, linha-de-mã, espindel molinete, curricó e pequenas malhas, proibindo-se uso de todo o tipo de redes de arrasto e/ou batido.

Art. 2º - São considerados lagos de procriação ou santuários, no âmbito do Município de Silves os seguintes: Furama, Virgíni, Crispim, Lago Preto, Lago do Liberato, Lago do Molongó, Lago de São Sebastião, Lago do Formo e Tarumã, observando-se nelas o disposto no parágrafo 2º de artigo anterior.

Art. 3º - Ficam definidos como áreas de manutenção ou sub



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

existência das comunidades e da rede municipal as seguintes localidades: Lago Jaurea, Lago do Indro, Curara, e as cabeceiras de Itapany, Sanabary, Tatuacó, Ferreira, Coary, Tapiu e Igarapé do Guardá.

Art. 4º - As demais áreas fluviais não identificadas nos artigos anteriores são consideradas como livres para o exercício da pesca de consumo das comunidades e da cidade, permitindo-se o uso de pequenas malhadeiras.

Art. 5º - Dependendo da necessidade, poderão ser definidas novas áreas de manutenção e/ou procriação.

Art. 6º - Será considerada crime contra o meio-ambiente, a prática de atividades que contrariem os princípios estabelecidos nos artigos 1º, 2º e 3º desta Lei.

Art. 7º - Aos infratores que violarem os dispositivos dos artigos supra citados, incorrerão nas seguintes penalidades:

I - Apreensão dos utensílios utilizados, e das espécies capturadas;

II - Os utensílios serão levados a incineração a cargo da Comissão Municipal de Fiscalização do Meio-Ambiente ou outro órgão de fiscalização;

III - As espécies capturadas serão devolvidas ao seu habitat natural ou, perecíveis, serão doadas à entidades de fins sociais do Município;

IV - Ao infrator primário será aplicada uma multa que varia entre 1 a 5 UFMS (Unidade Fiscal do Município de Silves);

V - Nos casos de reincidência a multa a ser cobrada será entre 6 a 10 UFMS (Unidade Fiscal do Município de Silves), acrescida da pena de 24 horas de reclusão independente das penalidades já previstas.

Art. 8º - Fica criada a Comissão Municipal de Fiscalização do Meio-Ambiente composta por 01 Coordenador e 04 Fiscais, que



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES

exercerá a fiscalização com o apoio e participação da sociedade civil organizada.

Art. 9º - O Prefeito Municipal nomeará por decreto os componentes da Comissão de Fiscalização, com período máximo de 120 dias (4 meses) a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 10 - A Comissão de Fiscalização será incluída como membro do Conselho Municipal do Meio-Ambiente, a ser instituída conforme a Lei Orgânica do Município.

Art. 11 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Silves
Em, 27 de julho de 1993.

Antônio Pereira de Souza

Antônio Pereira de Souza

Prefeito

CPF 006 633 582-00

Antônio Pereira de Souza

Antônio Pereira de Souza

CPF 006 633 582-00